

2012 ESTADO DE SANTA CATARINA BALANÇO GERAL



VOLUME 1 RELATORIO TÉCNICO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Secretaria
de Estado da
Fazenda**

*Diretoria de
Contabilidade
Geral - DCOG*



Governo do Estado
SANTA CATARINA

2012 ESTADO DE SANTA CATARINA BALANÇO GERAL



VOLUME 1 RELATORIO TÉCNICO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

GESTÃO DO GOVERNADOR
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

**Secretaria
de Estado da
Fazenda**

*Diretoria de
Contabilidade
Geral - DCOG*



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Antonio Marcos Gavazzoni

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

Adriano de Souza Pereira

ASSESSOR DO DIRETOR

Flávio George Rocha

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tatiana Borges

GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

Graziela Luiza Meinheim

GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco

GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL

Vera Lúcia Hawerth Santana

GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

Michele Patrícia Roncalio

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Consultoria de Assuntos Econômicos – SEF/SC

Diretoria de Auditoria Geral – SEF/SC

Diretoria do Tesouro Estadual – SEF/SC

Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF/SC

Diretoria de Administração Tributária – SEF/SC

Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF/SC

Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

Flávio George Rocha

Graziela Luiza Meinheim

Heber Lima da Costa

Janice Vilsélia Pacífico da Silveira

Mário Wendhausen Gentil

Paulo Rodrigo Capre

Rafael Almeida Pinheiro da Costa

Rogério Felipe Pereira

Rosângela Della Vechia

Tatiana Borges

INFORMAÇÕES

geinc@sefaz.sc.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Centro Administrativo do Governo

Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600

Saco Grande II – Florianópolis – SC

**Secretaria
de Estado da
Fazenda**

*Diretoria de
Contabilidade
Geral - DCOG*



Transparência e acessibilidade

O Balanço Geral do Estado demonstra os resultados alcançados pelo Estado de Santa Catarina no exercício de 2012 e se constitui na prestação de contas do segundo ano de mandato do Excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. João Raimundo Colombo, à Assembleia Legislativa.

Dentre as atribuições privativas do Governador do Estado está a obrigatoriedade de prestar contas anualmente, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao art. 71, inciso IX, da Constituição Estadual. A responsabilidade pela elaboração do Balanço Geral é da Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG da Secretaria de Estado da Fazenda, núcleo técnico do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo.

As informações que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/SC e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A consistência e a veracidade dos dados informados nesta consolidação de contas são de responsabilidade dos gestores de cada unidade administrativa estadual, dado que a aplicação dos recursos e os registros contábeis são executados sob sua administração.

Visando alcançar vários segmentos da sociedade e, por conseguinte, proporcionar maior transparência, na elaboração do Balanço procurou-se utilizar uma linguagem simples e didática, com o uso de análises gráficas, tabelas e demonstrativos, contendo informações comparativas, horizontais e verticais, bem como percentuais. Para facilitar a visualização das informações, o Balanço Geral do Estado foi dividido nos seguintes volumes:

**VOLUME I
Relatório Técnico
sobre a Prestação
de Contas do
Exercício de 2012** Apresenta os aspectos social, econômico, administrativo e financeiro do Estado de Santa Catarina, o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as notas explicativas, bem como a análise das demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, procurando ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

**Volume II
Anexos do
Balanço Geral
do Estado** Apresenta os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas demais normas legais, o acompanhamento físico e financeiro dos Programas de Governo, o Relatório da Diretoria de Auditoria Geral, o Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública, assim como os responsáveis pela escrita contábil dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual no exercício de 2012.

O Balanço Geral foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e das Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos TC - 16/94, TC - 06/01 e TC - 11/04, as quais regulam e normatizam a remessa de informações e de demonstrativos contábeis ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Além da legislação vigente, a Diretoria de Contabilidade Geral preocupou-se em acompanhar e atender os normativos que estão sendo editados, principalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, para torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, cabe destacar a participação durante o ano de 2012 dos servidores da DCOG/SEF no Grupo Técnico de Contabilidade do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais – GEFIN, no Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros – FFEB, nos grupos técnicos instituídos pela STN de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCO/STN, de Padronização de Relatórios – GTREL/STN e de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais – GTSIS/STN. Tais grupos reúnem servidores das esferas Federal, Estadual e Municipal visando promover o intercâmbio de experiências nas áreas de gestão fiscal, execução orçamentária e financeira, sistemas de informação, padronização contábil e consolidação de contas públicas.

Além disso, cabe destaque ao trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado de Santa Catarina GTCO/SC, criado pelo Decreto Estadual nº 3.445, de 10 de agosto de 2010, visando à implementação das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, que resultou na implementação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP em janeiro de 2013, atendendo de forma antecipada a Portaria nº 828/11 da Secretaria do Tesouro Nacional, que determina aos Entes da Federação a adoção do novo PCASP para o ano de 2014.

A Diretoria de Contabilidade Geral vem implementando de forma gradativa as referidas normas e os reflexos da convergência podem ser observados no Balanço Geral do Estado de 2012, em especial no Volume I, com destaque para o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber de ICMS e IPVA, o reconhecimento de ativos de infraestrutura e a continuação dos trabalhos de reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis).

As ações voltadas à convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a implantação do Novo PCASP, a evolução dos controles gerenciais no SI-GEF, os trabalhos de evidenciação do patrimônio, a produção de informações gerenciais e a apuração de custos transcenderão o ano de 2012 e em 2013 serão intensificadas. Tais ações estabelecem a transição para a Contabilidade Gerencial no Governo do Estado, que visa produzir e disponibilizar informações que auxiliem os gestores públicos a promover a excelência na aplicação dos recursos públicos.

No tocante à transparência da gestão merece destaque a edição do Decreto Estadual nº 913, de 09 de abril de 2012, que atribuiu à Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG/SEF como responsável pelo gerenciamento do portal de transparência do Poder Executivo Estadual. Em 08 de maio de 2012 foi disponibilizado à sociedade catarinense o novo portal da transparência do Poder Executivo, acessado em www.transparencia.sc.gov.br ou através do banner do Portal da Transparência, incluído nos sítios oficiais de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo.

O novo portal traz informações detalhadas e busca utilizar uma linguagem mais acessível ao cidadão, com o intuito de fortalecer a transparência da gestão e o controle social, bem como buscar o atendimento à Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação. O Portal de Transparência possibilita ao cidadão acompanhar, com atualização diária, as informações sobre a arrecadação, as despesas realizadas, os valores pagos aos fornecedores e os repasses de convênios de todos os órgãos do poder executivo estadual, além de permitir uma visão consolidada das informações. Procurando facilitar a visualização, a compreensão e o controle da gestão fiscal, também foram disponibilizados indicadores com análises gráficas das receitas e despesas, o que possibilita a interatividade e a comparação das informações.

Com vistas a assegurar uma gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação, o Balanço Geral do Estado de 2012 estará disponível, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.sef.sc.gov.br e www.transparencia.sc.gov.br. Os volumes impressos estarão disponíveis na Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

A equipe da Diretoria de Contabilidade Geral está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Santa Catarina no exercício de 2012.

**Diretoria de
Contabilidade Geral**



Sumário

2012 ESTADO DE SANTA CATARINA BALANÇO GERAL

VOLUME 1 RELATORIO TÉCNICO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

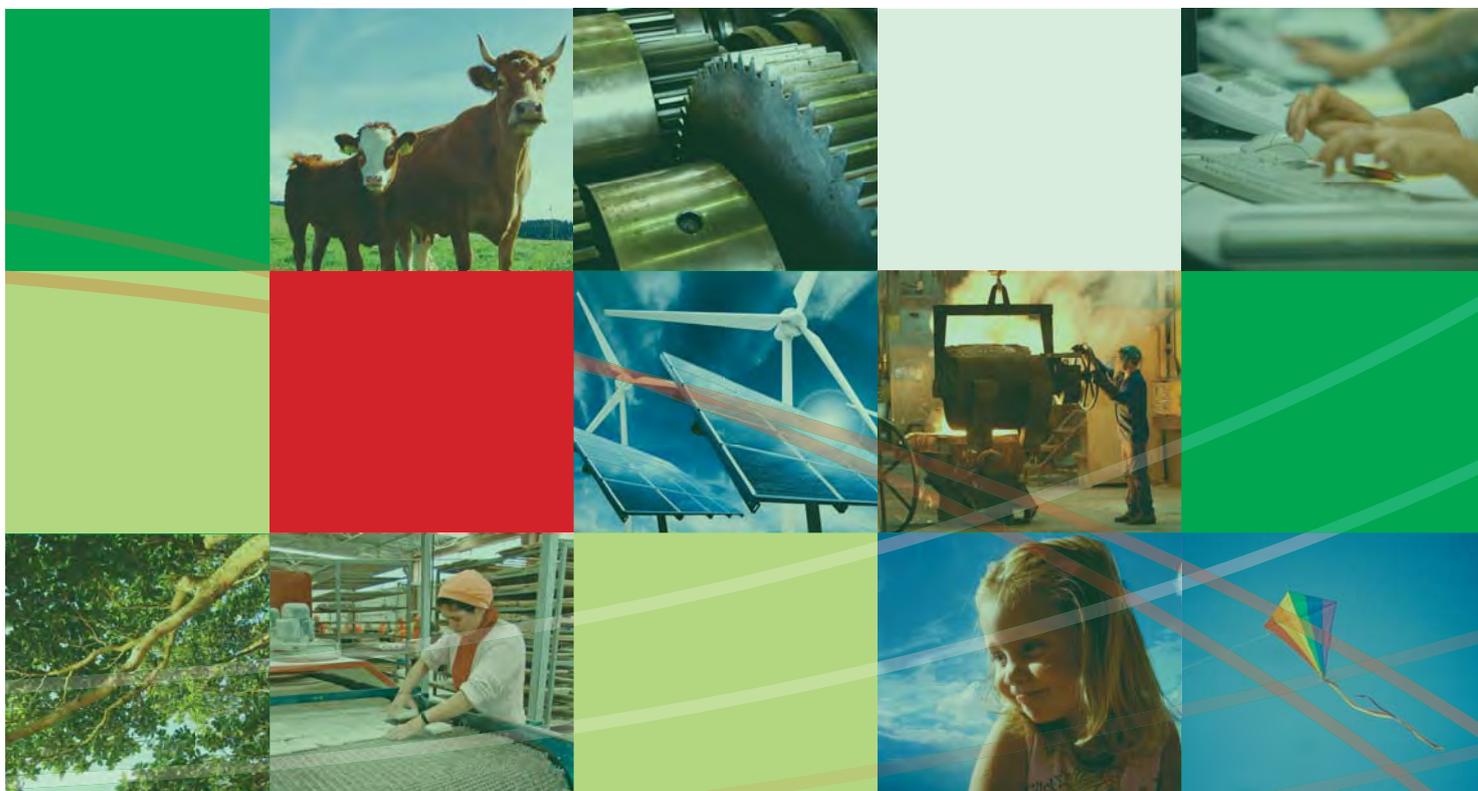
GESTÃO DO GOVERNADOR
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

▶ SANTA CATARINA ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	8
Aspectos Sociais	12
Aspectos Econômicos	17
Aspectos Administrativos	26
Aspectos Financeiros	30
▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	43
Balanço Patrimonial	44
Balanço Orçamentário – Receitas	46
Balanço Orçamentário – Despesas	48
Balanço Financeiro	50
Demonstração das Variações Patrimoniais	52
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	54
Demonstração dos Fluxos de Caixa	56

**Secretaria
de Estado da
Fazenda**

*Diretoria de
Contabilidade
Geral - DCOG*





► **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **58**

1	Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis	59
2	Resumo das principais Práticas Contábeis	60
3	Disponível	63
4	Devedores – Entidades e Agentes	64
5	Depósitos (Ativos)	65
6	Demais Créditos em Circulação e Créditos Realizáveis a Longo Prazo	66
7	Estoques	68
8	Direitos sobre Concessões	69
9	Dívida Ativa	69
10	Investimentos	71
11	Imobilizado	73
12	Intangível	75
13	Depósitos (Passivos)	76
14	Demais Obrigações em Circulação	77
15	Provisões	79
16	Precatórios	79
17	Operações de Crédito Internas	81
18	Operações de Crédito Externas	82
19	Receitas Antecipadas	83
20	Receitas a Classificar	83
21	Demais Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	83
22	Receitas Diferidas	85
23	Provisões Matemáticas Previdenciárias	85
24	Ajustes de Exercícios Anteriores	86
25	Riscos Fiscais e Passivos Contingentes (Ativo e Passivo Compensado)	86

26	Deduções da Receita Corrente	87
----	------------------------------	----

27	Déficit Orçamentário	87
----	----------------------	----

28	Transferências de Capital (DFC)	88
----	---------------------------------	----

29	Caixa e Equivalentes de Caixa (DFC)	89
----	-------------------------------------	----

► **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** **90**

1	Indicadores do Balanço Patrimonial	93
---	------------------------------------	----

2	Análise da Execução Orçamentária	95
---	----------------------------------	----

3	Análise do Balanço Financeiro	96
---	-------------------------------	----

4	Análise das Variações Patrimoniais	96
---	------------------------------------	----

5	Análise das Demonstrações dos Fluxos de Caixa	97
---	---	----

► **CONSIDERAÇÕES FINAIS** **98**

► **LEGISLAÇÃO BÁSICA** **101**

► **ANEXO – INDICADORES DA GESTÃO FISCAL** **102**

Receita bruta	103
---------------	-----

Receita Tributária – Comportamento da arrecadação do ICMS	104
---	-----

Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União	106
--	-----

Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal	107
---	-----

Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos	108
--	-----

Transferências voluntárias realizadas pelo Estado	109
---	-----

Despesas com Inativos e Pensionistas	110
--------------------------------------	-----

Despesas do Estado por Grupo de Natureza – Consolidado Geral	111
--	-----

Despesas do Estado por Grupo de Natureza – Poder Executivo	112
--	-----

Folha de Pagamento por Função de Governo – Consolidado Geral	113
--	-----

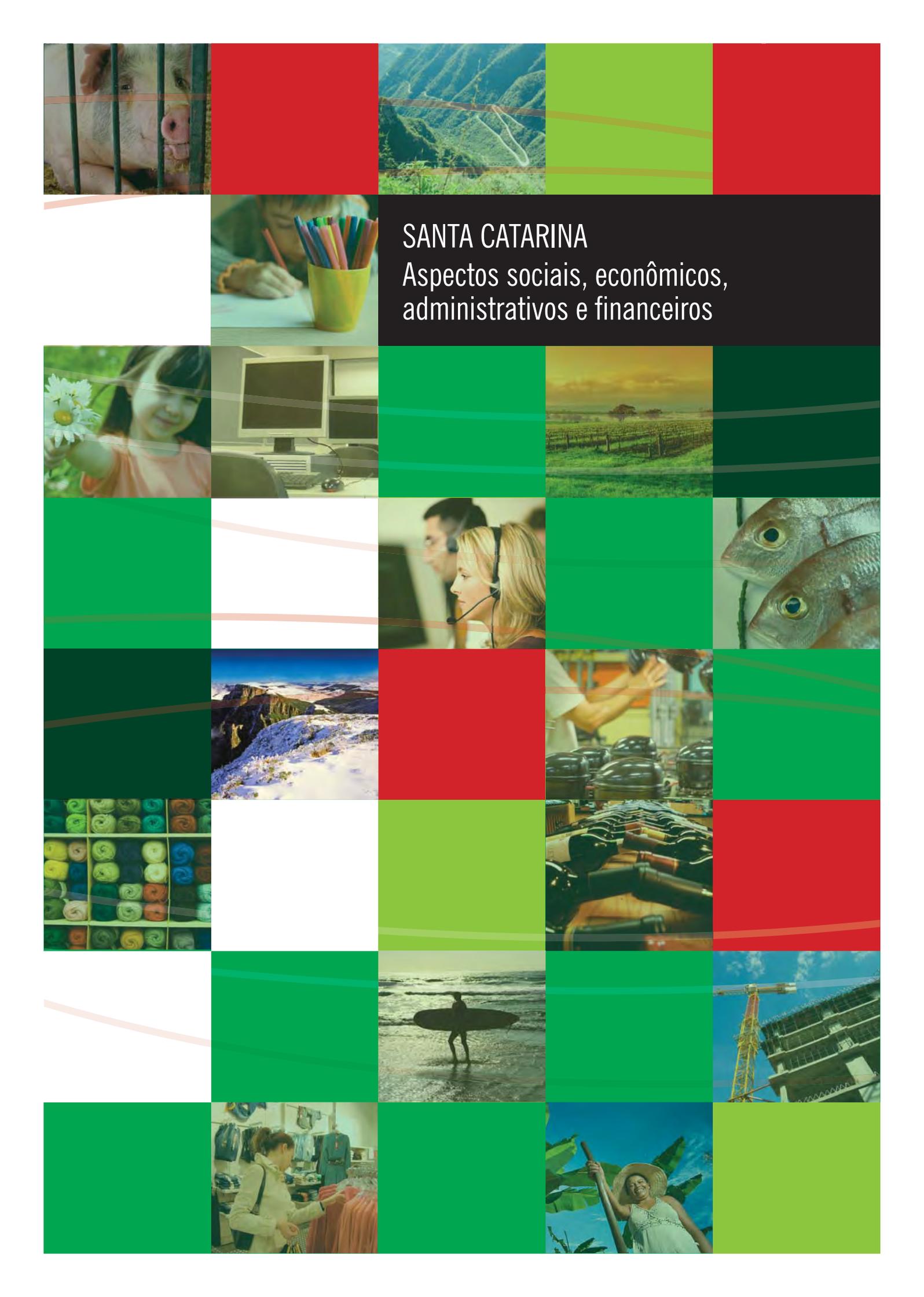
Folha de Pagamento por Função de Governo – Poder Executivo	114
--	-----

Investimentos por Função de Governo – Consolidado Geral	115
---	-----

Investimentos por Função de Governo – Poder Executivo	116
---	-----

Custeio por Função de Governo – Consolidado Geral	117
---	-----

Custeio por Função de Governo – Poder Executivo	118
---	-----



SANTA CATARINA
Aspectos sociais, econômicos,
administrativos e financeiros

Equilíbrio e dinamismo

Para compreender a grandeza dos números que serão demonstrados é recomendável, primeiramente e de forma sucinta, ter uma visão geral do Estado, seu território, sua história, seus habitantes e cultura.

SANTA CATARINA está situada no Sul do Brasil, bem no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste, e em uma posição estratégica no Mercosul. O Estado faz fronteira com a Argentina ao Oeste, Paraná ao Norte, Rio Grande do Sul ao Sul e com o Oceano Atlântico ao Leste. O Estado de Santa Catarina possui uma área de 95.346,181 quilômetros quadrados e é formado por 295 municípios, dispostos conforme o mapa apresentado abaixo.

A Capital do Estado de Santa Catarina é Florianópolis e está a 1.850 quilômetros de Buenos Aires, 705 quilômetros de São Paulo, 1.144 quilômetros do Rio de Janeiro e 1.673 quilômetros de Brasília. O Estado situa-se entre os paralelos 25°57'41" e 29°23'55" de latitude Sul e entre os meridianos 48°19'37" e 53°50'00" de longitude Oeste.

Sua população estimada em 1° de julho de 2012, era de 6.383.286 pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a qual representa 23,02% da população da região Sul (27.731.644 habitantes) e 3,29% da população do Brasil (193.946.886 habitantes).

Santa Catarina e sua posição no mapa do Brasil



Santa Catarina tem como principais cidades Florianópolis, Joinville, Blumenau, Lages, Criciúma, Itajaí, Tubarão, Brusque e Chapecó.

Os dez maiores e os dez menores municípios catarinenses – Estimativa de População em 1º de julho de 2012.

FONTE: IBGE.

Município	População Residente
10 MAIORES	
Joinville	526.338
Florianópolis	433.158
Blumenau	316.139
São José	215.278
Criciúma	195.614
Chapecó	189.052
Itajaí	188.791
Lages	156.604
Jaraguá do Sul	148.353
Palhoça	142.558
10 MENORES	
Santiago do Sul	1.431
Lajeado Grande	1.478
Flor do Sertão	1.585
Presidente Castello Branco	1.697
Paial	1.720
Jardinópolis	1.732
Tigrinhos	1.739
Macieira	1.815
Barra Bonita	1.853
São Miguel da Boa Vista	1.887

A densidade demográfica do Estado é de 66,95 habitantes por quilômetro quadrado. Balneário Camboriú se destaca como o município de maior densidade demográfica de Santa Catarina, com 2.438 habitantes por quilômetro quadrado.

Município	Densidade Demográfica (Habitantes/Km ²)
10 MAIORES	
Balneário Camboriú	2438
São José	1902
Florianópolis	1000
Criciúma	830
Itapema	827
Itajaí	653
Blumenau	608
Navegantes	572
São Miguel do Oeste	513
Joinville	465
10 MENORES	
Macieira	7
Bocaina do Sul	7
São Bonifácio	6
Matos Costa	6
Anitápolis	6
Água Doce	5
Calmon	5
Bom Jardim da Serra	5
Painel	3
Capão Alto	2

◀ **Densidade Demográfica em 1º de julho de 2012 .**

FONTE: IBGE.

A atividade econômica de Santa Catarina é caracterizada pela divisão em pólos: agroindustrial (Oeste), eletro metal-mecânico (Norte), madeireiro (Planalto e Serra), têxtil (Vale do Itajaí), mineral (Sul), tecnológico (Capital) e turístico (todas as Regiões).

O Estado possui uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, que divide espaço com um parque industrial atuante, sendo o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se pelo Estado, ligadas aos centros consumidores e aos portos de exportação por uma eficiente malha rodoviária.

O equilíbrio e o dinamismo da economia catarinense refletem-se nos elevados índices de crescimento, alfabetização, emprego e renda per capita, muito superiores à média nacional.

No sítio do Estado de Santa Catarina, <http://www.sc.gov.br>, são encontrados dados mais abrangentes sobre a sua geografia, história, colonização, povo, cultura e seus atrativos turísticos.

Aspectos Sociais

Saúde

Em 2012 a saúde pública foi prioridade para o Governo do Estado com aplicações de recursos na ordem de R\$ 1,988 bilhão, representando um acréscimo de 6% em relação ao ano de 2011.

Dentre os principais investimentos destacam-se a reforma e ampliação da UTI do Hospital Santa Isabel no município de Blumenau e a construção de Unidades Básicas de Saúde nos municípios de São Bernardino, Jupiá, Canelinha, Guabiruba, Rio das Antas, Porto União, São José do Cedro, Iporã do Oeste, Leoberto Leal, Petrolândia, Pedras Grandes, Jaguaruna, Tubarão, Gravatal e Guaramirim.

O Estado conta com 193 hospitais em atividade, totalizando 15.453 leitos, sendo 1.216 de Unidades de Terapia Intensiva - UTIs.

O Índice de Desempenho do SUS - IDSUS que mede o desempenho do atendimento em saúde nos municípios brasileiros, criado pelo Governo Federal, colocou o Estado de Santa Catarina no topo da lista entre os estados da federação, com o índice de 6,29, enquanto o IDSUS do Brasil ficou em 5,47.

O grupo de profissionais à disposição dos catarinenses em 2012 realizou 21.341 cirurgias eletivas, vacinou 866.663 pessoas contra a gripe, alcançando 94,64% de cobertura e vacinou 415.855 crianças menores de 05 anos contra a poliomielite, com cobertura de 100%.

Com 53,7% de cobertura populacional em saúde bucal Santa Catarina destaca-se entre os estados da federação. É a maior cobertura da região Sul, com 898 equipes de Saúde Bucal e 40 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em funcionamento.

Do total de óbitos hospitalares ocorridos na região sul, Santa Catarina é responsável por apenas 18,73%, conforme dados do DATASUS-2012 expostos na tabela a seguir.

Morbidade hospitalar – Janeiro a novembro/2012 Comparativo da Região Sul.

Fonte: Ministério da Saúde,
Departamento de Informática do Sistema
Único de Saúde - DATASUS 2012.

Unidade da Federação	% de óbitos hospitalares
TOTAL DA REGIÃO SUL	18,94%
Paraná	36,25%
Santa Catarina	18,73%
Rio Grande do Sul	45,03%



Santa Catarina também se destacou em 2011 no número de transplantes de medula óssea e tecidos.

Unidade da Federação	Número de transplantes de Medula Óssea	% de Transplantes de Medula Óssea
SP	692	52,38%
RJ	172	13,02%
PR	143	10,83%
PE	119	9,01%
SC	56	4,24%
MG	55	4,16%
RS	29	2,20%
BA	18	1,36%
CE	18	1,36%
RN	11	0,83%
ES	8	0,61%
BRASIL	1.321	100,00%

◀ Número de transplantes de medula óssea por estado de janeiro a setembro de 2012.

FONTE: Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (www.abto.org.br)

Educação

Em 2012 foram aplicados mais de R\$ 971 milhões (despesas de custeio e investimentos) na melhoria da estrutura física e manutenção da rede pública estadual de ensino, proporcionando mais conforto e qualidade de ensino aos quase 600 mil alunos que estudam em uma das 1.303 escolas da rede pública estadual.

Neste ano iniciaram as obras de construção do novo prédio do Centro de Ensino Superior da Região Sul (CERES), em Laguna, com capacidade para 800 alunos, com 21 salas de aula, anfiteatro, biblioteca e sala de professores, objetivando ampliar o número de vagas e oportunizar maior acesso à educação. Além disto, foi ampliado o número de vagas para alunos do ensino médio nos municípios de Rio do Sul, Abdon Batista, Curitibanos, Guaramirim, Mafra, Rio Fortuna, São Bento do Sul e Timbó.

Foram adquiridos 135 ônibus escolares para atender a 12.000 alunos/dia da rede pública do ensino catarinense.

O Governo do Estado, reajustou a folha do magistério em R\$ 40 milhões/mês, em atendimento à Lei Federal nº 11.738/2008 que dispõe sobre o Piso Salarial do Magistério Público Estadual.

Os investimentos em educação têm reflexo direto nos índices de qualidade do ensino. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, calculado e divulgado a cada dois anos, demonstra a evolução na qualidade do ensino em Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina superou as metas previstas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o ano de 2011, sendo um dos destaques nacionais no ensino médio e nas séries finais do ensino fundamental. Os catarinenses mantiveram a liderança do ranking nacional, com média 4,9 nas avaliações entre alunos de 5ª a 8ª séries. Antes, o Estado dividia a primeira posição com São Paulo, que este ano obteve índice 4,7.



Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

FONTE: Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa – INEP (www.inep.gov.br).

Na avaliação do ensino médio, Santa Catarina também passou a ocupar a liderança, com 4,3. Em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, que corresponde de 1ª a 4ª séries, os catarinenses conseguiram importante avanço. No Ideb 2011, Santa Catarina alcançou o 2º lugar nacional, ficando depois apenas de Minas Gerais (5,9).

Região/UF	IDEB 2007			IDEB 2009			IDEB 2011		
	4ª Série	8ª Série	Ensino Médio	4ª Série	8ª Série	Ensino Médio	4ª Série	8ª Série	Ensino Médio
Norte	3,4	3,4	2,9	3,8	3,6	3,3	4,5	3,8	3,4
Nordeste	3,5	3,1	3,1	3,8	3,4	3,3	4,2	3,5	3,2
Centro Oeste	4,4	3,8	3,4	4,9	4,1	3,5	5,2	4,2	3,6
Sudeste	4,8	4,1	3,7	5,3	4,3	3,8	5,5	4,4	3,8
Sul	4,8	4,1	3,9	5,1	4,3	4,1	5,5	4,4	4,0
Santa Catarina	4,9	4,3	4	5,2	4,5	4,1	5,8	4,9	4,3

A taxa de analfabetismo em Santa Catarina também está muito abaixo da média nacional, como demonstra a tabela a seguir:

Taxa de analfabetismo em Santa Catarina – Dados de 2009

FONTE: IBGE

Unidade da Federação	Taxa de analfabetismo % população de 15 anos ou mais
Região Norte	11,12
Região Nordeste	18,54
Região Centro Oeste	6,99
Região Sudeste	5,28
Região Sul	4,95
Brasil	9,37
Santa Catarina	4,00

Segurança

Em 2012 foram aplicados mais de R\$ 1,609 bilhão na Segurança Pública catarinense. Deste montante, R\$ 1,181 bilhão foi destinado à folha de pagamento, R\$ 378 milhões à manutenção dos serviços públicos em segurança e R\$ 50 milhões destinados a investimentos.

Das ações realizadas em Segurança Pública, em 2012, destaca-se a instalação de 562 pontos de videomonitoramento conectados a 32 novas centrais de videomonitoramento em 34 municípios, aquisição de 378 viaturas para a Polícia Militar, 838 kits policiais (pistola, cinto, colete, etc.) e a aquisição de uma aeronave para o Corpo de Bombeiros Militar.

Santa Catarina é um dos estados mais seguros para se viver e tem a menor taxa de homicídios do país. Em 2012 houve uma redução de 4,08% no número de homicídios dolosos em comparação a 2011. Foram registrados 728 assassinatos em 2012 contra 759 em 2011. A taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes é de 11,65%.

Outro destaque positivo na segurança pública é o índice de resolução dos crimes que chega a 69,64% quando trata-se de latrocínios, com destaque para Florianópolis, onde 80,00% dos crimes são esclarecidos.



Infraestrutura

No ano de 2012 o Estado de Santa Catarina concluiu a pavimentação e/ou reabilitação de 71,1 km de rodovias estaduais. Destacam-se neste ano a conclusão das rodovias SC-370 e SC 473, trechos entre Urubici - Serra do Corvo Branco e Lindóia do Sul - Irani, respectivamente.

Na infraestrutura aeroportuária houve investimentos em quase todos os aeroportos do Estado, destacando-se R\$ 26,3 milhões, aproximadamente, para obras nos aeroportos de Chapecó, Regional Sul/Jaguaruna, Regional Planalto Serrano/Correia Pinto e São Joaquim.

Na infraestrutura portuária, a Administração do Porto de São Francisco do Sul adquiriu o sistema PORTONET para dar maior agilidade nos serviços portuários, além da aquisição de bóias e balanças e da manutenção preventiva da sinalização náutica, dos pátios, do sistema elétrico e do sistema preventivo de incêndio.



Turismo

O turismo em Santa Catarina é uma grande área da atividade econômica, representando significativa fatia do PIB do Estado, impactando a vida de aproximadamente 600 mil pessoas. Santa Catarina é o único estado do Brasil que possui um fundo público para fomentar a área turística, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo, vinculado à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Santa Catarina destaca-se quando o assunto é diversidade turística. Nenhum outro estado do Brasil combina litoral quente e badalado, cidades serranas gélidas – onde eventualmente até neva – festas típicas e infraestrutura eficiente. Só no ano passado, Santa Catarina recebeu 5 milhões de visitantes, sendo 400 mil deles, estrangeiros.

O Estado recebeu, em 2012, pelo 6º ano consecutivo o prêmio de melhor destino turístico do Brasil, prêmio idealizado pela revista Viagem e Turismo, da Editora Abril.

Em 2011 houve um aumento de 28,00%, em relação a 2010, no número de turistas que chegaram ao Brasil, por via aérea, desembarcando em nosso Estado.

Continentes de Origem	2010	2011
África	86	125
América Central e Caribe	56	79
América do Norte	479	436
América do Sul	69.654	89.329
Ásia	101	136
Europa	1.471	1.766
Oceania	190	333
Total	72.037	92.204

◀ Origem dos turistas que chegaram a Santa Catarina por via aérea (2010-2011).

FONTE: Anuário Estatístico do Turismo 2012 – Volume 39. Ano base 2011

Qualidade de Vida

O catarinense tem uma das melhores qualidades de vida do Brasil. Um dos indicadores que corroboram com esta informação é o percentual da população que recebe abaixo de meio salário mínimo, que em Santa Catarina é menor que o restante das outras regiões do Brasil e também da média nacional.

**População com
renda menor que 1/2
salário mínimo.**

FONTE: PNAD 2011

Unidade da Federação	% população com renda menor que 1/2 salário mínimo
Região Norte	41,4
Região Nordeste	46,2
Região Centro Oeste	18,3
Região Sudeste	16,4
Região Sul	14,4
Brasil	26,6
Santa Catarina	9,8

Outro fator importante para identificar a qualidade de vida dos catarinenses é a taxa de desemprego da população economicamente ativa de 16 anos ou mais, que no Estado está abaixo das outras regiões e do Brasil, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Taxa de desemprego

FONTE: Censo Demográfico 2010 - IBGE

Unidade da Federação	Taxa de desemprego das pessoas com 16 anos ou mais
Região Norte	8,54
Região Nordeste	9,63
Região Centro Oeste	6,32
Região Sudeste	7,28
Região Sul	4,49
Brasil	7,42
Santa Catarina	3,59

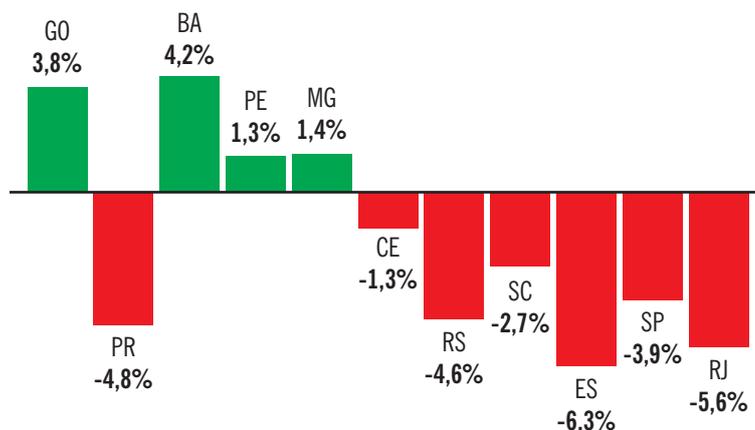


Aspectos Econômicos

Setor Industrial

Santa Catarina possui um importante parque industrial, destacando-se no cenário nacional. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, a indústria de transformação catarinense é a quarta do país em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos de artigos do vestuário e alimentar são os que mais empregam, seguindo-se dos artigos têxteis.

Contudo, o ano de 2012 não foi bom para o Brasil e para o setor industrial. Os resultados alcançados em 2012 demonstram que as indústrias registraram fraco desempenho, sentindo os efeitos do pouco crescimento doméstico e os reflexos da crise internacional. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dos onze principais estados da Federação, apenas quatro registraram crescimento na produção industrial. O maior incremento foi da Bahia (4,2%) e Goiás (3,8%). As maiores quedas foram do Espírito Santo (-6,3%), Rio de Janeiro (-5,6%), Paraná (-4,8%) e Rio Grande do Sul (-4,6%). Já a produção da indústria catarinense mostrou queda de -2,7%, igual à média brasileira.



◀ Produção Industrial - Principais Estados Percentual de Crescimento/Queda Ano 2012

FONTE: IBGE

Este é o segundo ano consecutivo de queda na produção industrial de Santa Catarina. Em 2011, a queda foi ainda maior (-5,1%), enquanto que o Brasil cresceu 0,3%. Segundo a FIESC, foram dois anos perdidos para a indústria, com a economia brasileira próxima à estagnação. A crise econômica mundial e a competitividade dos países asiáticos também vêm refletindo nos resultados desfavoráveis.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Variação (%)	-8,21	-5,53	11,40	0,04	0,23	5,42	-0,70	-7,80	6,50	-5,10	-2,70

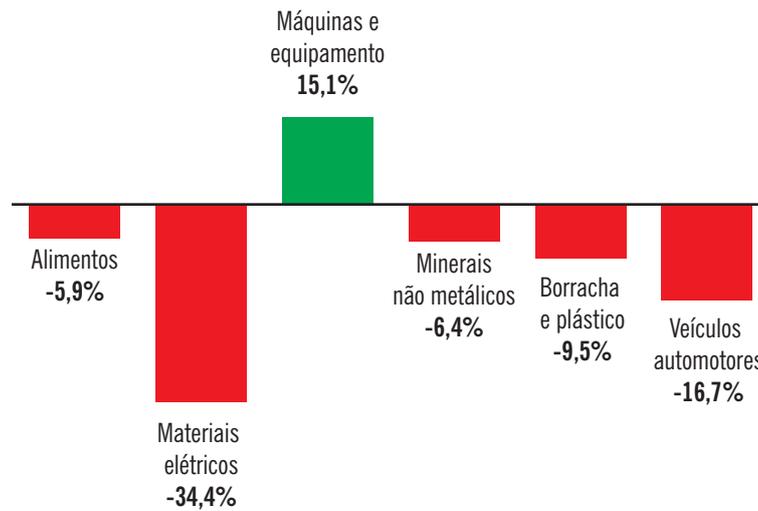
Ao analisarmos os diversos setores da indústria catarinense, verificamos que as maiores quedas na produção foram: materiais elétricos (-34,4%), veículos (-16,7%), borracha e plástico (-9,5%), minerais não metálicos (-6,4%) e alimentos (-5,9%). Por outro lado, o maior crescimento foi para máquinas e equipamentos (15,1%).

▲ Evolução da Produção Industrial Catarinense

FONTE: IBGE e FIESC

Setores da produção industrial catarinense de maior impacto sobre a média global.

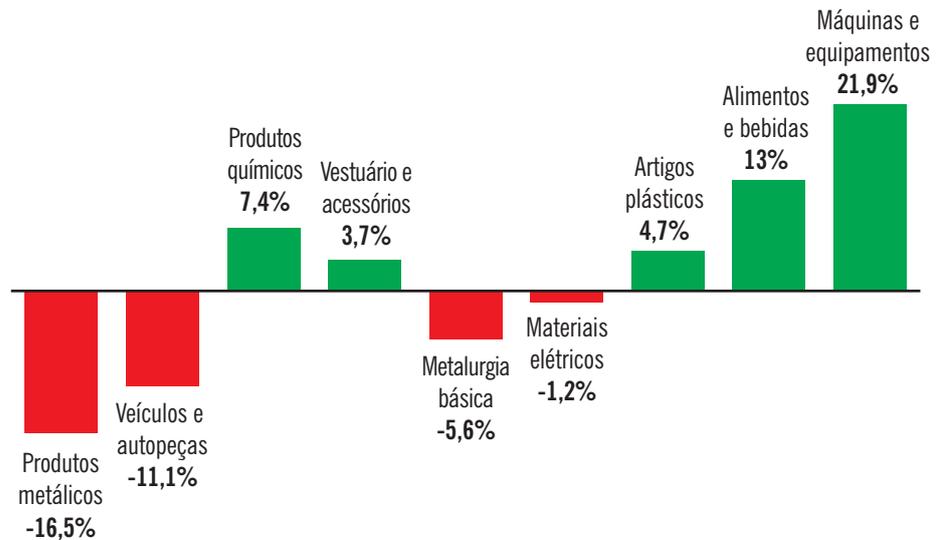
FONTE: IBGE



Já as vendas da indústria catarinense mostraram um crescimento real de 7,1% em 2012. Os maiores incrementos no faturamento, nesse período, foram de máquinas e equipamentos (21,9%), alimentos e bebidas (13%) e produtos químicos (7,4%). As maiores quedas foram para produtos metálicos (-16,5%), veículos e autopeças (-11,1%) e metalurgia básica (-5,6%).

Vendas da indústria catarinense por setores – Variação 2011/2012.

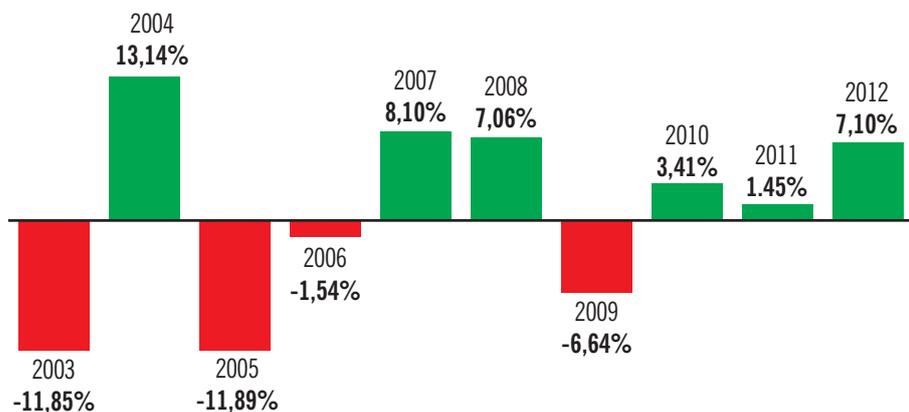
FONTE: FIESC



A seguir, a evolução das vendas da indústria catarinense desde o ano de 2003 até 2012:

Evolução das Vendas da Indústria Catarinense – Anos 2003 a 2012

FONTE: FIESC



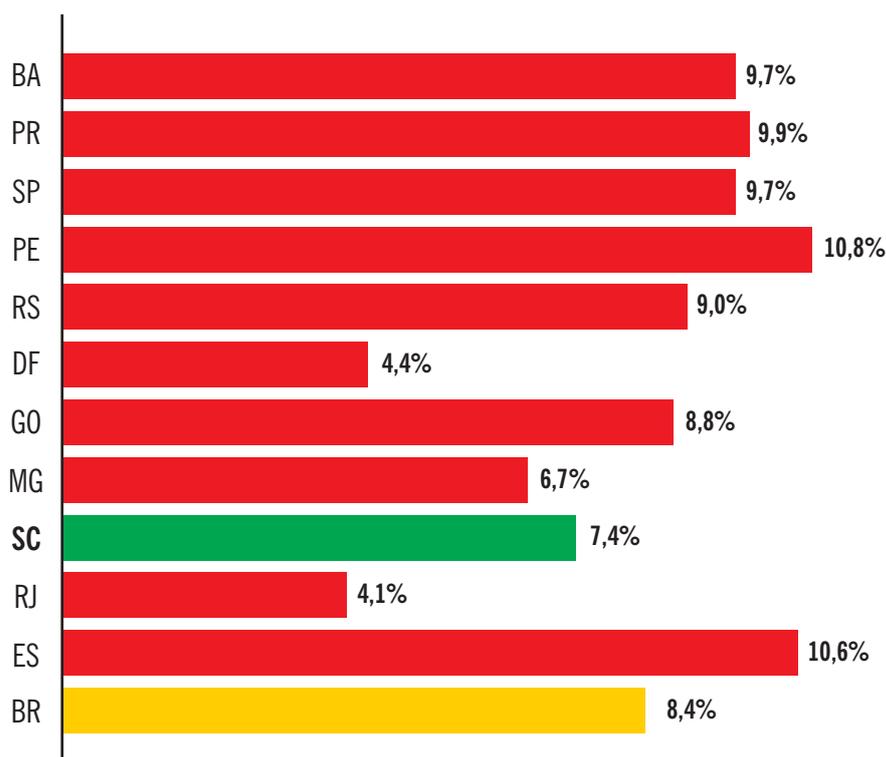
Comércio Varejista

Em 2012, o comércio varejista catarinense registrou um crescimento de 7,4% no volume de vendas em relação ao ano anterior, sendo um ponto percentual inferior à média brasileira (8,4%).

Os setores que apresentaram resultados mais positivos foram os de artigos de uso pessoal e doméstico, com crescimento de 19,7%, livros jornais e papelaria (18,1%), artigos farmacêuticos e de perfumaria (15,3%) e móveis e eletrodomésticos (13,8%). Os resultados menos expressivos foram para os combustíveis e lubrificantes (4,7%) e tecidos, vestuário e calçados (3,8%). Já o setor de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação registrou queda de -17,2%, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Ramos de atividade	Varição % 2011/2012
Combustíveis e lubrificantes	4,7%
Hiper e supermercados	5,5%
Tecidos, vestuário e calçados	3,8%
Móveis e eletrodomésticos	13,8%
Artigos farmacêuticos, perfumaria	15,3%
Livros, jornais, papelaria	18,1%
Equipamento e material de escritório/informática	-17,2%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	19,7%
Total do comércio	7,4%

Em relação aos demais estados brasileiros, Santa Catarina está na 8ª posição do volume de vendas do comércio varejista, perdendo uma posição em relação a 2011. Pernambuco apresentou o maior crescimento (10,8%), seguido pelo Espírito Santo (10,6%) e Paraná com 9,9%.



◀ Evolução do volume de vendas no comércio varejista catarinense.

FONTE: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

◀ Volume de vendas do comércio varejista brasileiro – 2011/2012.

FONTE: IBGE



Comércio exterior em 2012 (US\$ FOB mil)

FONTE:MDIC

Comércio Exterior (Importações e Exportações)

A exportações catarinenses em 2012 totalizaram US\$ 8,9 bilhões (US\$ 9,051 bilhões em 2011), uma redução de -1,44% em relação a 2011. No total exportado pelo Brasil, a queda foi um pouco maior, -5,26% em relação ao ano anterior.

As importações de Santa Catarina também registraram uma leve queda de -1,96% em relação a 2011, chegando a US\$ 14,55 bilhões neste ano. Dessa forma, o resultado da Balança Comercial de Santa Catarina no exercício de 2012 foi negativo em US\$ 5,6 bilhões, um pouco menor do que o ano anterior. Já o resultado nacional foi um superávit de US\$ 19,43 bilhões. Mesmo assim, foi o pior resultado desde 2002.

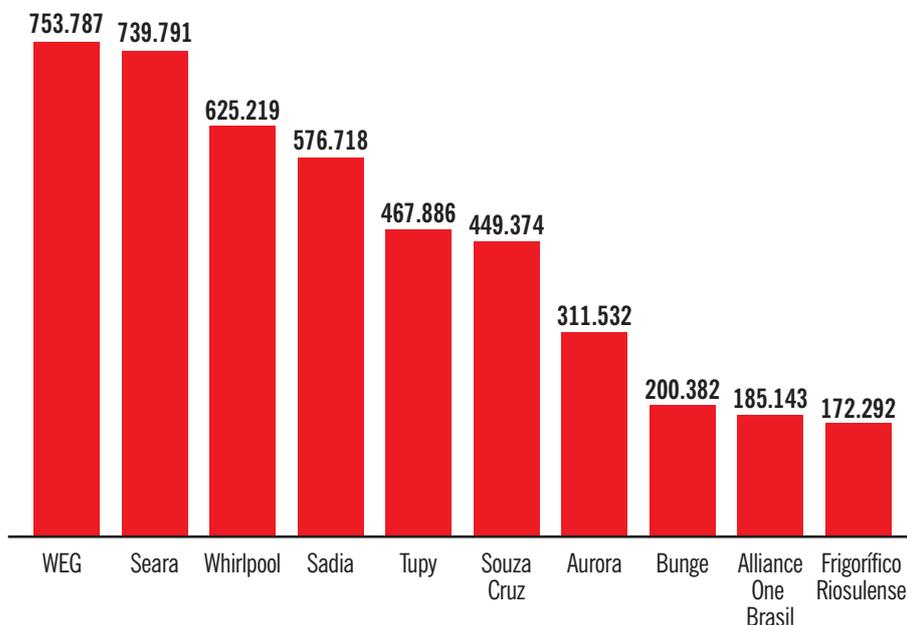
	Exportações	Varição 2011/2012	Importações	Varição 2011/2012	Saldo Balança
Santa Catarina	8.920.648	-1,44%	14.550.221	-1,96%	-5.629.573
Brasil	242.579.776	-5,26%	223.149.130	-1,37%	19.430.645

Principais Empresas Exportadoras

A WEG S.A. foi a empresa que mais exportou em 2012, atingindo a cifra de US\$ 753,8 milhões, seguida pela Seara Alimentos S.A., com US\$ 739,8 milhões, e pela Whirlpool S.A., com US\$ 625,2 milhões.

Principais empresas exportadoras catarinenses – 2012 (US\$ mil)

FONTE:MDIC



Principais Produtos Exportados

Em 2012, o agronegócio continuou como carro chefe das exportações catarinenses, respondendo por 6 dos 10 principais produtos de exportação. A maior participação é de pedaços e miudezas de frango (15,77%). Em seguida, vem o setor de fumo com 9,65% e de motocompressores com 5,65%.

Produtos	US\$ FOB mil	Participação	Variação (%) 2011/2012
Frango - Pedacos e Miudezas	1.406.860	15,77%	-6,94%
Fumo	860.813	9,65%	10,64%
Motocompressores	504.366	5,65%	7,15%
Carnes e Suínos	427.043	4,79%	3,89%
Blocos de cilindros e cabeçotes	405.116	4,54%	-4,68%
Motores elétricos 750KW	298.471	3,35%	-0,40%
Carnes galos e galinhas	295.592	3,31%	-24,49%
Soja	294.969	3,31%	-
Motores elétricos 75KW	244.884	2,75%	7,97%
Carnes e outros animais	220.365	2,47%	-16,06%

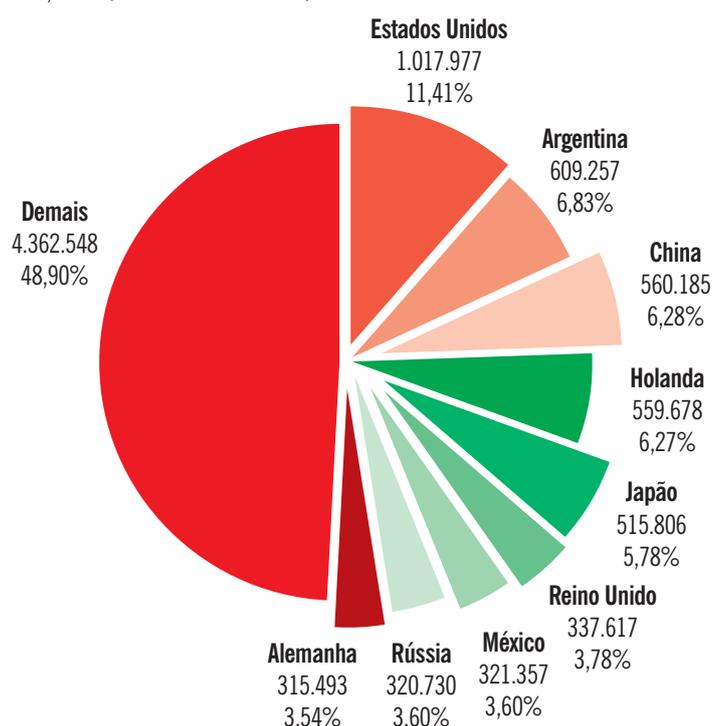
◀ Principais produtos exportados em 2012.

FONTE: MDIC

Principais Destinos das Exportações

Os Estados Unidos permanecem como principal parceiro nos negócios internacionais catarinenses. Porém, nos últimos anos sua participação, que era de 23%, caiu para 11,41% em 2012. Dessa forma, o Estado procurou ampliar o seu mercado internacional com outros países. A China passou a ser a terceira nação com maior volume de compras de produtos catarinenses, tendo ultrapassado o Japão e a Holanda. A Argentina recuperou a segunda posição com um montante de exportações de US\$ 609 milhões. Dos dez principais países, a Bélgica teve o maior incremento em 2012 (62,60%), seguida pela China, com crescimento de 36,53%. Já o Japão reduziu seus negócios com o Estado em -24,63% neste ano.

O principal bloco econômico nos negócios com o Estado continua sendo a União Européia, respondendo por 24,05% do total das exportações estaduais e um montante de US\$ 2,14 bilhões. A Ásia é a segunda colocada com 20,70% de participação e os Estados Unidos em terceiro com 11,62% (incluindo Porto Rico).



◀ Principais países de destino das exportações – US\$ FOB mil e participações (%)

FONTE: MDIC

Principais Produtos Importados

O cátodo de cobre continua como o principal produto das importações catarinenses, respondendo por 9,44% do total das importações e um montante de US\$ 1,37 bilhão. Em segundo lugar vêm os fios de fibras artificiais, com 1,64% de participação e um montante de US\$ 238 milhões. O destaque foi para o crescimento das importações de barras de ferro, que mostraram variação de 190,57% de 2011 para 2012. As luvas de borracha também tiveram variação positiva de 48,49%. Os polietilenos registraram variação negativa de 32,22%.

Em relação ao ano de 2011, houve mudança na pauta das importações entre os dez principais produtos. Reduziram suas participações e saíram da lista dos dez mais o alumínio, os fios de cobre, o policloreto de vinila e os polipropilenos.

Principais produtos importados – 2012

FONTE:MDIC

Produtos	US\$ mil	Participação	Varição % 2011/2012
Cátodos de cobre	1.373.317	9,44%	-12,89
Fio de fibras artificiais	238.139	1,64%	32,86%
Polietilenos	172.726	1,19%	-32,22%
Polímeros de etileno	156.987	1,08%	-21,29%
Pneus para ônibus ou caminhões	152.140	1,05%	-5,57%
Luvas de borracha	131.021	0,90%	48,49%
Pneus novos para automóveis	125.813	0,86%	0,07%
Garrafas, garrafas, frascos	119.145	0,82%	3,86%
Frações sangue/prod. imunológicos	114.143	0,78%	16,72%
Barras de ferro	106.655	0,73%	190,57%

Na destinação dos produtos importados prevalece a indústria, com 78,67% do total dos bens importados. Apenas 21,03% são bens de consumo, conforme verificamos a seguir:

Importações catarinenses em 2012

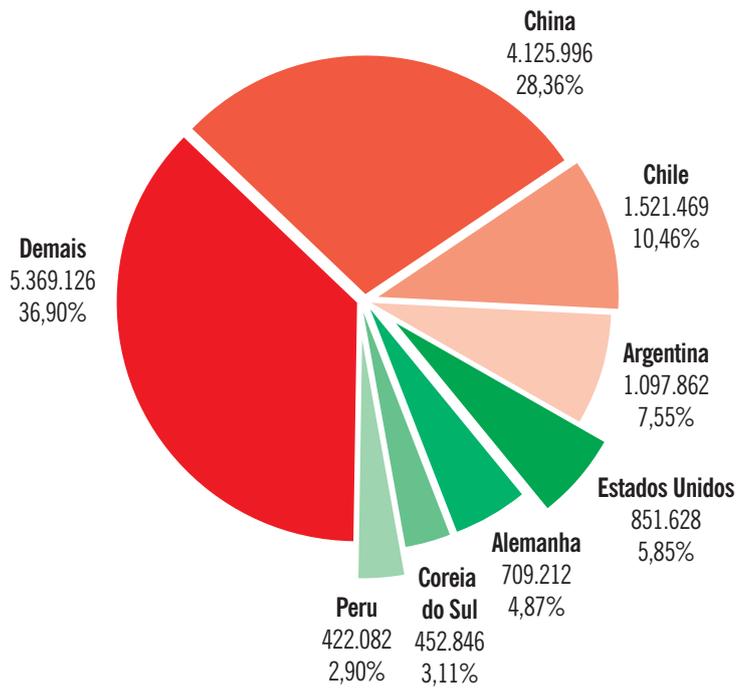
FONTE:MDIC

Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo
18,17%	60,50%	21,03%

Principais Origens das Importações

A China continua aumentando sua participação nas importações catarinenses, chegando a 28,36% em 2012, sendo que há cinco anos, sua participação era de 18,53%. Seu montante atingiu US\$ 4,12 bilhões, 171,18% a mais do que o segundo colocado, o Chile, e 3,97% a mais do que 2011. Contudo, houve redução no ímpeto de incremento, pois de 2010 para 2011, a variação havia sido de 28,09%. O Estado tem um déficit na balança comercial com a China de US\$ 3,6 bilhões (importa US\$ 4,1 bilhões e exporta US\$ 560 milhões). Considerando que o saldo negativo total da balança comercial catarinense foi de US\$ 5,6 bilhões, o déficit com a China equivale a 63,33% do total do déficit estadual. A expansão chinesa tem contribuído para o processo da desindustrialização brasileira e de Santa Catarina, principalmente por atingir setores importantes para o Estado como os têxteis, cerâmicos e de máquinas e equipamentos.

O Chile mantém-se como segundo parceiro do Estado, com um volume de US\$ 1,5 bilhão e 10,46% de participação, e a Argentina vem em terceiro, com 7,55%. Além disso, houve um aumento expressivo na importação de produtos da Turquia (50,65%) e retração nos negócios com a Argentina, Estados Unidos, Peru e Chile.



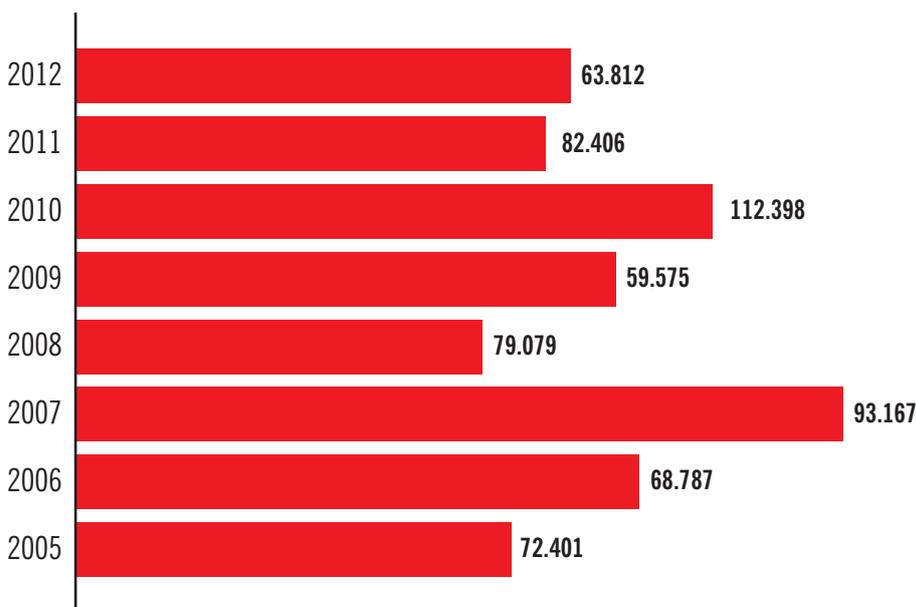
◀ Principais países de origem das importações – US\$ FOB mil e participações (%)

FORNTE: MDIC

■ Mercado de trabalho

Segundo o Ministério do Trabalho, o Brasil criou 1.301.842 postos de trabalho com carteira assinada em 2012. Esse resultado é inferior ao ano de 2011 em 33,05%, que atingiu 1.944.560 postos.

Santa Catarina foi o 5º colocado nacional, registrando a criação de 63.812 vagas, uma redução de 22,56% em relação ao ano de 2011, quando foram criadas 82.406 vagas. A crise internacional influenciou no resultado, assim como a falta de competitividade da indústria.



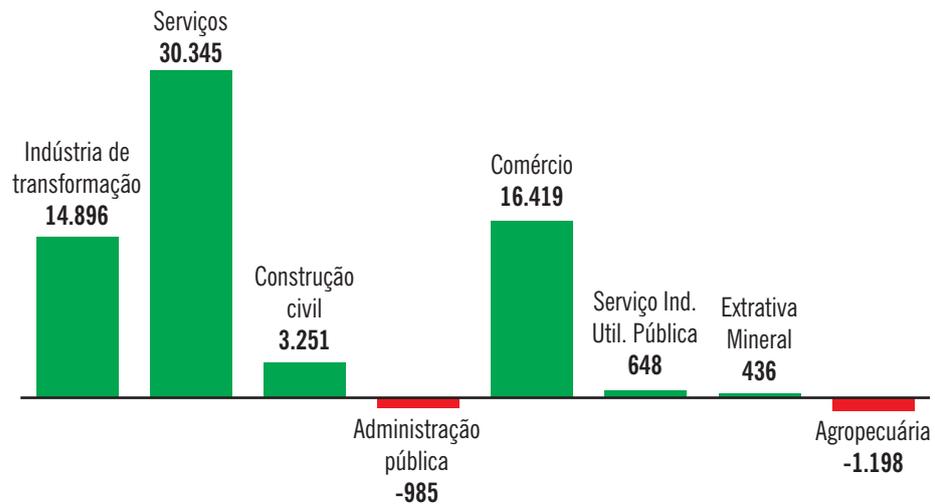
◀ Evolução do número de vagas em Santa Catarina 2005-2012

FORNTE: MTE – Caged e SINE/SC

Os setores que mais geraram empregos em 2012 foram: serviços, com 30.345 novas vagas, comércio, com 16.419 novos postos de trabalho e indústria de transformação, com 14.896 vagas. A agropecuária registrou redução de 1.198 vagas.

Geração de emprego segundo setores econômicos – novas vagas em 2012

FONTE: MTE – CAGED,
incluindo as declarações fora de prazo

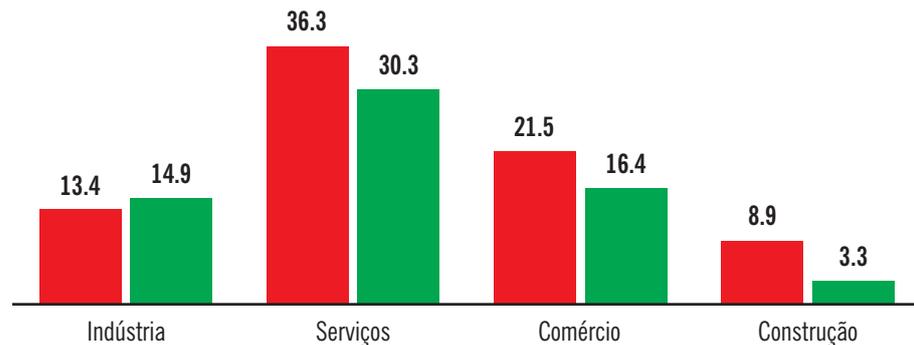


Comparando com o ano de 2011, neste ano a indústria aumentou em 1.500 vagas. Os demais setores que tiveram redução de vagas foram: serviços: - 6.000 vagas, comércio: -5.100 e construção: -5.600.

Evolução de vagas por segmento (milhares de vagas)

■ 2011 ■ 2012

FONTE: MTE – CAGED,
incluindo as declarações fora de prazo



No ano de 2012, o emprego formal catarinense cresceu 3,45%, bem parecido com o desempenho brasileiro (3,43%). No final de 2011, o Estado estava na última posição entre os principais estados da Federação. Neste ano, evoluiu, passando à sétima colocação.

Evolução do emprego formal nos principais estados brasileiros – 2011/2012

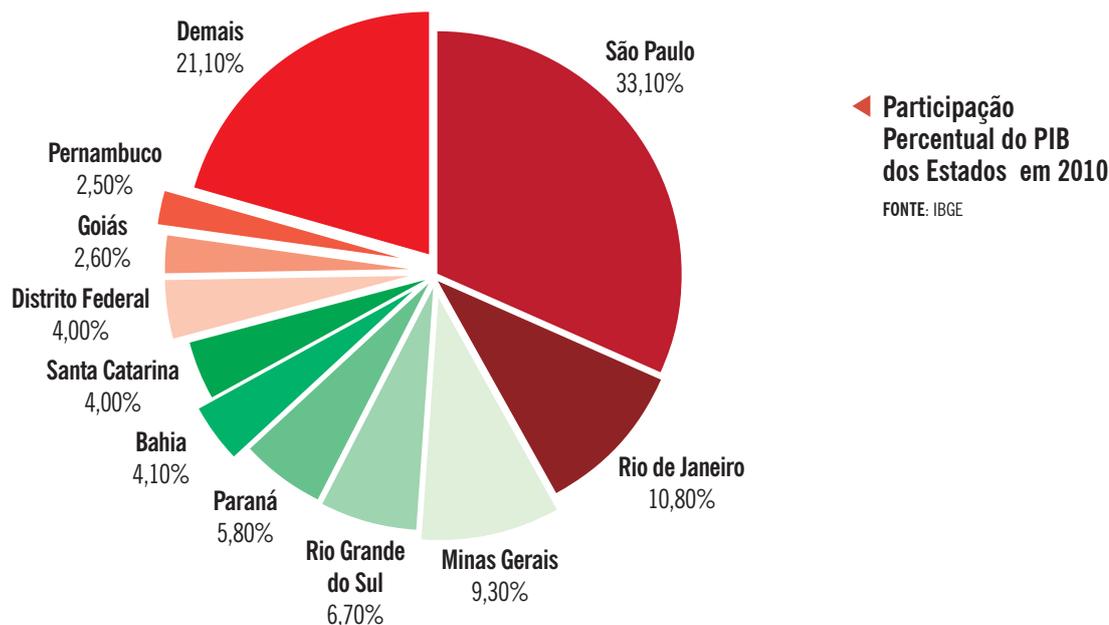
FONTE: CAGED

Ranking	Principais Estados	Varição %
1º	Goiás	6,14
2º	Rio de Janeiro	4,17
3º	Ceará	3,95
4º	Pernambuco	3,64
5º	Minas Gerais	3,61
6º	Paraná	3,56
7º	Santa Catarina	3,45
8º	Espírito Santo	3,36
9º	Rio Grande do Sul	3,23
10º	São Paulo	2,77
11º	Bahia	2,22
	Brasil	3,43

■ Produto Interno Bruto – PIB

O PIB catarinense cresceu 5,4% em 2010 (o PIB dos estados é divulgado com dois anos de atraso), enquanto que o brasileiro registrou 7,5% de crescimento. O valor do PIB do Estado atingiu a importância de R\$ 152,48 bilhões.

Sua participação no PIB brasileiro manteve-se em 4% em 2010, igual a 2009, tendo ultrapassado o Distrito Federal, passando da 8ª para a 7ª colocação.



Quanto ao PIB per capita, Santa Catarina permanece na quarta colocação do País e líder da Região Sul, com R\$ 24.398,42 em valor.

O crescimento do PIB catarinense entre os anos de 2002 a 2010 foi de 30,1%, enquanto que o crescimento nacional foi de 37,1%. Na média, o crescimento do PIB catarinense entre os anos de 2002 a 2010 foi de 3,3%, enquanto a média nacional foi de 4%.

▼ Variação do PIB no Brasil e em Santa Catarina

Fonte: IBGE – Contas Nacionais SPG e SEF

ANOS	BRASIL			SANTA CATARINA		
	R\$ milhões	Variação real (%)	Per capita (R\$)	R\$ milhões	Variação real (%)	Per capita (R\$)
2002	1.477.822	2,7	8.378,00	55.732	2,0	9.969,00
2003	1.699.948	1,1	9.498,00	66.849	1,0	11.764,00
2004	1.941.498	5,7	10.692,00	77.393	7,5	13.403,00
2005	2.147.239	3,2	11.658,00	85.316	1,6	14.543,00
2006	2.369.484	4,0	12.688,00	93.147	2,6	15.633,00
2007	2.661.345	6,1	14.465,00	104.623	6,0	17.834,00
2008	3.032.203	5,2	15.989,75	123.283	3,0	20.368,64
2009	3.239.404	-0,3	16.917,66	129.806	-0,1	21.214,53
2010	3.770.085	7,5	19.766,83	152.482	5,4	24.398,42
2011*	4.143.013	2,7	21.252,00	166.038	2,0	26.566,08

Aspectos Administrativos

O segundo ano de mandato do Excelentíssimo Governador de Estado, Sr. João Raimundo Colombo, foi marcado pelo foco na gestão com a criação do Modelo de Gestão Estratégica – MGE, coordenado pela Secretaria de Estado da Casa Civil, com o objetivo principal de ajustar o Estado aos anseios e às necessidades da população catarinense.

O MGE está amparado em nove programas que focam investimentos na economia catarinense, criação de uma cultura de prestação de contas, gestão compartilhada e integrada e planos de contenção de despesas.

Com a implantação do MGE, as reuniões do Colegiado, que congrega Secretários de Estado, Presidentes de Autarquias, Fundações e Empresas, passaram a ser mensais e utilizadas para que os gestores estaduais prestassem contas sobre as atividades de suas pastas, economias alcançadas e, principalmente, para partilhar ideias e projetos para agilizar os serviços públicos, dinamizar a gestão administrativa, além de cortes de gastos.

Destaques do Modelo de Gestão Estratégica em 2012:

Pacto por SC – Dentre os nove programas, destaca-se o Pacto por Santa Catarina. Com este programa Santa Catarina receberá mais de R\$ 7 bilhões para atender às principais necessidades da sociedade catarinense: infraestrutura, saúde, educação, segurança pública, justiça e cidadania, assistência social e saneamento básico. As obras vão resolver pendências e dinamizar serviços aos cidadãos, dar mais condições de desenvolvimento social e econômico, além de modernizar o Estado e prepará-lo para os desafios do futuro.

Grupo de Estudos Estruturantes – Um grupo de profissionais da administração estadual analisa todas as estruturas do Governo, verificando as atuações de cada secretaria e órgão, a fim de otimizar procedimentos e dinamizar a estrutura pública administrativa. Os estudos serão utilizados para balizar a nova reforma administrativa e tornar o Estado mais moderno em sua atuação.

Grupos Analíticos – Assim como o grupo de Estudos Estruturantes, esse braço do MGE foi criado para avaliar itens específicos do Governo:

- » **Aditivos:** a comissão de aditivos tem a função de analisar todos os pedidos de aditivos, de qualquer valor e para a contratação de quaisquer bens, serviços, materiais, inclusive locação. Durante a vigência da comissão, em 2012, foram liberados apenas R\$ 35 milhões em aditivos. Os valores foram utilizados em reformas de escolas, manutenção de rodovias e equipamentos hospitalares.
- » **Folha:** a folha de pagamento Estadual está em fase de análise pelo grupo analítico. Itens como horas extras, hora atividade e diárias são alguns dos focos do trabalho, que têm como objetivo limitar o crescimento e cumprir as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- » **Termo de Referências:** também em implantação, o grupo visa dar parâmetros para as licitações e buscar padrões e referências nas licitações, normatizando todos os procedimentos que serão realizados no Estado.
- » **Estoque Zero:** Com base no modelo japonês, o estudo iniciado em 2012 consiste na aquisição de materiais para o serviço público somente conforme a demanda. Com isso, serão eliminados os espaços com estocagem, reduzindo custos e problemas com prazos de produtos.

Planos de Contenção – Com a aprovação, pelo Senado Federal, da Resolução nº 72, a qual determina a cobrança igualitária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS para produtos importados por portos de todo o País, Santa Catarina perderá receita. A alternativa para estabilizar as contas públicas com a queda na arrecadação foi a contenção de gastos, com a adoção das seguintes medidas:

- » Regulamento de aditivos contratuais em todas as licitações do Estado;
- » Redução de 20% dos terceirizados;
- » Redução de 10% nos contratos de locação de veículos;
- » Servidores do Poder Executivo que estão à disposição de outros poderes, com ônus, devem ter seus custos ressarcidos por estas instituições ou retornarem ao órgão de origem do Poder Executivo, no prazo de 60 dias; e
- » Redução nos cinco maiores contratos de cada pasta, além do relacionado à Tecnologia da Informação.

Instrumentalização – A modernização da gestão do Estado é acompanhada por sistemas e procedimentos que possibilitam o monitoramento de obras e programas. No item da instrumentalização merece destaque o Cadastro de Informações Gerenciais - CIG, relacionado com os contratos firmados pelo Governo. Todo novo documento recebe um número no CIG e só assim pode ser publicado no Diário Oficial, dando sequência nos trâmites administrativos. Com valores de até R\$ 1 milhão, os contratos têm caráter apenas informativo e, quando superam esse valor, só podem ser firmados pelo órgão com a aprovação do Governador.

Além da implantação do Modelo de gestão Estratégica, outras ações no âmbito administrativo marcaram o ano de 2012:

■ Fortalecimento da Transparência e do Governo Eletrônico

A criação do Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br) no mês de maio também foi um dos pontos altos de 2012. O novo portal foi instituído pelo Decreto Estadual nº 913/2012, em atendimento à Lei Federal de Acesso à Informação¹ e à Lei Estadual da Transparência², e é gerenciado pela Secretaria de Estado da Fazenda, através da Diretoria de Contabilidade Geral. É o canal oficial de prestação de contas aos cidadãos catarinenses, onde é possível acompanhar detalhes da arrecadação das receitas, verificar as despesas realizadas, os valores pagos aos fornecedores e os repasses de convênios.

Quanto ao fortalecimento do governo eletrônico merece destaque o aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, coordenado pela Gerência de Sistema de Gestão Fiscal – GESIF da Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, com o desenvolvimento dos módulos de Transferências Voluntárias³, Acompanhamento Físico-Financeiro das Ações do Governo⁴, Gerenciamento de Contratos⁵ e Precatórios⁶. Os módulos de Transferências Voluntárias e Acompanhamento Físico-Financeiro começaram a operar ainda em 2012 e os demais módulos iniciarão suas atividades em 2013.

1 Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

2 Lei Estadual nº 15.617, de 10 de novembro de 2011

3 Gerido pela Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda.

4 Gerido pela Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda.

5 Gerido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração.

6 Gerido pela Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda.

Além desses módulos, está em fase de aperfeiçoamento o Módulo de Custos do SIGEF, que objetiva apurar os custos dos serviços públicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo, fornecendo informações tais como: custo por aluno, por preso, por hospital, por atendimento médico, etc.

O módulo de Acompanhamento Físico-Financeiro tem como principal objetivo o acompanhamento das metas físicas e financeiras estabelecidas nos programas e ações do Plano Plurianual. O módulo também fornecerá dados qualitativos e quantitativos que possibilitará o estabelecimento de índices de eficiência, economicidade, eficácia e efetividade nas realizações dos programas finalísticos (obras, aquisições e serviços) do Estado. Para o acompanhamento do Programa Pacto por SC, o módulo sofreu algumas evoluções, tendo como resultados o estabelecimento de metas/atividades para cada obra, serviço ou aquisição (atividades pré-definidas no sistema); integração com o Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas - SICOP para visualizar as medições de todas as obras do estado (ainda em andamento); extração de relatórios gerenciais, onde, por exemplo, é possível acompanhar quais metas/atividades estão atrasadas e qual a evolução na execução dos objetos.

O módulo de Transferências Voluntárias permite a utilização dos recursos públicos em programas previamente definidos pelo Governo, oportunizando aos gestores planejar o destino desses recursos, além de poder criar critérios para repassar esses valores às prefeituras, às entidades sem fins lucrativos, às pessoas físicas e aos consórcios públicos. Com a proposta e a prestação de contas totalmente sistematizadas Santa Catarina toma a frente de um processo que envolve a correta aplicação do dinheiro público e que tornará as transferências voluntárias mais transparentes, com a criação do Portal SCtransferências (www.sctransferencias.sc.gov.br).

■ Captação de Recursos

Em 2012 o Estado de Santa Catarina, por intermédio de seus órgãos e entidades, enviou 108 planos de trabalho para a União, sendo que desse total, 20 planos de trabalho das áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Agricultura, Assistência Social e Turismo foram transformados em convênio no valor total de R\$ 53 milhões, com o uso do Sistema de Captação de Recursos – SICAP.

Para que o Estado melhore este número, está em fase de desenvolvimento módulo do SIGEF para a Captação de Recursos, que possibilitará, por meio de uma de suas funcionalidades, a criação de um banco de projetos que servirá como plano de trabalho para a captação de recursos por meio de convênios. A ideia é gerar um portfólio de projetos para a definição das prioridades do governo e a sua utilização no momento mais oportuno.

■ Valorização dos Servidores Públicos

Na valorização dos servidores públicos o Governo concedeu reajuste linear de 8%⁷ em duas parcelas, sendo uma em janeiro e outra em maio, beneficiando quase 130 mil servidores catarinenses, com impacto mensal de R\$ 34,8 milhões. O vale-alimentação dos servidores, sem aumento deste 2001, também foi reajustado. O benefício passou de R\$ 6,00 para R\$ 10,00 em janeiro de 2012 e para R\$ 12,00 em maio.

7 Lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011

■ Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Outra preocupação do Governo do Estado foi o cumprimento da Portaria nº 828/2011, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para a convergência da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards).

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos em 2012 pelo Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado de Santa Catarina GTCON/SC e as Gerências da Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda resultaram na implementação em janeiro de 2013 do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, atendendo de forma antecipada o prazo estipulado pela STN (2014).



Aspectos Financeiros

Em 2012 a arrecadação bruta do Estado de Santa Catarina totalizou R\$ 24,085 bilhões (R\$ 21,292 bilhões em 2011), aumento de 13,11% em relação ao ano anterior. Entretanto, deste valor é necessário destacar o ingresso extraordinário que ocorreu no mês de dezembro, fruto da operação de crédito realizada com o Bank of América⁸, no valor de US\$ 726,5 milhões, que equivale a R\$ 1,478 bilhão. Se desconsiderarmos esta operação, o aumento da receita bruta em relação ao ano de 2011 foi de apenas 6,17%.

Ao dividirmos a arrecadação bruta do Estado por Poderes, verificamos que o Poder Executivo é responsável por praticamente 99% do total da receita do Estado, como podemos observar a seguir:

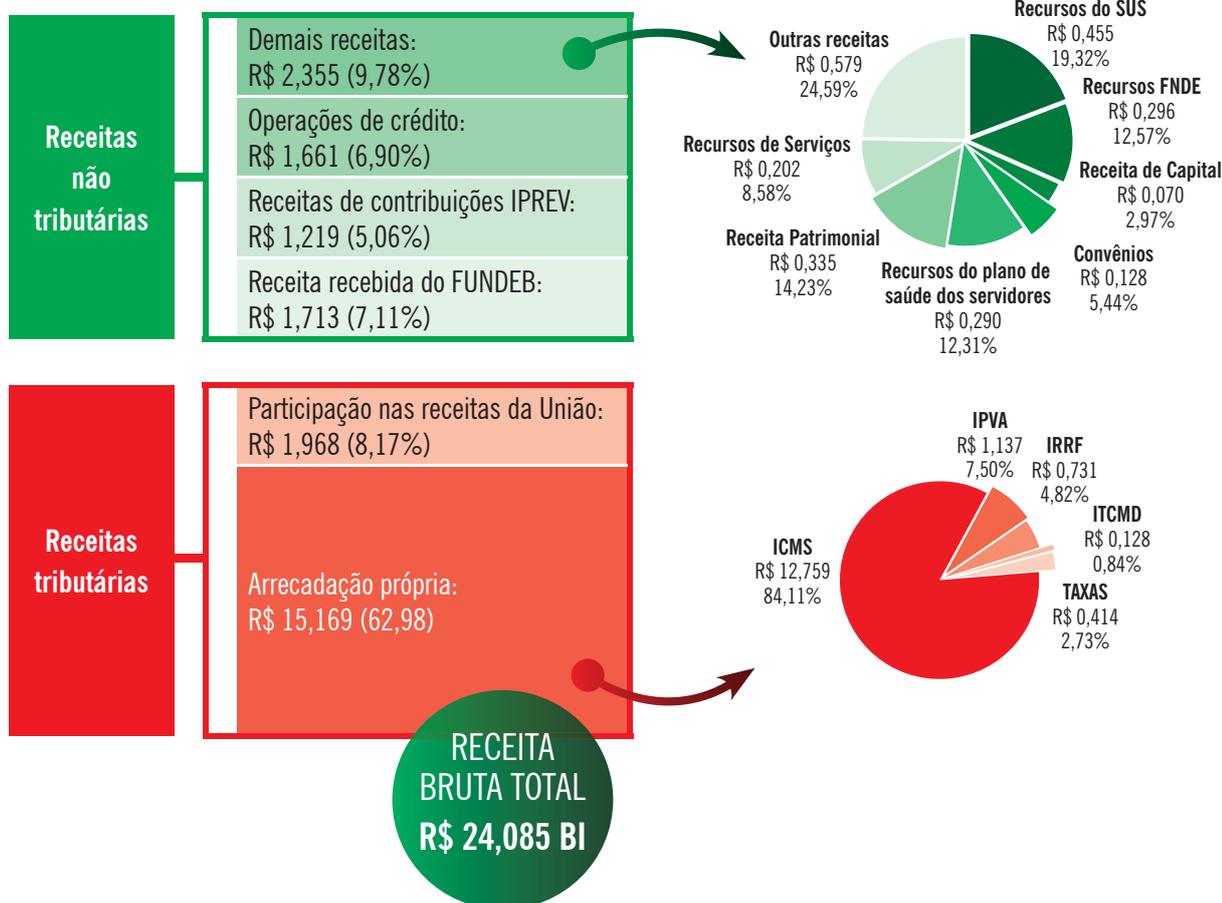
Receitas arrecadadas
por Poder e órgão
(em R\$ bilhões).

FONTE: SIGEF/SC

Receita bruta
arrecadada em 2012
(em R\$ bilhões).

FONTE: SIGEF/SC

Poder/órgão	2012	V%	2011	V%	H%
Poder Executivo	23,817	98,89%	21,066	98,94%	13,06%
Poder Judiciário	0,236	0,98%	0,196	0,92%	20,04%
Ministério Público	0,032	0,13%	0,030	0,14%	8,48%
Total	24,085	100,00%	21,292	100,00%	13,11%



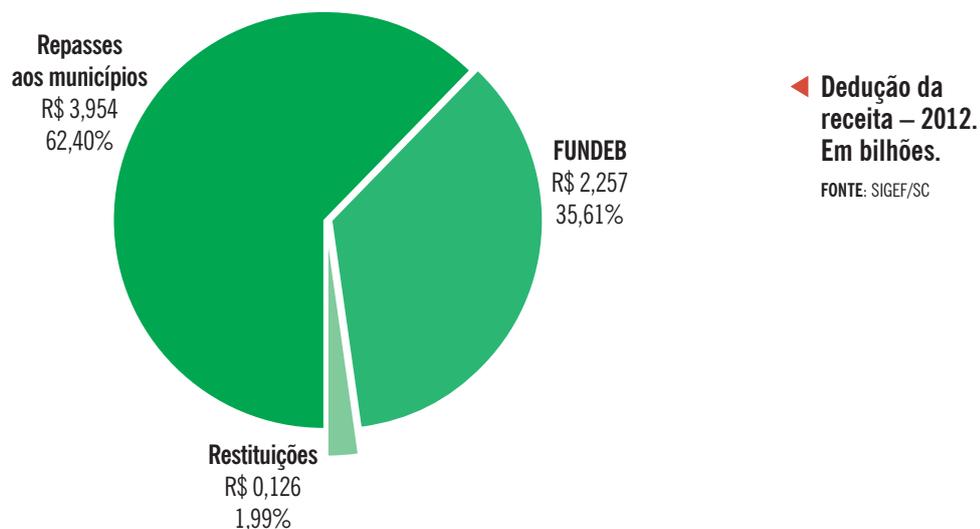
8 Vide Nota Explicativa nº 18 para mais informações desta operação.

As receitas tributárias representaram 71,15% do total arrecadado em 2012 (75,86% em 2011) e são divididas, para fins de evidenciação, em arrecadação própria e participação nas receitas da União. A arrecadação própria é formada pelos seguintes tributos: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Interestaduais e Municipais e de Comunicação - ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto sobre Transmissões Causa Mortis e Doações - ITCMD e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e Taxas, incluídos os juros, as multas e dívida ativa. A participação nas receitas da União refere-se aos tributos arrecadados diretamente pelo Governo Federal, definidos em legislação como pertencentes ao Estado, quais sejam, a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE, a Cota Parte IPI Exportação e a Cota-Parte CIDE.

Das receitas arrecadadas, destaca-se o ICMS, a maior fonte de receita do Estado, que apresentou em 2012 um crescimento de apenas 7,23% em relação ao ano de 2011, pouco mais que a inflação do período, de 5,84%. Os demais impostos até chegaram a apresentar um crescimento maior (IPVA – 14,18%, IRRF – 16,34%, Taxas – 15% e ITCMD – 38,89%), contudo, somados respondem por uma pequena fatia da receita tributária – 15,89%.

Outra fonte importante de receita do Estado são as participações nas receitas da União. Todavia, em 2012, houve queda nos repasses da CIDE (-47,12%) e do IPI (-12,23%). O FPE teve um acréscimo tímido de 3,11% e os repasses da Lei Kandir (compensação pela desoneração do ICMS das exportações) mantiveram-se no mesmo patamar de 2011.

Conforme determinações constitucional e legal, parte das receitas arrecadadas devem ser repassadas aos municípios catarinenses e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o que chamamos de “Deduções da Receita”. Além desses dois repasses, também são consideradas deduções as restituições de receitas aos contribuintes, em virtude de recolhimentos indevidos. Portanto, do total arrecadado em 2012, o Estado repassou aos municípios catarinenses⁹, R\$ 3,954 bilhões (R\$ 3,707 bilhões em 2011), ao FUNDEB, R\$ 2,257 bilhões (R\$ 2,104 bilhões em 2011) e restituiu receitas aos contribuintes¹⁰ no valor de R\$ 126 milhões (R\$ 169 milhões em 2011). Com isso, a receita líquida ficou em R\$ 17,748 bilhões.



9 Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 26.

10 Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 26.

O Estado também deve repassar aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público parte dos recursos que são arrecadados, conforme dispositivo constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que estabelece o conceito de Receita Líquida Disponível¹¹, base para o repasse aos Poderes e órgãos. Além disso, parte dos recursos do Fundo Social e dos Fundos do SEITEC – Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte também devem ser repassados conforme dispositivos legais. Dessa forma, no ano de 2012, foram repassados os seguintes valores:

Repasse aos poderes e órgãos. (em R\$ milhões).

FONTE: SIGEF/SC

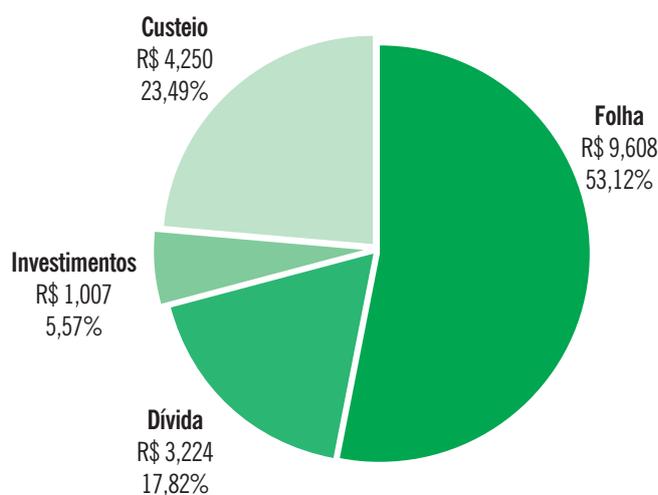
Recursos	Assembleia Legislativa	Tribunal de Contas	Tribunal de Justiça	Ministério Público
Participação RLD	420	155	867	364
Repasse Fundo Social	15	5	30	12
Repasse Seitec	7	3	14	6
Total	442	162	912	382

As despesas de 2012 somaram R\$ 18,089 bilhões (14,952 bilhões em 2011), ou seja, R\$ 3,137 bilhões a mais do que em 2011. Deste aumento é importante destacar o desembolso extraordinário de R\$ 1,478 bilhão, que ocorreu no mês de dezembro com a quitação do resíduo da dívida com o governo federal, realizada com os recursos advindos da operação com o Bank of America¹². Além disso, foram desembolsados mais R\$ 1,746 bilhão no pagamento da dívida pública, totalizando R\$ 3,224 bilhões em 2012, um acréscimo de R\$ 1,724 bilhão em relação a 2011.

As despesas com pessoal, maior dispêndio do governo, somaram R\$ 9,608 bilhões, R\$ 1,104 bilhão a mais que em 2011. O segundo maior gasto é com o custeio dos serviços públicos, que fechou 2012 na casa de R\$ 4,250 bilhões, um pequeno acréscimo em relação a 2011, onde foram gastos R\$ 3,921 bilhões. E, por último, os investimentos somaram cerca de R\$ 1,007 bilhão, um pouco abaixo do valor aplicado em 2011 (R\$ 1,024 bilhão).

Despesas por grupo de natureza. (em R\$ bilhões).

FONTE: SIGEF/SC



¹¹ Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 2,i.

¹² Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 18.

Segregando estas despesas nas principais Funções de Governo, observamos que 38,45% do gasto da folha de ativos foram aplicados nas funções Educação, Segurança Pública e Saúde. Nestas áreas também foram aplicados 55,20% do custeio de serviços públicos e 33,39% dos investimentos, conforme demonstra a tabela a seguir:

Funções	Folha	V%	Custeio	V%	Investimentos	V%	Total
Previdência Social	3.161	33,01%	22	0,51%	0	0,01%	3.182
Educação	1.794	18,74%	786	18,51%	185	18,33%	2.765
Segurança pública	1.181	12,33%	378	8,91%	50	4,98%	1.609
Saúde	707	7,38%	1.180	27,78%	102	10,08%	1.988
Transporte e urbanismo	79	0,83%	117	2,77%	333	33,11%	530
Demais	2.686	27,71%	1.767	41,52%	337	33,49%	4.791
Total	9.608	100,00%	4.250	100,00%	1.007	100,00%	14.865

O que podemos observar também é a grande fatia consumida pela Função Previdência Social (33,01% do total da folha), onde são pagos os servidores inativos e pensionistas do Estado, que totalizaram R\$ 3,161 bilhões em 2012 (R\$ 2,513 bilhões em 2011). Conforme definido na Lei Complementar Estadual nº 412/2008, o pagamento destes servidores é de responsabilidade do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV. No entanto, a própria lei determinou que a cobertura da insuficiência financeira da folha dos inativos é de responsabilidade do Tesouro do Estado. Com isso, em 2012 o Tesouro do Estado repassou ao IPREV R\$ 1,922 bilhão para pagamento da folha de inativos (R\$ 1,506 bilhão em 2011), quase o dobro do total dos investimentos realizados pelo Estado e o equivalente à folha de ativos da Educação.

Outra análise que deve ser feita sobre as despesas é a segregação por Poderes e órgãos e a forma de custeio das mesmas, uma vez que grande parte das despesas dos demais Poderes são custeadas com recursos da participação na Receita Líquida Disponível¹³ e outros dispositivos legais.

▲ Despesas executadas nas principais funções do governo. Em R\$ milhões.

FONTE: SIGEF/SC

Poderes	2012	V%	2011	V%
Executivo	15.740	87,01%	12.721	85,08%
Assembléia Legislativa	431	2,38%	409	2,74%
Tribunal de Contas	173	0,96%	154	1,03%
Tribunal de Justiça	1.288	7,12%	1.220	8,16%
Ministério Público	457	2,52%	448	2,99%
Total geral	18.089	100,00%	14.952	100,00%

◀ Despesas executadas por poderes e órgãos. Em R\$ milhões.

FONTE: SIGEF/SC

Cumprimento dos limites constitucionais e legais

O Estado de Santa Catarina, em 2012, cumpriu os limites mínimos constitucionais de saúde e educação, os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, bem como a meta de resultado nominal fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, demonstrando uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

13 Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 2,i.

Para fins de verificação da aplicação dos mínimos constitucionais de saúde e educação, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos - RLI, que agrega todas as receitas de Impostos e Transferências Constitucionais deduzidos os repasses dos Municípios. Em 2012, a RLI totalizou R\$ 12,027 bilhões.

Já para verificação dos limites estabelecidos na LRF, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida, que compreende todas as receitas correntes do Estado, tais como: receitas tributárias, contribuições sociais, patrimoniais, industriais, agropecuárias, serviços e transferências correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos Municípios e Fundeb, bem como as contribuições dos servidores ao regime próprio de previdência e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência. Em 2012 a RCL totalizou R\$ 14,535 bilhões (R\$ 13,791 bilhões em 2011), o que representou um incremento de 5,39% em relação a 2011.

■ Saúde

Em 2012 foram aplicados mais de R\$ 1,988 bilhão (R\$ 1,875 bilhão em 2011) em equipamentos, obras e manutenção dos hospitais públicos e em convênios com hospitais terceirizados, municipais, filantrópicos e organizações sociais.

Os investimentos do Governo do Estado, atingiram R\$ 101 milhões (R\$ 83 milhões em 2011). Já o custeio na manutenção dos serviços públicos em Saúde consumiu R\$ 1,180 bilhão (R\$ 1,167 bilhão em 2011) e a folha de pagamento dos servidores ativos somou R\$ 707 milhões (R\$ 625 milhões em 2011).

Para fins de verificação do mínimo constitucional¹⁴ foram consideradas despesas no valor de R\$ 1,460 bilhão (R\$ 1,348 bilhão em 2011), perfazendo um total de 12,14% da receita líquida de impostos (12,09% em 2011).

Atendendo a ressalva e recomendação do Tribunal de Contas do Estado, desde 2011 não estão sendo consideradas as despesas com o pagamento dos inativos da saúde no cálculo do mínimo constitucional.

■ Educação

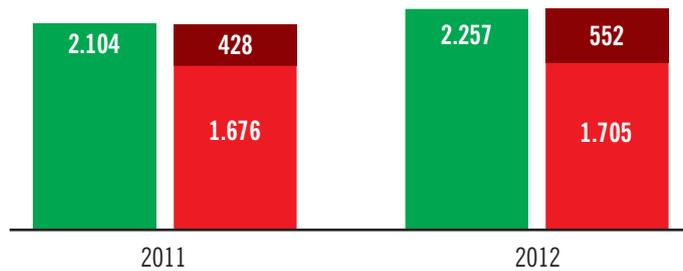
O Governo Estadual aplicou em 2012 o total de R\$ 2,764 bilhões (R\$ 2,344 bilhões em 2011) na construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação e transporte escolar, bolsas de estudo, materiais, mobiliário, equipamentos de informática e na remuneração do magistério que beneficiaram aproximadamente 600 mil alunos.

Os investimentos do Governo do Estado, atingiram R\$ 185 milhões (R\$ 191 milhões em 2011). Já o custeio na manutenção dos serviços públicos em Educação foi de R\$ 786 milhões (R\$ 686 milhões em 2011) e a folha de pagamento dos servidores ativos somou R\$ 1,794 bilhão (R\$ 1,467 milhões em 2011).

Em 2012 o Estado de Santa Catarina repassou R\$ 2,257 bilhões ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (R\$ 2,104 bilhões em 2011). No entanto, retornaram para o Tesouro do Estado apenas R\$ 1,705 bilhão (1,676 bilhão em 2011), ocasionando uma perda de R\$ 552 milhões (R\$ 428 em 2011).

14 O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais – RLI (nota 2, I).





◀ **Repasse x Retorno do FUNDEB. Em R\$ milhões.**
■ Repasse ao FUNDEB
■ Retorno do FUNDEB
■ Perda

FONTES: SIGEF/SC

Cabe destacar que os recursos do FUNDEB que não retornam ao Tesouro do Estado, são distribuídos entre os municípios catarinenses, pois o FUNDEB é formado com recursos dos impostos do Governo do Estado e dos municípios catarinenses e a redistribuição destes recursos ocorre de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino.

Conforme previsto no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, 60% dos recursos do FUNDEB devem ser aplicados na remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental e médio. Em 2012 foram aplicados 80,48% (69,23% em 2011).

Na apuração do mínimo constitucional¹⁵ são considerados os recursos aplicados provenientes dos impostos mais a perda que o Estado tem na transferência dos recursos do FUNDEB. Além disso, foram consideradas 70% (75% em 2011) das despesas com o pagamento dos inativos¹⁶ da Educação no valor de R\$ 714 milhões (R\$ 470 milhões em 2011). Dessa forma, para fins do limite constitucional foram consideradas despesas no valor de R\$ 3,538 bilhões (R\$ 2,963 bilhões em 2011), perfazendo um total de 29,42% da receita líquida de impostos (26,57% em 2011).

A Constituição Estadual também prevê no seu artigo 170 que, pelo menos 5% dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino devem ser aplicados na assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina. Durante o ano de 2012 foram aplicados R\$ 59,740 milhões (R\$ 45,767 milhões em 2011), conforme tabela a seguir:



Aplicação em ensino superior. Em R\$ milhares.

FONTES: SIGEF/SC

Especificação	2012	2011
BASE DE CÁLCULO		
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - RLI	12.026.391	11.151.800
Mínimo a ser aplicado na Manutenção do Ensino (25% da RLI)	3.006.598	2.787.950
Valor mínimo a ser aplicado - Art. 170 da CE/89 e Lei Complementar nº 281/05. (5% dos 25% da RLI = 1,25% da RLI)"	150.330	139.398
APLICAÇÃO		
Secretaria de Estado da Educação		
6302 - Apoio a Estudante de Ensino Superior - Art. 170/CE - SED	58.305	43.245
9785 - Cursos Estratégicos do PROESDE - Prog. Estadual de Desenvolvimento Regional - SED	1.435	2.522
Total aplicado - Art. 170 da CE/89	59.740	45.767
Percentual aplicado	0,50%	0,41%
Insuficiência de aplicação	(90.590)	(93.631)

15 O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 25% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais – RLI (nota 2, I).

16 O Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007, prevê uma redução gradativa de 5% ao ano, a contar de 2007, das despesas com pagamento de inativos custeadas com recursos do Tesouro do Estado no cálculo do limite mínimo constitucional da educação.

Ciência e Tecnologia

O artigo 193 da Constituição Estadual estabelece que pelo menos 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica. Esta aplicação deverá ser efetuada de forma conjunta¹⁷ pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

Na apuração do mínimo constitucional foram considerados os valores empenhados pela EPAGRI e FAPESC, bem como os valores descentralizados pela FAPESC e empenhados pela EPAGRI, UDESC e Secretaria do Desenvolvimento Regional de Lages, nas fontes de recursos do exercício corrente, deduzidos os restos a pagar cancelados.

Na tabela a seguir são apresentados os valores aplicados nos anos de 2012 e 2011.

**Aplicação em
Ciência e Tecnologia.
Em R\$ milhares.**

FONTE: SIGEF/SC

Especificação	2012	2011
BASE DE CÁLCULO		
Receitas correntes	22.315.507	21.117.938
(-) Deduções da receita orçamentária	(6.337.104)	(6.032.482)
	15.978.403	15.085.456
Valor a ser aplicado (2%)	319.568	301.709
APLICAÇÕES		
Epagri		
Função 20 - Agricultura		
Despesas Empenhadas	267.079	256.531
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	(418)	(130)
	266.661	256.401
Fapesc		
Função 19 - Ciência e Tecnologia		
Despesas Empenhadas pela FAPESC	49.821	39.743
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	(11)	(151)
Despesas Empenhadas por Descentralização		
Na Epagri	526	532
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	-	(6)
Na UDESC	22	264
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	-	-
Na SDR Lages	-	5.000
	50.358	45.382
Total Aplicado em Ciência e Tecnologia	317.019	301.783
Percentual Aplicado	1,98%	2,00%
Diferença entre a aplicação e o mínimo constitucional	(2.549)	74

¹⁷ Conforme art. 100, I, e 112, I, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 381/2007.

Despesa com Pessoal

Todos os Poderes e órgãos do Estado de Santa Catarina cumpriram, em 2012 e 2011, o limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, conforme se verifica na tabela a seguir:

Especificação	2012	2011	Variação	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	46,46%	41,80%	4,66%	49,00%	46,55%	44,10%
Poder Legislativo	2,72%	2,62%	0,10%	3,00%	2,85%	2,70%
Tribunal de Contas	0,76%	0,73%	0,03%	0,80%	0,76%	0,72%
Assembleia Legislativa	1,96%	1,89%	0,07%	2,20%	2,09%	1,98%
Poder Judiciário	5,26%	5,20%	0,06%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,52%	1,60%	-0,08%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	55,96%	51,22%	4,74%	60,00%	57,00%	54,00%

Observa-se que, com exceção do Ministério Público, todos os Poderes e órgãos apresentaram variação positiva do percentual da despesa em relação à RCL, sendo que o Poder Executivo e o Tribunal de Contas atingiram o limite de alerta previsto pela LRF em 2012.

Também é importante destacar que as despesas brutas com pessoal, as quais representam quase a totalidade do desembolso financeiro¹⁸ da folha de pagamento, cresceram 12,04% no consolidado geral do Estado e 13,68% no Poder Executivo, enquanto a Receita Corrente Líquida cresceu apenas 5,39%, conforme demonstrado na tabela a seguir:

▲
Percentual, por Poderes, das despesas com pessoal.

FONTES: SIGEF/SC

Especificação	2012	2011	Variação %
Consolidado			
Despesa Bruta com Pessoal	9.561.634	8.534.111	12,04
(-) Despesas não computadas	1.427.210	1.469.725	(2,89)
Despesas para fins de limite LRF	<u>8.134.424</u>	<u>7.064.386</u>	<u>15,15</u>
Poder Executivo			
Despesa Bruta com Pessoal	7.826.964	6.885.049	13,68
(-) Despesas não computadas	1.073.248	1.120.001	(4,17)
Despesas para fins de limite LRF	<u>6.753.717</u>	<u>5.765.047</u>	<u>17,15</u>
Receita Corrente Líquida	<u>14.535.174</u>	<u>13.791.475</u>	<u>5,39</u>

◀ **Despesa com pessoal – LRF. Em R\$ milhares.**

FONTES: SIGEF/SC

¹⁸ Conforme o artigo 18 da LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como auxílio alimentação e auxílio moradia, bem como a contribuição para o Plano de Saúde dos Servidores Públicos.

■ Dívida Consolidada Líquida, Garantias e Contragarantias e Operações de Crédito

A Resolução do Senado nº 40/2001 estabelece que a Dívida Consolidada Líquida - DCL dos Estados não poderá ser superior a 200% da Receita Corrente Líquida - RCL. Em 2012 o percentual da DCL do Estado de Santa Catarina em relação à RCL foi de 40,58% (45,67% em 2011).

O saldo de garantias concedidas pelo Governo do Estado no final de dezembro de 2012 foi de R\$ 88 milhões (R\$ 93 milhões em 2011), representando 0,61% da RCL (0,68% em 2011). O limite máximo estabelecido pela Resolução do Senado nº 43/2001 é de 22% da RCL. As operações de crédito realizadas pela CASAN, na qual o Estado é o garantidor, foram contratadas em 1991 (BIRD) e em 1996 (KFW). Por serem anteriores à edição da LRF e da Resolução do Senado, não possuem contragarantias, pois não eram exigidas na época.

Já as operações de crédito contratadas pelo Estado não podem ser superiores a 16% da RCL, conforme a Resolução do Senado nº 43/2001. Em 2012 o Estado realizou operações de crédito no montante de R\$ 1,661 bilhões (R\$ 95 milhões em 2011), o que representou 11,43% da RCL (0,68 em 2011), conforme segue:

-
- » R\$ 1,478 bilhão com o Bank of America Merrill Lynch, destinados à reestruturação da dívida do Estado com a União¹⁹;
 - » R\$ 105,841 milhões com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para o reembolso das despesas pelo Programa de Apoio ao Investimento dos Estados - PROINVESTE, destinado aos investimentos em infraestrutura, justiça e cidadania, educação, saúde e prevenção de desastres contra as secas;
 - » R\$ 24,386 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para o programa de pavimentação e reabilitação de rodovias;
 - » R\$ 19,227 milhões com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, referente ao programa emergencial de financiamento dos Estados - PEF 2;
 - » R\$ 13,698 milhões com a Corporação Andina de Fomento - CAF para o Programa de integração regional (PIR) - Fase I, na integração da região nordeste de Santa Catarina com o litoral, viabilizando investimentos portuários e promovendo o desenvolvimento turístico;
 - » R\$ 12,685 milhões com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para o Programa Santa Catarina Rural - Microbacias III, que visa aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares de Santa Catarina; e
 - » R\$ 6,370 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados ao programa de modernização da gestão fiscal e financeira da administração estadual - PROFISCO.
-

■ Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Para poder inscrever despesas em restos a pagar, o ente público deve comprovar que possui recursos disponíveis para honrar os compromissos. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender ao objeto de sua vinculação.

¹⁹ Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 18.

Em 2012 foram inscritos restos a pagar no montante de R\$ 393 milhões (R\$ 429 milhões em 2011). Destes, R\$ 47 milhões (praticamente o mesmo valor de 2011 – R\$ 46 milhões) referem-se a restos a pagar processados e R\$ 347 milhões (R\$ 383 milhões em 2011) a restos não processados.

A disponibilidade de caixa menos as obrigações financeiras²⁰ totalizou R\$ 2,062 bilhões (R\$ 1,969 bilhão em 2011) antes da inscrição dos restos a pagar em 2012. Após a inscrição dos restos a pagar, a disponibilidade financeira restante, no total de R\$ 1,668 bilhão em 2012 (R\$ 1,540 bilhão em 2011), representa o superávit financeiro do exercício²¹.

Destinação de Recursos	Disponibilidade Financeira		Obrigações Financeiras		Restos a Pagar Inscritos		Disponibilidade após a inscrição de Restos a Pagar	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Recursos Vinculados	3.626	3.359	2.869	2.774	123	105	635	481
Recursos vinculados à saúde	172	255	1	-	81	49	89	206
Recursos vinculados à educação	157	264	3	1	29	38	125	225
Recursos destinados ao RPPS/SC	257	181	1	0	2	1	254	180
Demais recursos vinculados	3.041	2.660	2.864	2.773	11	16	166	(129)
							-	-
Recursos Não Vinculados	1.305	1.386	1	2	270	324	1.034	1.060
Recursos Ordinários do Tesouro	274	431	0	1	111	140	163	290
Demais recursos não vinculados	1.031	955	1	1	160	185	870	770
Total	4.931	4.745	2.870	2.776	393	429	1.668	1.540

Resultado Primário

A análise do resultado primário indica quanto o ente público depende de capital de terceiros para manter ou custear suas despesas. Superávits primários são direcionados para o pagamento de serviços da dívida (principal mais juros) e contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixou a meta do Resultado Primário para 2012 em R\$ 1,047 bilhão (R\$ 875 milhões para 2011), contudo, o resultado apresentado foi um Superávit Primário de R\$ 869 milhões (R\$ 1,260 bilhão em 2011), ou seja, R\$ 178 milhões abaixo da meta. Isso aconteceu porque o resultado primário considera somente as receitas arrecadadas no ano menos as despesas realizadas, sejam elas custeadas por recursos provenientes da arrecadação do ano ou do superávit financeiro do exercício anterior. Dessa forma, se considerássemos os recursos de superávit financeiro que foram utilizados para a realização das despesas primárias (R\$ 1,080 bilhão), teríamos um superávit primário de R\$ 1,949 bilhão.

▲
**Disponibilidades
 financeiras X Restos
 a pagar.
 Em R\$ Bilhões.**

FONTE: SIGEF/SC

20 As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens: consignações, depósitos de diversas origens e outras obrigações financeiras resultantes de operações realizadas com terceiros, independente da execução orçamentária.

21 O relatório de cálculo do superávit financeiro consta no Volume II do Balanço Geral.

■ Resultado Nominal

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e exercício atual.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixou a meta do Resultado Nominal para 2012 em R\$ -327 milhões, ou seja, a LDO fixou uma meta de redução da Dívida Fiscal Líquida. Já no exercício financeiro de 2011 a meta da LDO era um crescimento da Dívida Fiscal Líquida em R\$ 229 milhões.

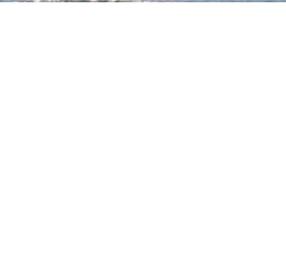
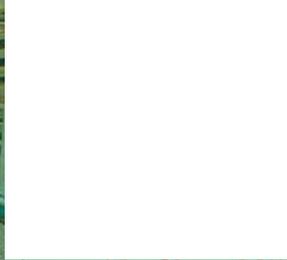
O resultado alcançado em 2012 foi uma redução da Dívida Fiscal Líquida no montante de R\$ 1,096 bilhão.

A tabela da página seguinte apresenta um resumo do resultado do Estado de Santa Catarina em relação aos limites constitucionais e legais.

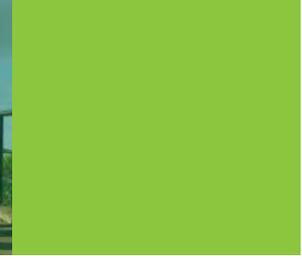
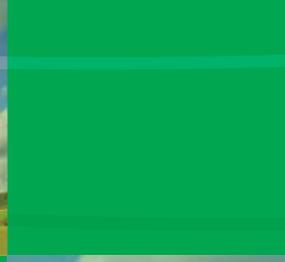
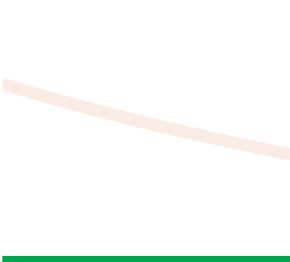
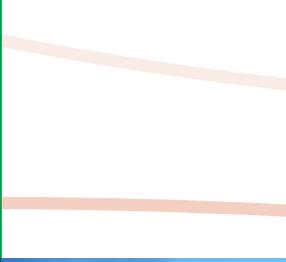
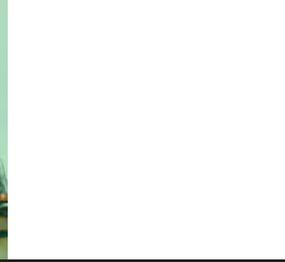


Resumo do resultado do Estado de Santa Catarina (2012-2011)

	2012		2011	
SAÚDE	VALOR	% RLI	VALOR	% RLI
Mínimo constitucional a ser aplicado (art. 77 ADCT. CF/88)	1.443.167	12,00	1.338.216	12,00
Despesas consideradas	1.482.968	12,14	1.348.767	12,09
EDUCAÇÃO - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	VALOR	% RLI	VALOR	% RLI
Mínimo constitucional a ser aplicado (art. 212 CF/88)	3.006.598	25,00	2.787.950	25,00
Despesas consideradas	3.538.303	29,42	2.963.063	26,57
EDUCAÇÃO - Ensino Superior	VALOR	% MDE	VALOR	% MDE
Mínimo constitucional a ser aplicado (art. 170 CE/89 e LC 281/05)	150.330	1,25	139.398	1,25
Despesas consideradas	59.740	0,50	45.767	0,41
EDUCAÇÃO - FUNDEB - Remuneração do Magistério	VALOR	% FUNDEB	VALOR	% FUNDEB
Mínimo constitucional a ser aplicado (art. 60 ADCT CF/88)	1.029.962	60,00	1.019.564	60,00
Despesas consideradas	1.381.568	80,48	1.176.411	69,23
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	VALOR	% REC, CORRENTES	VALOR	% REC, CORRENTES
Mínimo constitucional a ser aplicado (art. 193 CE/89)	354.956	2,00	301.709	2,00
Despesas consideradas	317.019	1,98	301.824	2,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.535.174		13.791.475	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite Máximo (inc. I, II e III art. 20 LRF)	8.721.104	60,00	8.274.885	60,00
Limite Prudencial (parág. ún. art. 22 LRF)	8.285.049	57,00	7.861.141	57,00
Despesa Total com Pessoal	8.134.424	55,96	7.064.386	51,22
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	29.070.348	200,00	27.582.951	200,00
Dívida Consolidada Líquida	5.898.678	40,58	6.298.321	45,67
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	3.197.738	22,00	3.034.124	22,00
Total das Garantias	88.922	0,61	93.335	0,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido pelo Senado Federal p/ Op. Internas e Externas	2.325.628	16,00	2.206.636	16,00
Limite definido pelo Senado Federal p/ Op. Antecip. Receita	1.017.462	7,00	965.403	7,00
Operações de Crédito Internas e Externas	1.661.165	11,42	95.294	0,69
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR		VALOR	
Meta estabelecida na LDO	1.047.288		874.787	
Resultado Apurado	869.464		1.259.601	
RESULTADO NOMINAL	VALOR		VALOR	
Meta estabelecida na LDO	(327.161)		228.665	
Resultado Apurado	(1.095.955)		(929.960)	
RESTOS A PAGAR	VALOR		VALOR	
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da inscrição de Restos Processados	2.061.701		1.969.141	
Inscrição em Restos Processados	47.038		46.369	
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da inscrição de Restos Não Proc.	2.014.663		1.922.772	
Inscrição em Restos Não Processados	346.178		382.414	



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Consolidado Geral



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

ATIVO ▶

TÍTULOS	NOTA	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE		7.484.799	6.915.096
Disponível	3	4.905.178	4.734.512
Créditos em Circulação			
Devedores - Entidades e Agentes	4	1.008.323	115.959
Depósitos	5	72.207	80.060
Bens e Valores em Circulação			
Estoques	7	270.492	218.737
Títulos e Valores			
Direitos sobre Concessões	8	247.944	210.422
(-) Provisão para Perdas Prováveis	8	(243.190)	(207.547)
Despesas antecipadas		121	55
Dívida ativa	9	583.226	145.191
(-) Provisão para perdas da dívida ativa	9	(582.372)	(145.078)
Demais Créditos	6	1.222.870	1.762.786
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		10.223.464	7.312.515
Depósitos	5	25.180	21.884
Dívida ativa	9	7.199.438	6.527.382
(-) Provisão para perdas da dívida ativa	9	(7.179.585)	(6.513.047)
Devedores - Entidades e Agentes	4	2.079.899	1.994.430
Direitos sobre Concessões	8	8.880	5.404
Demais Créditos realizáveis a longo prazo	6	350.508	314.034
Investimentos	10	2.980.983	2.683.320
Imobilizado	11	4.667.960	4.138.445
Intangível	12	90.203	48.622
TOTAL DO ATIVO		17.708.263	16.135.570
ATIVO FINANCEIRO		6.108.036	6.495.513
ATIVO PERMANENTE		11.600.227	9.640.057
SALDO PATRIMONIAL			
ATIVO COMPENSADO			
		2012	2011
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	25	7.700.395	7.513.801
Compensações ativas diversas		11.223.555	10.126.564
TOTAL		18.923.950	17.640.365

R\$ Milhares

◀ PASSIVO

TÍTULOS	NOTA	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE		6.156.800	5.361.035
Depósitos	13	2.851.549	2.764.518
Obrigações em circulação	14		
Provisões	15	420.384	142.149
Precatórios	16	97.455	41.382
Operações de crédito internas	17	1.191.753	-
Operações de crédito externas	18	49.382	-
Receitas Antecipadas	19	49.559	45.559
Receitas a classificar	20	10.476	11.543
Demais Obrigações em Circulação	14	1.486.242	2.355.885
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		13.577.505	13.919.025
Obrigações exigíveis a longo prazo			
Operações de crédito internas	17	8.762.277	11.478.136
Operações de crédito externas	18	1.883.879	365.235
Depósitos	13	73.843	73.843
Precatórios	16	1.175.801	537.957
Provisões	15	208.862	476.232
Receitas Antecipadas	19	115.638	151.863
Receitas Diferidas	22	336.071	-
Provisões matemáticas previdenciárias	23	158.495	171.217
Demais obrigações exigíveis a longo prazo	21	862.640	664.542
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(2.026.042)	(3.144.490)
Patrimônio social / Capital social		179.775	166.644
Reservas		16.598	16.598
Resultados acumulados		(2.647.724)	(3.734.183)
Ajustes de exercícios anteriores	24	425.309	406.450
TOTAL DO PASSIVO		17.708.263	16.135.570
PASSIVO FINANCEIRO	14	4.378.415	4.859.247
PASSIVO PERMANENTE		15.702.068	14.420.813
		(2.372.220)	(3.144.490)
PASSIVO COMPENSADO			
TÍTULOS		2012	2011
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	25	7.700.395	7.513.801
Compensações passivas diversas		11.223.555	10.126.564
TOTAL		18.923.950	17.640.365

No Volume II da presente Prestação de Contas do Exercício de 2012, encontra-se o Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial que tem por objetivo apresentar o Superávit/Déficit apurado de acordo com as Destinações de Recursos.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

► RECEITAS				
TÍTULOS	Nota	2012		
		Previsão	Execução	Diferença
Receitas correntes		15.762.588	15.049.874	(712.714)
Receitas tributárias		15.875.534	15.017.412	(858.123)
Receita de contribuições		626.619	635.686	9.067
Receita patrimonial		353.631	334.777	(18.855)
Receita agropecuária		2.183	1.622	(562)
Receita industrial		8.839	8.495	(343)
Receita de serviços		183.388	202.396	19.007
Transferências correntes		4.952.471	4.599.954	(352.517)
Outras receitas correntes		504.535	586.638	82.103
Deduções da receita corrente	26	(6.744.613)	(6.337.104)	407.508
Receitas de capital		403.789	1.749.681	1.345.892
Operações de crédito		274.335	1.661.165	1.386.830
Alienação de bens		29.191	5.994	(23.196)
Amortização de empréstimos		47.494	62.480	14.985
Transferências de capital		52.768	18.595	(34.174)
Outras receitas de capital		-	1.447	1.447
Receitas intra-orçamentárias		974.706	948.267	(26.439)
Correntes		966.256	928.529	(37.727)
De capital		8.450	19.737	11.288
Subtotal		17.141.082	17.747.821	606.739
Déficit		3.960.937	341.003	
Total		21.102.019	18.088.825	3.013.195
Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)		1.684.154	1.293.446	(390.708)

R\$ Milhares

2011			Variação Execução 2012/2011
Previsão	Execução	Diferença	
13.713.174	14.249.389	536.216	6%
13.460.008	13.722.374	262.366	9%
379.103	576.865	197.762	10%
282.000	682.296	400.296	-51%
2.580	1.453	(1.127)	12%
9.351	7.455	(1.896)	14%
184.172	169.538	(14.635)	19%
4.709.967	4.520.063	(189.904)	2%
430.035	601.827	171.792	-3%
(5.744.043)	(6.032.482)	(288.439)	5%
512.695	154.626	(358.069)	1032%
324.848	95.294	(229.554)	1643%
64.120	3.496	(60.624)	71%
62.806	51.494	(11.313)	21%
60.921	4.342	(56.579)	328%
-	-	-	-
797.051	855.945	58.894	11%
796.954	836.067	39.113	11%
97	19.877	19.780	-1%
15.022.920	15.259.960	237.040	16%
2.260.242	-		
17.283.162	15.259.960	237.040	19%
1.300.245	969.157	(331.088)	33%

As notas explicativas
são parte integrante das
Demonstrações Contábeis

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

▶ DESPESAS						
TÍTULOS	2012					
	Dotação inicial (a)	Dotação atualizada (b)	Despesas Empenhadas (c)	Despesas Liquidadas (d)	Despesas Pagas (e)	Saldo da Dotação (f) = (b-c)
Despesas correntes	14.842.871	17.304.815	15.500.703	15.205.329	15.163.812	1.804.112
Pessoal e encargos sociais	8.649.472	9.955.318	9.607.553	9.605.807	9.593.444	347.764
Juros e encargos da dívida	809.614	1.724.923	1.642.840	1.642.840	1.642.840	82.083
Outras despesas correntes	5.383.785	5.624.574	4.250.310	3.956.682	3.927.528	1.374.265
Despesas de capital	2.258.362	3.757.354	2.588.121	2.537.317	2.531.797	1.169.233
Investimentos	1.629.935	1.984.530	972.591	923.596	918.081	1.011.939
Inversões financeiras	32.834	60.256	34.720	32.911	32.906	25.536
Amortização da dívida	595.593	1.712.568	1.580.810	1.580.810	1.580.810	131.758
Reservas	39.850	39.850	-	-	-	39.850
De contingência	38.850	38.850	-	-	-	38.850
Do RPPS	1.000	1.000	-	-	-	1.000
Subtotal	17.141.082	21.102.019	18.088.825	17.742.647	17.695.609	3.013.195
Superávit	-	-	-	-	-	-
Total	17.141.082	21.102.019	18.088.825	17.742.647	17.695.609	3.013.195

R\$ Milhares

2011							Variação Execução 2012/2011 (m)=(c/i)
Dotação inicial (g)	Dotação atualizada (h)	Despesas Empenhadas (i)	Despesas Liquidadas (j)	Despesas Pagas (k)	Saldo da Dotação (l)=(h-i)		
12.729.406	14.805.778	13.424.082	13.155.887	13.122.927	1.381.696	15%	
7.348.801	8.750.669	8.504.480	8.503.364	8.499.260	246.189	13%	
750.695	1.002.485	998.237	998.237	998.237	4.248	65%	
4.629.910	5.052.624	3.921.364	3.654.286	3.625.430	1.131.260	8%	
2.265.599	2.450.494	1.527.698	1.413.479	1.400.070	922.796	69%	
1.676.812	1.834.318	966.394	854.097	840.688	867.924	1%	
26.507	90.053	58.637	56.714	56.714	31.416	-41%	
562.280	526.123	502.668	502.668	502.668	23.455	214%	
27.915	26.890	-	-	-	26.890	0%	
26.915	26.890	-	-	-	26.890	0%	
1.000	-	-	-	-	-	0%	
15.022.920	17.283.162	14.951.780	14.569.366	14.522.997	2.331.382	21%	
-	-	308.180	-	-	-		
15.022.920	17.283.162	15.259.960	14.569.366	14.522.997	2.331.382	19%	

As notas explicativas
são parte integrante das
Demonstrações Contábeis

BALANÇO FINANCEIRO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

► INGRESSOS			
TÍTULOS	2012	2011	H%
ORÇAMENTÁRIOS	17.747.821	15.259.960	16%
Receitas correntes	15.049.874	14.249.389	6%
Receitas tributárias	15.017.412	13.722.374	9%
Receita de contribuições	635.686	576.865	10%
Receita patrimonial	334.777	682.296	-51%
Receita agropecuária	1.622	1.453	12%
Receita industrial	8.495	7.455	14%
Receita de serviços	202.396	169.538	19%
Transferências correntes	4.599.954	4.520.063	2%
Outras receitas correntes	586.638	601.827	-3%
Deduções da receita corrente	(6.337.104)	(6.032.482)	5%
Receitas de capital	1.749.681	154.626	1032%
Operações de crédito	1.661.165	95.294	1643%
Alienação de bens	5.994	3.496	71%
Amortização de empréstimos	62.480	51.494	21%
Transferências de capital	18.595	4.342	328%
Outras receitas de capital	1.447	-	100%
Receitas intra-orçamentárias	948.267	855.945	11%
Correntes	928.529	836.067	11%
De capital	19.737	19.877	-1%
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	51.565.317	45.130.518	14%
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	138.794.229	117.845.214	18%
Ativo	79.961.835	66.893.044	20%
Depósitos	5.436.976	5.179.291	5%
Obrigações em circulação	52.574.672	44.933.993	17%
Valores pendentes	820.746	838.885	-2%
SALDOS DAS DISPONIBILIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
Disponível	4.734.512	3.686.493	28%
TOTAL	212.841.879	181.922.185	17%

R\$ Milhares

▶ DISPÊNDIOS

TÍTULOS	2012	2011	H%
ORÇAMENTÁRIOS	18.088.825	14.951.780	21%
Despesas correntes	15.500.703	13.424.082	15%
Pessoal e encargos sociais	9.607.553	8.504.480	13%
Juros e encargos da dívida	1.642.840	998.237	65%
Outras despesas correntes	4.250.310	3.921.364	8%
Despesas de capital	2.588.121	1.527.698	69%
Investimentos	972.591	966.394	1%
Inversões financeiras	34.720	58.637	-41%
Amortização da dívida	1.580.810	502.668	214%
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	50.784.781	45.053.819	13%
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	139.063.096	117.182.074	
Ativo	79.403.691	67.397.783	18%
Depósitos	5.349.945	4.619.158	16%
Obrigações em circulação	53.487.646	44.317.013	21%
Valores pendentes	821.813	848.120	-3%
SALDOS DAS DISPONIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Disponível	4.905.178	4.734.512	4%
TOTAL	212.841.879	181.922.185	17%

As notas explicativas
são parte integrante das
Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

▶ VARIAÇÕES ATIVAS				
TÍTULOS	Nota	2012	2011	H%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		17.747.821	15.259.960	16%
Receitas correntes		21.386.978	20.281.871	5%
Receitas de capital		1.749.681	154.626	1032%
Receitas intra-orçamentárias correntes		928.529	836.067	11%
Receitas intra-orçamentárias de capital		19.737	19.877	-1%
Deduções das receitas correntes	26	(6.337.104)	(6.032.482)	5%
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		16.324.892	13.025.031	25%
MUTAÇÕES ATIVAS		2.734.379	1.484.184	84%
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		78.302.981	154.210.773	-49%
Receitas extra-orçamentárias		-	5	
Interferências ativas		34.362.128	31.905.385	8%
Acréscimos patrimoniais		43.940.853	122.305.382	-64%
SUBTOTAL		115.110.073	183.979.947	-37%
RESULTADO PATRIMONIAL - DÉFICIT		-	-	100%
TOTAL		115.110.073	183.979.947	-37%

R\$ Milhares

► VARIAÇÕES PASSIVAS

TÍTULOS	Nota	2012	2011	H%
DESPESA ORÇAMENTÁRIA				
Despesas correntes		15.500.703	13.424.082	15%
Despesa de capital		2.588.121	1.527.698	69%
		18.088.825	14.951.780	21%
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		16.324.332	13.025.591	25%
MUTAÇÕES PASSIVAS		1.863.869	544.104	243%
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		77.746.589	154.428.547	-50%
Despesas extra-orçamentárias		2	1.596	-100%
Interferências passivas		34.361.176	31.905.368	8%
Decrécimos patrimoniais		43.385.411	122.521.583	-65%
SUBTOTAL		114.023.614	182.950.022	-38%
RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT		1.086.459	1.029.924	5%
TOTAL		115.110.073	183.979.947	-37%

As notas explicativas
são parte integrante das
Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

	Nota	PATRIMÔNIO SOCIAL /CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		150.646	8.510
Ajustes de Exercícios Anteriores	24	-	-
Aumento de Capital		15.998	-
Com Reservas e Lucros		-	-
Com Subscrição de Novas Ações		15.998	-
Resultado do Exercício		-	-
Constituição de Reservas		-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		166.644	8.510
Ajustes de Exercícios Anteriores	24		
Redução do Capital Social		(8)	
Aumento de Capital		13.138	
Com Subscrição de Novas Ações		13.138	
Resultado do Exercício			
Constituição de Reservas			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		179.775	8.510

R\$ Milhares				
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	TOTAL PL
5.815	2.274	(4.764.107)	60.272	(4.536.591)
-	-	-	346.178	346.178
-	-	-	-	15.998
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	1.029.924	-	1.029.924
-	-	-	-	-
5.815	2.274	(3.734.183)	406.450	(3.144.490)
-	-	-	18.859	18.859
-	-	-	-	(8)
-	-	-	-	13.138
-	-	1.086.459	-	1.086.459
-	-	-	-	-
5.815	2.274	(2.647.724)	425.309	(2.026.042)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

▶ TÍTULOS	NOTA	
1. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
Ingressos		
Receitas Derivadas		
Receitas Tributárias		
Receitas de Contribuições		
Outras Receitas Derivadas		
Receitas Originais		
Receita Patrimonia		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Originárias		
Remuneração das Disponibilidades		
Transferências	28	
Intergovernamentais		
Intragovernamentais		
Convênios		
Outras Transferências		
Ingressos Extraorçamentários		
Desembolsos		
Pessoal e Outras Despesas Correntes		
Juros e Encargos da Dívida		
Transferências		
Desembolsos extraorçamentários		
2. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ingressos		
Alienação de Bens		
Amortização de Emp. E Financ. Concedidos		
Transferências de Capital		
Desembolsos		
Aquisição de Ativos Não Circulantes		
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
3. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		
Operações de Créditos		
Outras Receitas		
Integralização de Capital		
Desembolsos		
Amortização/Refinanciamento da Dívida		
4. APURAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO (1 + 2 + 3)		
5. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	29	
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		
Caixa e Equivalente de Caixa Final		

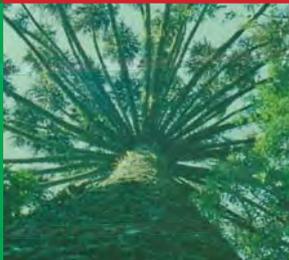
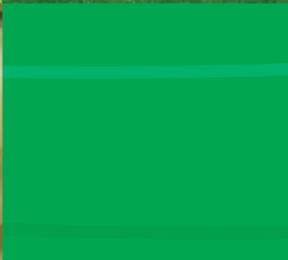
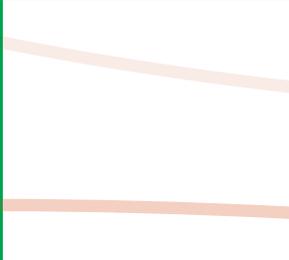
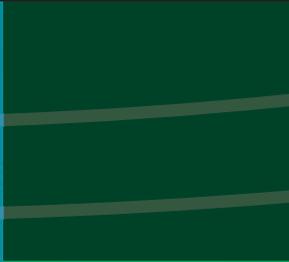
R\$ Milhares

	2012	%	2011	%	2012/ 2011(%)
	757.439		2.093.204		(63,81)
	188.024.748	100,00	160.722.564	100,00	16,99
	10.884.494	5,79	9.820.011	6,11	10,84
	9.284.178	4,94	8.447.499	5,26	9,90
	1.510.296	0,80	1.372.512	0,85	10,04
	900.204	0,48	-	-	-
	938.195	0,50	1.206.149	0,75	(22,22)
	24.202	0,01	142.709	0,09	(83,04)
	1.614	0,00	1.450	0,00	11,37
	11.044	0,01	9.873	0,01	11,86
	209.653	0,11	177.140	0,11	18,35
	401.078	0,21	471.712	0,29	(14,97)
	290.604	0,15	403.265	0,25	(27,94)
	20.480.816	10,89	17.084.326	10,63	19,88
	3.404.889	1,81	3.386.017	2,11	0,56
	16.324.892	8,68	13.025.029	8,10	25,33
	109.524	0,06	72.327	0,05	51,43
	641.611	0,34	600.953	0,37	6,77
	155.721.243	82,82	132.612.079	82,51	17,43
	187.267.309	100,00	158.629.360	100,00	18,05
	12.949.944	6,92	11.623.419	7,33	11,41
	1.642.840	0,88	998.237	0,63	64,57
	17.350.668	9,27	13.892.095	8,76	24,90
	155.323.857	82,94	132.115.609	83,29	17,57
	(680.455)		(655.925)		3,74
	86.858	100,00	59.334	100,00	46,39
	5.784	6,66	3.496	5,89	65,45
	62.479	71,93	51.495	86,79	21,33
	18.595	21,41	4.342	7,32	328,21
	767.313	100,00	715.259	100,00	7,28
	760.821	99,15	710.789	99,38	7,04
	6.492	0,85	4.470	0,62	45,22
	101.539		(387.499)		(126,20)
	1.682.349	100,00	115.170	100,00	1,360,76
	1.661.165	98,74	95.294	82,74	1,643,21
	8.046	0,48	3.877	3,37	107,52
	13.138	0,78	15.998	13,89	(17,88)
	1.580.810	100,00	502.668	100,00	214,48
	1.580.810	100,00	502.668	100,00	214,48
	178.524		1.049.781		(82,99)
	178.524		1.049.781		(82,99)
	4.745.202		3.695.422		28,41
	4.923.726		4.745.202		3,76

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00 e, atendendo à Lei Orçamentária Anual, Lei Estadual nº 15.723/11. Diante das limitações existentes, buscou-se apresentar as demonstrações contábeis de forma a atender à Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 4ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

Outra preocupação foi o cumprimento da Portaria nº 828/2011, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para a convergência da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards).

Esta Portaria foi alterada pela Portaria STN nº 753, de 21/12/2012, a qual estabelece o ano de 2014 como prazo limite para adequação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e, também, determina que devem ser adotados procedimentos contábeis patrimoniais, que abrangem: I - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas; II - reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência; III - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; IV - registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão; V - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura e VI - Implementação do sistema de custos.

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos em 2012 pelo Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado de Santa Catarina GTCON/SC e Gerências da DCOG resultaram na implementação, em janeiro de 2013, do novo PCASP, atendendo de forma antecipada o prazo estipulado pela Portaria STN nº 828/11.

No tocante à avaliação patrimonial, cabe destacar a continuação do trabalho realizado entre a Gerência de Estudos e Normatização Contábil - GENOC/DCOG e a Diretoria de Patrimônio - DIPA da Secretaria de Estado da Administração, quanto aos procedimentos de avaliação, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização de bens móveis, imóveis, e intangíveis, dos quais os reflexos podem ser observados nas informações relativas ao patrimônio no Balanço Geral do Estado de 2012. Também cabe citar o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

Quanto à adoção de sistema de custos, o mesmo está em fase de desenvolvimento no módulo no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF. No entanto, ressaltamos que seu uso para a geração de informações gerenciais tem como pré-requisito a consolidação do trabalho de mensuração e controle do patrimônio Estadual.

Em relação ao registro da receita pelo regime de competência, pode-se constatar o reconhecimento dos créditos a receber de ICMS e IPVA na contabilidade no encerramento de 2012, resultado dos trabalhos realizados pelo grupo constituído pela Portaria SEF nº 081/2012, que agrega servidores da Gerência de Contabilidade Financeira - GECOF/DCOG, Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade - GEAFIC/DIAF e da Diretoria de Administração Tributária - DIAT, com o objetivo de realizar os estudos e implementar as alterações necessárias nos sistemas de informação.

Ressaltamos que as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com **valores expressos em milhares de reais**, exceto quando indicado de maneira diferente e, os seus totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em função dos arredondamentos.

As demonstrações contábeis consolidadas contidas neste Relatório Técnico foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF e incluem, além dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As Notas Explicativas são parte das demonstrações contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2 Resumo das principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou mercado, entre esses o menor.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre cuja administração o Estado tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

f) Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

g) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

A depreciação, amortização ou exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, de acordo com a previsão do Decreto n. 3.486/2010, seriam calculadas e registradas tão somente após a realização dos procedimentos de **reavaliação ou redução ao valor recuperável dos ativos**. Procedeu-se, desta forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução ao valor recuperável para os bens registrados no patrimônio anteriormente a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, considerando tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio estatal. A solução adotada pelo Estado de Santa Catarina, nesse sentido, buscou atender à norma contábil aplicável à matéria, bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio do estado.

h) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foram realizadas de acordo com a vida útil definida no laudo de reavaliação conforme cronograma estabelecido na IN Conjunta SEA/SEF n. 001/2011.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/01/2010 utilizam o método das cotas constantes e de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

i) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

j) Receita Líquida Disponível – RLD

O conceito da RLD é ditado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e serve de base de cálculo para a definição dos valores a serem repassados pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

A RLD consiste no total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; de receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; de Transferências Voluntárias ou Doações recebidas; da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio de previdência dos servidores; da Cota-Parte do Salário Educação; da Cota-Parte da CIDE; da Cota-Parte Recursos Hídricos; e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – FUNDEB.

k) Receita Corrente Líquida – RCL

O conceito de Receita Corrente Líquida – RCL foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 2º, inciso IV, como sendo o total das receitas correntes deduzidos os repasses constitucionais e legais ao municípios, o repasse ao FUNDEB e as receitas de contribuições dos servidores estaduais ao RPPS/SC e as restituições aos contribuintes. Esse conceito foi instituído para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

l) Receita Líquida Real – RLR

A Lei Federal nº 9.496/97 proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da Federação e estabeleceu o conceito de Receita Líquida Real – RLR, demonstrativo elaborado com base nas Receitas do Tesouro arrecadadas que serve como base de cálculo para o pagamento da Dívida Pública renegociada (intra limite).

m) Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Saúde e Educação. Integram a RLI os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e IRRF) e as transferências constitucionais e legais recebidas da União (FPE, Cota-parte IPI e Exportação e ICMS desoneração e Cota-parte IOF ouro), deduzidos os repasses aos municípios e as restituições aos contribuintes.

3 Disponível

Em milhares R\$

TÍTULO	2012	2011
Conta única	1.070	2.263
Banco do Brasil	1.115.635	1.654.403
(-) Aplicações financeiras da conta única	(1.114.565)	(1.652.141)
Outras contas	10.033	16.319
Banco do Brasil - outras contas	1.099.225	863.283
Bradesco	336	309
Caixa Econômica Federal	2.689.982	2.216.516
(-) Aplicações financeiras outros bancos	(3.779.510)	(3.063.790)
Aplicações Financeiras	4.637.745	4.537.964
CDB/RDB	1.420.830	1.906.976
Poupança	83.711	34.068
Fundos	3.076.847	2.546.989
Outras aplicações	56.357	49.931
Aplicações Financeiras do RPPS	256.330	177.966
Investimentos em Segmentos de Renda Fixa	242.500	168.214
Investimentos com a Taxa de Adm. do RPPS	13.830	9.752
TOTAL	4.905.178	4.734.512

As rubricas credoras “(-) Aplicações financeiras da conta única” e “(-) Aplicações financeiras outros bancos” demonstram os recursos financeiros que estão aplicados. O somatório dessas duas rubricas perfaz o somatório do sub-grupo “Aplicações Financeiras” e do sub-grupo “Aplicações Financeiras do RPPS”.

■ Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras observam o artigo 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381/07, o qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual poderão ser aplicadas em títulos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Os recursos recebidos por transferências (convênios) são aplicados conforme as legislações específicas dos concedentes.

A seguir apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão e do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina - RPPS/SC.

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012				TOTAL
	CDB/RDB	Poupança	Fundos	Outras aplicações	
Executivo	1.127.477	82.263	326.629	1.287	1.537.657
Legislativo	-	-	21.883	-	21.883
Judiciário	293.353	963	2.645.359	-	2.939.675
Tribunal de Contas do Estado	-	484	341	55.070	55.895
Ministério Público	-	-	82.635	-	82.635
	1.420.830	83.711	3.076.847	56.357	4.637.745
Aplicações financeiras do RPPS	-	-	256.330	-	256.330
TOTAL	1.420.830	83.711	3.333.177	56.357	4.894.075

4 Devedores – Entidades e Agentes

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012			2011		
	Circulante	Não-circulante	Total	Circulante	Não-circulante	Total
Créditos Parcelados	32.420	1.994.510	2.026.930	-	1.907.959	1.907.959
Créditos Tributários	19.750	566.841	586.591	-	495.982	495.982
Créditos Previdenciários	12.671	-	12.671	-	-	-
Contratos PRODEC	-	1.427.668	1.427.668	-	1.411.977	1.411.977
Créditos Tributários a Receber	831.982	-	831.982	-	-	-
Créditos Administrativos	132.692	-	132.692	105.462	-	105.462
Diversos Responsáveis Apurados	11.228	-	11.228	10.497	-	10.497
Incentivos Fiscais	-	85.189	85.189	-	85.189	85.189
Créditos a Recuperar	-	8	8	-	8	8
Créditos de Débitos Administrativos	-	191	191	-	1.274	1.274
	1.008.323	2.079.899	3.088.221	115.959	1.994.430	2.110.389

■ Créditos Parcelados

Registra os créditos tributários parcelados pela Secretaria de Estado da Fazenda, contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual, os valores decorrentes dos contratos relativos ao PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - FADESC e o valor a receber, a partir de 2013, pelo Fundo Financeiro do IPREV – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - referente ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o IPREV, Ministério Público e Secretaria de Estado da Fazenda. .

■ Créditos Tributários a Receber

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2012 foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD, fruto do trabalho desenvolvido pelo Grupo Técnico constituído pela Portaria SEF nº 081/2012, que agrega servidores da Gerência de Contabilidade Financeira - GECOF/DCOG, Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade - GEAFIC/DIAF e da Diretoria de Administração Tributária – DIAT. Com isso, atendendo as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público²², houve o reconhecimento das notificações fiscais emitidas, dos parcelamentos, bem como da estimativa de valores declarados de ICMS no Ativo Circulante da Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual.

■ Créditos Administrativos

Registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta DIAG/DCOG nº 001/2008.

5 Depósitos (Ativos)

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012			2011		
	Circulante	Não-circulante	Total	Circulante	Não-circulante	Total
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	1.559	17.188	18.748	9.710	16.069	25.780
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	-	4.212	4.212	-	3.763	3.763
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	-	3.681	3.681	2.249	1.953	4.202
Diretoria do Tesouro Estadual	49.814	-	49.814	47.789	-	47.789
Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Ministério Público	20.000	-	20.000	20.000	-	20.000
Demais Unidades Gestoras	834	99	932	311	99	410
	72.207	25.180	97.387	80.060	21.884	101.944

Registram-se os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e pagamentos de precatórios. Nesta rubrica registra-se, ainda, outros depósitos e cauções como no caso da Unidade Gestora Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Ministério Público, cujo saldo refere-se à antecipação de pagamento na compra de prédio, conforme contrato nº 004/2001/FERMP.

22 Portaria Secretária do Tesouro Nacional nº 406, de 20 de junho de 2011. Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>

6 Demais Créditos em Circulação e Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012			2011		
	Circulante	Não-circulante	Total	Circulante	Não-circulante	Total
Fornecimentos a Receber	50.188		50.188	44.499	-	44.499
Rede Bancária - Arrecadação	18.548		18.548	10.691	-	10.691
Créditos Tributários	6.793		6.793	5.680	-	5.680
Limite de Saque	1.115.635		1.115.635	1.654.403	-	1.654.403
Empréstimos e Financiamentos:						
Financiamentos Concedidos	28.892	277.912	306.804	29.661	291.767	321.428
(-) Provisão para Perdas	(16.162)		(16.162)	(16.303)	-	(16.303)
Valores em Trânsito Realizáveis	7.539		7.539	28.425	-	28.425
Adiantamentos Concedidos	3.168		3.168	3.179	-	3.179
Créditos Diversos a Receber	8.269	72.596	80.865	2.551	22.267	24.819
	1.222.870	350.508	1.573.378	1.762.786	314.034	2.076.820

■ Fornecimentos a Receber

Em Milhares R\$

UNIDADE GESTORA	2012	2011
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	87	71
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A - CIDASC	1.706	1.706
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI	941	1.353
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	593	594
Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais	46.667	39.896
Administração do Porto de São Francisco do Sul	194	879
	50.188	44.499

■ Rede Bancária – Arrecadação

Registra os valores arrecadados pelo Estado e não recolhidos pelos agentes arrecadadores. No roteiro da contabilização da receita orçamentária a disponibilidade é registrada neste estágio da receita. Dessa forma, na apuração do superávit financeiro e no saldo de caixa e equivalente de caixa da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC estes valores são somados às disponibilidades (nota 3).

■ Créditos Tributários

Registra os créditos tributários a compensar, tais como: IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, entre outros.

Em Milhares R\$

UNIDADE GESTORA	2012	2011
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A - CIDASC	3.484	3.484
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI	3.308	2.195
Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais	1	1
	6.793	5.680

■ Limite de Saque

A rubrica “Limite de Saque” se refere aos montantes que as unidades gestoras possuem de recursos disponíveis na conta única (nota 3). Essa rubrica tem como contrapartida a rubrica de mesmo nome apresentada no grupo “Outras Obrigações em Circulação” no passivo circulante (nota 14).

■ Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Em Milhares R\$

TÍTULO	2012			2011		
	Circulante	Não-circulante	Total	Circulante	Não-circulante	Total
Financiamentos concedidos:	12.730	167.405	180.135	13.358	169.851	183.209
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	28.892	21.899	50.791	29.661	24.100	53.761
(-) Provisão para perdas	(16.162)	-	(16.162)	(16.303)	-	(16.303)
Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	-	22.951	22.951	-	22.951	22.951
Fundo de Água e Esgoto	-	66.843	66.843	-	66.843	66.843
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	7.202	7.202	-	7.458	7.458
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	34.017	34.017	-	34.006	34.006
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Empréstimos concedidos:	-	110.507	110.507	-	121.916	121.916
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	-	-	-	505	505
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	-	28.451	28.451	-	31.667	31.667
Encargos Gerais do Estado	-	82.056	82.056	-	89.743	89.743
	12.730	277.912	290.642	13.358	291.767	305.125

Valores em Trânsito Realizáveis

Referem-se aos direitos da Unidade Gestora FADESC relativos a repasses no montante de R\$ 6.035 mil à Conta Única nos exercícios financeiros de 2002 à 2004, bem como de repasses aos municípios no montante de R\$ 1.504 mil referente a parte do percentual de 25% sobre a receita do PRODEC, conforme processo PPGE 8942/072, nos exercícios financeiros de 2007 e 2008. A baixa de R\$ 20.886 mil, em 2012, refere-se ao registro em receita orçamentária dos contratos encerrados até agosto de 2012²³, conforme Processo SEF 13413/2012.

Adiantamentos concedidos

Essa rubrica registra os valores lançados com base na movimentação dos registros da contabilidade comercial da Unidade Gestora Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI. Transitam nela os valores adiantados de salários e ordenados, férias e 13º salário.

Créditos Diversos a Receber

Do valor total de R\$ 72.596 mil, registrado na rubrica Créditos Diversos a Receber do Ativo Não-Circulante, R\$ 69.347 mil estão registrados na Unidade Gestora Fundo Financeiro. Destes, R\$ 50.684 mil refere-se ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o IPREV, Ministério Público e Secretaria de Estado da Fazenda e R\$ 18.663 refere-se aos parcelamentos de créditos a receber das Prefeituras Municipais.

7 Estoques

TÍTULO	Em Milhares R\$	
	2012	2011
Estoques para Alienação	2.530	2.300
Estoques de Produção	2.229	2.292
Estoques Internos - Almoarifado	265.733	214.144
	270.492	218.737

A rubrica “Estoques Internos – Almoarifado” refere-se, basicamente, a materiais de consumo e está representada, substancialmente, por duas unidades gestoras conforme quadro a seguir:

UNIDADE GESTORA	Em Milhares R\$	
	2012	2011
450001 - Secretaria de Estado da Educação	101.927	79.633
480091 - Fundo Estadual de Saúde	126.077	101.936
xxxxxx - Demais Unidades Gestoras	37.729	32.575
	265.733	214.144

23 Lei Estadual nº 13.342/2005, art. 9º, § 2º.

8 Direitos sobre Concessões

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012			2011		
	Circulante	Não-circulante	Total	Circulante	Não-circulante	Total
Diretoria do Tesouro Estadual	476	-	476	476	-	476
Departamento de Infra-estrutura	247.468	8.932	256.400	209.946	5.502	215.448
(-) Provisão para Perdas	(243.190)	(52)	(243.243)	(207.547)	(97)	(207.644)
	4.754	8.880	13.633	2.875	5.404	8.280

Registram-se os direitos a receber relativos a concessões das áreas de faixas de domínio.

A exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais está disposta na Lei Estadual nº 13.516/05, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.930/06.

A “Provisão para Perdas” está sendo reconhecida pelo Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA e é composta pelos valores vencidos a mais de 30 dias, com exceção dos direitos contra a Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC que possuem a totalidade dos valores provisionados em decorrência de discussão judicial, ação judicial nº 023.09.028623-8.

Abaixo, é demonstrada a composição dos direitos da Unidade Gestora DEINFRA, em 2012, por devedor:

Em Milhares R\$

DEVEDORES	Curto Prazo			Longo Prazo		
	Direitos	Provisão Perdas	Sub-total	Direitos	Provisão Perdas	Sub-total
CASAN	1.105	(1.105)	-	40	(40)	-
CELESC	241.669	(241.669)	-	-	-	-
Claro S/A	82	-	82	82	-	82
Embratel	1.560	-	1.560	4.681	-	4.681
SC ENERGIA	235	(235)	-	-	-	-
SC GAS	1.916	-	1.916	3.069	-	3.069
Vivo S/A	389	-	389	389	-	389
Demais devedores	512	(181)	331	671	(12)	659
	247.468	(243.190)	4.278	8.932	(52)	8.880

9 Dívida Ativa

Para evidenciar corretamente as variações patrimoniais nas unidades gestoras que possuem dívida ativa não tributária, no encerramento do exercício de 2012, os créditos de dívida ativa foram transferidos da Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual para as respectivas unidades de origem dos créditos. Assim, além do registro da receita orçamentária, que já era feito nas unidades gestoras, a variação patrimonial também será registrada na unidade a qual pertence o crédito.

Em Milhares R\$

UNIDADES GESTORAS	2012			2011		
	Circulante	Não-circulante	Total	Circulante	Não-circulante	Total
Dívida Ativa Tributária:						
Secretaria de Estado da Fazenda				139.418	6.460.541	6.599.959
Diretoria do Tesouro Estadual	582.495	7.090.791	7.673.286			
	582.495	7.090.791	7.673.286	139.418	6.460.541	6.599.959
Dívida Ativa não Tributária:						
Secretaria de Estado da Fazenda				5.153	47.263	52.416
Diretoria do Tesouro Estadual	-	25.846	25.846			
Fundo Estadual de Saúde	-	371	371	-	-	-
Departamento Estadual de Infraestrutura	732	11.768	12.500	619	10.251	10.870
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	-	50	50	-	-	-
Fundação do Meio Ambiente-	-	6.950	6.950	-	-	-
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	-	834	834	-	-	-
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	-	53.852	53.852	-	-	-
Departamento de Transportes e Terminais	-	8.975	8.975	-	9.327	9.327
	732	108.646	109.378	5.772	66.841	72.613
(-) Provisão para Perdas:						
Secretaria de Estado da Fazenda				(144.461)	(6.502.826)	(6.647.288)
Diretoria do Tesouro Estadual	(581.642)	(7.106.124)	(7.687.767)			
Fundo Estadual de Saúde	-	(369)	(369)	-	-	-
Departamento Estadual de Infraestrutura	(730)	(11.733)	(12.463)	(617)	(10.220)	(10.837)
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	-	(50)	(50)	-	-	-
Fundação do Meio Ambiente-	-	(6.913)	(6.913)	-	-	-
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	-	(829)	(829)	-	-	-
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	-	(53.566)	(53.566)	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	(582.372)	(7.179.585)	(7.761.957)	(145.078)	(6.513.047)	(6.658.125)

Cobrança da dívida ativa

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012	2011
Estoque de Dívida Ativa	7.782.664	6.672.572
Cobrança no exercício	58.843	130.680

Quanto ao recebimento da Dívida Ativa, verifica-se que em 2012 houve um decréscimo de 55% em relação ao valor recebido em 2011 (acréscimo de 291% em 2011 comparado com 2010).

O montante representa 0,76% do estoque a receber (1,96% em 2011). A média de cobrança da Dívida Ativa entre os anos de 2007 a 2010 foi de 0,68% do estoque.

Em 2011 foi instituído o Programa Catarinense de Revigoração Econômico – REVIGORAR III²⁴ e, em 2012, o REVIGORAR IV²⁵. O programa foi criado com o objetivo de promover a regularização de débitos tributários inadimplidos relativos ao Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias - ICM, ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD.

■ Provisão para perdas

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa é calculada com base na metodologia de cálculo prevista na Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011, que é baseada no histórico de recebimentos passados.

Essa metodologia de cálculo da provisão baseou-se em duas variáveis principais:

1. Média percentual de recebimentos passados;
2. Saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios.

Essa média ponderada de recebimentos é calculada, em cada um dos três últimos exercícios, pela divisão da média mensal de recebimentos em cada exercício pela média anual dos saldos mensais.

A partir da média ponderada dos recebimentos dos três últimos exercícios, calcula-se a média percentual de recebimentos pela divisão da soma desses percentuais dividida pelo número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

10 Investimentos

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012	2011
Participações Societárias - Método da Equivalência Patrimonial	2.971.773	2.674.167
Participação em Empresas	2.594.623	2.327.441
Adiantamento para Aumento de Capital	377.150	346.726
Participação - Método do Custo	9.209	9.151
Outros Investimentos	2	2
	2.980.983	2.683.320

24 Lei Estadual nº 15.510, de 26 de julho de 2011.

25 Lei Estadual nº 15.856, de 02 de agosto de 2012.

■ Participações Societárias

Para evitar a dupla contagem no Balanço Geral do Estado as participações societárias do Estado nas empresas estatais dependentes²⁶ foram desconsideradas. A seguir o detalhamento, por empresa, da participação societária do Estado de Santa Catarina:

Em R\$

Discriminação	Método Equivalência Patrimonial	Método de Custo	Adiantamento para Aumento de Capital	TOTAL
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN	785.511.016	-	25.381.666	810.892.682
SC Parcerias	305.593.640	-	339.870.893	645.464.533
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	439.255.262	-	-	439.255.262
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	417.854.667	-	-	417.854.667
Companhia do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	395.680.949	8.896.316	3.101.310	407.678.576
Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC	223.766.164	-	-	223.766.164
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC	9.620.850	-	5.000.000	14.620.850
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA	1.967.729	-	3.794.671	5.762.400
Companhia de Distritos Industriais de SC - CODISC	2.233.921	5.610	-	2.239.531
Oi S.A.	-	147.362	1.118	148.480
Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL	-	70.728	-	70.728
Banco do Estado de Santa Catarina - BESC	-	31.892	-	31.892
Cia Hidromineral Piratuba - HIDROPIRATUBA	-	22.169	-	22.169
Telecomunicações de Santa Catarina S/C - TELESC	-	10.537	-	10.537
Telenorte Celular Participações S/A	-	8.507	-	8.507
Cooperativa de Consumo dos Empregados da Acaresc e Empasc	-	8.218	-	8.218
Blumenautur Empreendimentos Turísticos S/A	-	5.720	-	5.720
Indústria Carboquímica Catarinense S/A	-	1.000	-	1.000
Grupo Batistella	-	229	-	229
Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE	-	153	-	153
Telecomunicações Brasileiras - TELEBRÁS	-	117	-	117
Instituto Brasileiro de Turismo	-	85	-	85
Aubos Barriga Verde S.A.	-	29	-	29
Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER	-	21	-	21
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC - CIDASC	-	12	-	12
Banco do Brasil S/A	-	10	-	10
TOTAL GERAL	2.581.484.198	9.208.716	377.149.658	2.967.842.571

26 EPAGRI, SANTUR, COHAB e CIDASC.

A diferença entre os valores informados no Balanço Patrimonial e o detalhamento, por empresa, da participação societária do Estado pelo método da equivalência patrimonial (R\$ 13.139) refere-se ao aumento da participação do Estado no capital social da EPAGRI em 2012, que não foi desconsiderado para fins de consolidação do Balanço Geral. Este lançamento será efetuado em 2013.

Além das participações societárias listadas anteriormente o Estado também tem participação nas empresas INVESC – Santa Catarina Participações e Investimentos S/A (R\$ 82 milhões) e EPAGRI (R\$ 91 milhões) que são registradas em contas de compensação, pois o Patrimônio Líquido destas empresas apresenta-se negativo²⁷.

■ Adiantamento para Aumento de Capital

O Adiantamento para aumento de capital da SC Participações e Parcerias S/A está registrado nas Unidades Gestoras Encargos Gerais do Estado (R\$ 3,8 milhões) e FADESC²⁸ (R\$ 336 milhões).

11 Imobilizado

TÍTULOS	Em Milhares R\$	
	2012	2011
Bens Imóveis	3.272.995	2.605.705
Bens Móveis	1.600.903	1.659.946
Bens Móveis/PNAF	158	5.276
Bens Móveis/PMAE	-	2.525
Bens Móveis/PROFISCO	-	150
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão - Bens Imóveis	(28.207)	(28.606)
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão - Bens Móveis	(177.891)	(106.551)
	4.667.960	4.138.445

A mensuração dos ativos foi realizada em diversos meses do exercício de 2012, de acordo com a disponibilidade de cada unidade gestora. Adotaram-se, relativamente aos bens móveis, os parâmetros da IN Conjunta SEA/SEF n. 001/2011²⁹.

A tabela, a seguir, apresenta o sumário das contas objeto de reavaliação e respectivos valores:

	Em Milhares R\$	
	2012	2011
Bens Móveis	1.600.903	1.659.946
Bens Imóveis	3.272.995	2.605.705
	4.873.899	4.265.651

27 A contabilização das participações acionárias avaliadas pelo método da equivalência patrimonial em controladas com patrimônio líquido negativo é normatizada pela Nota Técnica DCOG nº 01/2010, disponível em <http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/dcof/>

28 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14, § 2º. Ver também Notas Explicativas 13 e 22.

29 A Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n. 001/2011, de 12 de abril de 2011, estabeleceu bases e orientações para a reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis para os órgãos do Poder Executivo Estadual.

Foi realizada reavaliação parcial de bens móveis de acordo com o estabelecido na IN Conjunta SEA/SEF n. 001/2011, conforme informações encaminhadas pela Secretaria de Estado da Administração:

PRAZO PARA A REAVALIAÇÃO	2011		2012		2012		2012		2012		2012	
	Nº de UG's	Veículos	Nº de UG's	Processam. de dados	Nº de UG's	Aparelhos médicos	Nº de UG's	Aparelhos medição	Nº de UG's	Aparelhos de comunicação	Nº de UG's	Armamentos
Iniciado	44	54,32%	23	28,40%	2	2,47%	3	3,70%	10	12,35%	1	1,23%
Não iniciado	24	29,63%	48	59,26%	18	22,22%	28	34,57%	47	58,02%	3	3,70%
Não possui bens	13	16,05%	10	12,35%	61	75,31%	50	61,73%	24	29,63%	77	95,06%
TOTAL	81	100,00%	81	100,00%	81	100,00%	81	100,00%	81	100,00%	81	100,00%

FONTE: Gerência de Bens Móveis/Diretoria de Gestão Patrimonial/Secretaria de Estado da Administração

No ano de 2012 foi finalizada a mensuração dos bens imóveis geridos pela Secretaria de Estado da Administração vinculados à unidade gestora Fundo Patrimonial.

Com relação às empresas estatais economicamente dependentes, cabe destacar que as mesmas estão sujeitas às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e, portanto, impedidas de realizar a reavaliação de seu ativo imobilizado.

As medidas visando implementar os procedimentos previstos no Decreto Estadual n. 3.486/2010 surtiram efeitos imediatos sobre o patrimônio de Santa Catarina, refletido na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores (nota 24).

Em Milhares R\$

	Bens Imóveis	Bens Móveis	Total
Saldo em 1/1/2010	1.573.504	1.186.502	2.760.005
Adições	1.195.543	608.068	1.803.611
Baixas	936.660	380.208	1.316.868
Saldo em 31/12/2010	1.832.387	1.414.362	3.246.749
Adições	1.022.976	540.986	2.033.378
Baixas	249.657	295.402	545.060
Saldo em 31/12/2011	2.605.705	1.659.946	4.265.651
Adições	1.113.563	816.752	1.930.315
Baixas	446.273	875.794	1.322.067
Saldo em 31/12/2012	3.272.995	1.600.903	4.873.899
Varição 2012/2011	26%	-4%	14%
Tempo de vida útil estimado em anos	25 exceto terrenos	5 a 10	-

Verifica-se incremento significativo na conta de bens imóveis, como resultado do processo de mensuração de bens no Estado. A redução de saldo na conta de bens móveis em 2012, comparativamente à 2011, decorre de ajustes na unidade gestora do Corpo de Bombeiros Militar.

Com este tratamento, o impacto dos procedimentos de avaliação inicial, reavaliação aumentativa ou diminutiva somou, no exercício de 2012, R\$ 20,560 mil, representando um incremento no Ativo Imobilizado do Estado de Santa Catarina. Esse valor decorre da composição a seguir apresentada:

Em Milhares R\$

	Reavaliação Aumentativa	Reavaliação Diminutiva	Total
	(1)	(2)	(1-2)
Exercício/2011	470.599	1.621	468.978
Exercício/2012	36.456	15.896	20.560
	507.055	17.518	489.538

Portanto, a mensuração impactou acréscimo patrimonial de R\$ 36,456 mil no ativo imobilizado do Estado, representando 1,90% do valor total das adições em 2012, enquanto a reavaliação diminutiva atingiu R\$ 15,896 mil, equivalente a 1,20% do total das baixas realizadas em 2012.

12 Intangível

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012	2011
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1	1
Softwares	50.784	16.959
Softwares em Desenvolvimento	42.630	32.416
Outros Bens Intangíveis	74	160
(-) Amortizações	(3.287)	(915)
	90.203	48.622

Os bens intangíveis do Estado compreendem, especialmente – mas não exclusivamente –, *softwares* adquiridos de empresas especializadas, visando atender necessidades específicas desta unidade da Federação.

Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos, ou pelo custo estimado de reposição (PGE-Net), e não estão sujeitos à amortização, dado que não foi possível estimar sua vida útil, observando o disposto nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e na Nota Técnica DCOG n. 001/2011.

Na sequência, detalhamento dos softwares registrados na Contabilidade do Estado:

Em Milhares R\$

Software	1.4.4.6 Softwares em Desenvolvimento	1.4.4.1 Softwares
Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina – SIGEF	12.836	-
Sistema de Administração Tributária – SAT	545	9.273
ACT - Sistema de Acidentes de Trânsito	-	1.732
CCO - Sistema de Contratos de Consultoria, Fiscalização	-	1.220
SCO - Sistema de Custos e Orçamentos Rodoviários	-	1.341
SGF - Sistema de Gerenciamento Financeiro	-	3.299
SICOP - Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas	-	3.766
SQM - Sistema de Quantitativos e Medições	-	1.958
Sistema de Gestão Acadêmica – UDESC	509	-
PGE-Net – Processo Eletrônico	-	3.838
Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH	12.893	-
Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico – SGPE	12.516	-
Diário Oficial Eletrônico – DOESC	1.985	-
Outros softwares	1.348	24.356
Total	42.630	50.784

Observa-se um incremento da ordem de 198% no somatório do saldo das contas de Softwares e de Softwares em Desenvolvimento em relação a 2011, o que demonstra o esforço das unidades administrativas do Estado em reconhecer, mensurar e evidenciar sua evolução patrimonial quanto a esses intangíveis.

13 Depósitos (Passivos)

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012			2011		
	Circulante	Não-circulante	Total	Circulante	Não-circulante	Total
Consignações:	1.285	-	1.285	2.906	-	2.906
Depósitos de Diversas Origens:						
Depósitos e Cauções	7.940	-	7.940	8.732	-	8.732
Depósitos Judiciais	2.656.282	73.843	2.730.125	2.202.816	73.843	2.276.659
Depósitos Retidos sobre Fornecedores	-	-	-	74	-	74
Depósitos Recebidos por Liberação Judicial	543	-	543	-	-	-
Depósitos para Quem de Direito	185.499	-	185.499	549.989	-	549.989
PRODEC	118.233	-	118.233	453.056	-	453.056
Demais depósitos	67.266	-	67.266	93.934	-	96.934
	2.850.264	73.843	2.923.564	2.761.611	73.843	2.835.454
	2.851.549	73.843	2.924.848	2.764.518	73.843	2.838.360

■ Depósitos para Quem de Direito

Dentre os valores registrados nesta rubrica destacam-se os valores recebidos pelo FADESC referente ao PRODEC³⁰.

Conforme previsto na legislação³¹ os valores recolhidos ao FADESC poderão ser utilizados para investimentos de alto interesse do Estado, especialmente como contra-partida de recursos oriundos do governo federal ou repassados à SC Parcerias S.A.

Até 2011 os valores repassados à SC Parcerias S.A. eram registrados no passivo financeiro do FADESC até o registro da receita orçamentária, que se dá somente ao final do contrato de mútuo³², o que resultava em déficit financeiro da fonte de recurso 9.9.99 – Fonte Extra-orçamentária³³.

No entanto, embora a legislação obrigue o registro da receita orçamentária somente ao final do contrato de mútuo, houve o diferimento do reconhecimento de uma receita, tanto sob o enfoque orçamentário, tanto sob o enfoque patrimonial.

Diferir o reconhecimento de uma receita, significa dizer que houve o fato gerador da receita, que sob a ótica orçamentária é a arrecadação (art. 35, inciso I da Lei 4.320/64) e sob a teoria patrimonialista seria o fato gerador do tributo, mas que, por previsão legal, não foi feito o seu reconhecimento.

Dessa forma, em 2012, houve a baixa do passivo financeiro e o reconhecimento de uma receita diferida (nota 22), no valor de R\$ 336 milhões.

14 Demais Obrigações em Circulação

TÍTULOS	Em Milhares R\$	
	2012	2011
Fornecedores a Pagar	19.642	
Restos a Pagar Processados	47.038	47.290
Pessoal a Pagar	42.360	4.902
Encargos Sociais a Recolher - Parte Patronal	30.259	
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar	-	382.414
Limite de Saque	1.115.635	1.654.403
Dividendos	1.104	915
Cessão de Créditos Parcelados	146.762	201.693
Defensoria Dativa	58.130	58.130
Débitos Diversos a Pagar	19.565	6.137
Entidades Credoras	5.747	-
	1.486.242	2.355.885

30 Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

31 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14, §2º.

32 Lei Estadual nº 13.342/2005, art. 9º, § 2º.

33 Ressalva número 05 – Fonte de recurso com elevado déficit financeiro no julgamento das contas do governo de 2011.

■ Pessoal a Pagar

Refere-se, substancialmente, aos valores de décimo terceiro salário, férias, licença prêmio, licença especial e encargos sociais a recolher oriundos da contabilidade comercial da Unidade Gestora EPAGRI, conforme orientações da Nota Técnica GECOC/DCOG nº 10/2011³⁴.

■ Restos a Pagar Não Processados

Em 2012 foram inscritos R\$ 346 milhões em restos a pagar não processados. No entanto, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público³⁵, estes restos representam uma obrigação no passivo financeiro apenas sob o enfoque da Lei nº 4.320/1964³⁶, não constando, portanto, no passivo circulante pelo enfoque da teoria contábil, uma vez que não ocorreu o fato gerador.

Dessa forma, no Balanço Patrimonial os restos a pagar não processados são evidenciados apenas na linha do passivo financeiro.

Na apuração do superávit financeiro do exercício, respeitando a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar não processados também foram considerados, conforme demonstrado no item 2.3 do volume II.

■ Limite de Saque

A rubrica Limite de Saque é a contrapartida da rubrica de mesmo nome comentada na Nota Explicativa nº 6.

■ Cessão de Créditos Parcelados

Refere-se à obrigação da Unidade Gestora FADESC referente aos recebíveis a serem transferidos à SC Parcerias, conforme Decreto nº 3.978/06, alterado pelos Decretos nº 4655/06 e nº 2193/09, Medida Provisória nº 137/2007, Decreto nº 440/07 e Lei nº 15.500/11, que autorizaram a transferência de recebíveis do FADESC no montante de R\$ 480 milhões. O montante já transferido está registrado na rubrica “Adiantamento para Aumento de Capital” contida na rubrica “Participações Societárias - Método da Equivalência Patrimonial” (nota 10).

■ Defensoria Dativa

Registra a dívida da Unidade Gestora Fundo Especial da Defensoria Dativa junto à Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina – OAB/SC, referente ao período de 2001 à 31 de agosto de 2009, conforme orientado pelo Ofício SEF/DCOG nº 128/2008, de 10 de setembro de 2008, e Relatório de Auditoria nº 0029/2009, que determinou o montante.

■ Débitos Diversos a Pagar

Na rubrica “Valores a Classificar BADESC/FADESC” constam os valores reclassificados em 2012 que estavam inscritos em DDO do tesouro referentes aos valores depositados pelo BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A e FADESC nos exercícios de

34 Disponível em <http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/dcog/contabilidade-aplicada-ao-setor-p%C3%BAblico>

35 Portaria Secretaria do Tesouro Nacional nº 406, de 20 de junho de 2011. Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>

36 Lei 4.320/1964, art. 35, II.

2002 a 2004 e de repasses aos municípios por processo administrativo no exercício 2008, no montante de R\$ 7,539 milhões. Também, está registrado na rubrica “obrigações tributárias renegociadas” o montante de R\$ 12,025 milhões referente ao valor a pagar a curto prazo do parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 11.941/2009. Atualmente, ainda são devedoras nove Unidades Gestoras dentre as quais as mais representativas são a Epagri, com R\$ 6,102 milhões (valores reclassificados para o curto prazo oriundos da rubrica “Outras Obrigações Legais e Tributárias”) e o fundo Estadual da Saúde com R\$ 4,604 milhões.

15 Provisões

Em Milhares R\$

TÍTULO	2012			2011		
	Circulante	Não-circulante	Total	Circulante	Não-circulante	Total
Provisão para 13º Salário	4.956	-	4.956	11.016	-	11.016
Provisão para Férias	5.217	-	5.217	13.819	-	13.819
Provisão sobre Indenizações Trabalhistas	13.666	8.991	22.657	7.575	8.991	16.566
Provisão para Contingências	32.507	-	32.507	38.059	-	38.059
Provisão sobre Indenizações Cíveis	1.494	1.499	2.993	1.202	1.499	2.701
Provisão para Programa de Demissão Incentivada	12.468	135.993	148.461	12.468	135.993	148.461
Provisão para Transferências Constitucionais /Legais	343.777	-	343.777	-	-	-
Obrigações Tributárias em Litígios	-	62.378	62.378	-	329.748	329.748
Outras Provisões	6.299	-	6.299	58.010	-	58.010
	420.384	208.862	629.245	142.149	476.232	618.381

Assim como houve o reconhecimento dos créditos a receber referentes aos impostos pelo regime de competência, também houve o provisionamento dos valores a serem transferidos para os municípios e ao Fundeb na rubrica Transferências Constitucionais e Legais.

16 Precatórios

Os precatórios são requisições de pagamento emitidos pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito Constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles oriundos de verbas de natureza alimentícia (Emenda Constitucional - EC nº 62/2009).

A tabela a seguir apresenta a situação dos precatórios do Estado de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2011 e de 2012:

Em Milhares R\$

TÍTULO	2012			2011		
	Circulante	Não-circulante	Total	Circulante	Não-circulante	Total
Precatórios a Pagar:						
Anteriores à 05/05/2000	6.803	82.252	89.055	6.562	85.310	91.872
A Partir de 05/05/2000	90.651	1.093.549	1.184.201	34.819	452.647	487.466
	97.455	1.175.801	1.273.256	41.382	537.957	579.339

A segregação dos precatórios por período anterior e posterior à 05/05/2000 decorre da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos, fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Por meio do Decreto Estadual nº 3.061, de 8 de março de 2010, o Estado de Santa Catarina optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios (prazo de pagamento de até 15 anos), incluídos os da administração direta e indireta. Estão incluídos neste regime os precatórios que ora se encontravam pendentes de pagamento e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência.

Para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, são depositados mensalmente, no último dia útil de cada mês, em conta própria do Tribunal de Justiça, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 15 (quinze) anos calculado sobre o saldo total dos precatórios devidos e, posteriormente, dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento. Dos recursos depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciais, são utilizados:

- I - 50% (cinquenta por cento), para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1º do art. 100 da Constituição Federal, para os precatórios do mesmo ano, e no § 2º daquele mesmo artigo, para os precatórios em geral;
- II - 50% (cinquenta por cento) para pagamento de precatórios por meio de leilão, de ordem única e crescente de valor por precatório e de acordo direto com os credores conforme definido em legislação estadual específica³⁷.

Na tabela a seguir, apresenta-se o detalhamento dos precatórios por entidade devedora, em 31 de dezembro de 2012:

37 Decreto Estadual nº 3.061, de 8/03/2010; Decreto Estadual nº 3.379, de 14/07/2010; Decreto nº 228, de 13/05/2011; Lei Estadual nº 15.300, de 13/09/2010 e Lei nº 15.693, de 21/12/2011.

Em Milhares R\$

Entidade Devedora	Quantidade Processos	Circulante	Não-Circulante	Total
Procuradoria Geral do Estado (Registra os precatórios emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª e 12ª Regiões contra o Estado de Santa Catarina)	1.370	76.586	919.029	995.615
Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA	324	6.344	82.476	88.821
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV	1.036	14.358	172.301	186.660
Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE	4	20	235	255
Fundação do Meio Ambiente - FATMA	6	102	1.225	1.328
Administração do Porto de São Francisco	1	6	66	72
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	21	38	461	500
Departamento de Transportes e Terminais – DETER	-	0	3	4
TOTAL	2.762	97.455	1.175.801	1.273.256

Observa-se que, em 2012, houve um acréscimo de 119,78% na dívida com precatórios a pagar. Este aumento ocorreu, principalmente, pela inscrição de precatórios da Fundação Petrobrás de Seguridade e Bradesco Vida e Previdência SA, antes contabilizados como Riscos Fiscais na rubrica Caixa Títulos Emitidos – Letras do Tesouro – Lei 10.169/98, cuja origem de ambas são as Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina emitidas pelo Governo do Estado na gestão 1995/1999.

17 Operações de Crédito Internas

Em Milhares R\$

AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2012	2011
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF	12.284	13.781
Contrato de 31/03/98 - Lei n. 10.637 de 23.12.97	12.284	13.781
BANCO DO BRASIL S/A	8.692.178	10.309.417
Contrato de 31/10/95 - IPESC - Lei n. 8.727 de 05/11/93	3.222	4.632
Contrato de 10/11/98 - COHAB - Lei n. 8.727 de 05/11/93	45.192	62.102
Contrato de 21/02/94 - GOVERNO - Lei n. 8.727 de 05/11/93	103.442	178.342
Contrato de 31/03/98 - 012/98/STN/COAFI - Lei n. 9.496 de 11/09/97	8.468.133	9.986.281
Contrato de 21/01/98 - DMLP - Lei n. 10.542 de 30/09/97	34.328	33.801
Contrato de 22.10.09 - PFE-I - Lei n. 14.500 de 13/08/08	37.861	44.260
REGULARIZAÇÃO CODESC - MÚTUO ESTADO /CODESC - SEF 001/2005	-	1.870
REGULARIZAÇÃO CELESC - ECP 03/88	-	9.034
BANCO NAC. DES. ECON. E SOCIAL - BNDES	1.249.569	1.144.034
Cont. 27/09/2002 -080/PGFN/CAF Leis n.10.542/97; n.10.912/98	978.923	986.292
Contrato de 11.09.09 - PMAE - Lei n. 14.500 de 13/08/08	6.593	6.944
Contrato de 22.10.10 - PEF II - Lei n. 14.500 de 13/08/08	71.656	61.054
Contrato de 13.08.10 - CASAN/PAC - Lei n. 15.255 de 08/08/10	82.056	89.743
Contrato de 15.12.2011 - Sistema Transporte Joinville - Lei n.14.031 de 22/06/07	4.292	-
Contrato de 21.11.2012 - Caminhos do Desenvolvimento Lei 15.830 de 30/05/12	106.048	-
TOTAL GERAL	9.954.030	11.478.136

FONTE: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

Dentre as operações de crédito internas realizadas em 2012, destaca-se o Programa Caminhos do Desenvolvimento, firmado com o BNDES em 21/11/2012, no valor de R\$ 611 milhões³⁸. O Programa Caminhos do Desenvolvimento tem foco em infraestrutura (revitalização de rodovias, educação, saúde) e, também, prevê realizações na área de segurança pública e prevenção de desastres. Do total dos recursos do BNDES, R\$ 513 milhões são provenientes do BNDES Proinveste. O restante dos recursos (R\$ 98 milhões) será concedido por meio da linha BNDES Estados. O Proinveste – Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - foi criado em julho de 2012 para ampliar a capacidade de realização de investimentos por parte dos Estados e do Distrito Federal.

Para a linha do Proinveste o BNDES emitiu regras específicas (disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/proinveste.html), dentre as quais a possibilidade de reembolso de investimentos financiáveis realizados a partir de 1º de janeiro de 2012. Dessa forma, o Estado recebeu em 2012 o montante de R\$ 106 milhões para o reembolso de investimentos realizados conforme as especificações do Programa. A relação completa das despesas realizadas consta no Volume II do Balanço Geral.

Além disso, o Estado também quitou resíduo da dívida com a União referente ao Contrato 012/98/STN/COAFI, de 31/03/1998, decorrente da Lei Federal nº 9.496/97, por meio de uma operação de crédito externa com o Bank of America Merrill Lynch (nota 18).

Mais detalhes sobre os contratos listados são encontrados no Relatório da Diretoria da Captação de Recursos e da Dívida Pública – DICD 2012, parte integrante do Volume II deste Balanço Geral.

18 Operações de Crédito Externas

Em Milhares R\$

AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2012	2011
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 770-0/SF/BR - CR 521/007 Contrato assinado em 26/06/86 - Lei n. 6.297 de 06/12/83	-	67
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 719-0/OC/BR-CR 521/0016 Contrato assinado em 18/12/92 - Lei n. 8.538 de 19/01/92	-	18.325
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 1390/OC/BR-ROF: TA154202 Contrato assinado em 09.05.2002 - Lei n. 11.830 DE 10 de Julho de 2002	218.542	188.169
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 4660 BR - ROF: 167191 Contrato assinado em 10.05.2002 - Lei n. 12.007 DE 09 de Dezembro de 2001	57.749	65.196
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2171/OC/BR Contrato assinado em 09.04.2010 - Lei n.14.532, de 06 de Novembro de 2008	101.618	69.135
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2172/OC/BR Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.14.529, de 28 de Outubro de 2008	5.089	2.814
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.14.529, de 28 de Outubro de 2008	48.455	21.107
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 7952-BR-RURAL Contrato assinado em 30.09.2010- Lei nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009	17.325	422
BANK OF AMERICA - BAML TA 634758 Contrato assinado em 27.12.12- Lei nº 15.881 de 10 de Agosto de 2012	1.484.483	-
TOTAL GERAL	1.933.261	365.235

FONTE: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

38 Lei Estadual nº 15.830/2012.

Dentre as operações de crédito externas, destaca-se o contrato de crédito para a quitação do resíduo da Lei nº 9.496/97 (nota 17), firmado com o Bank of America Merrill Lynch em 27/12/2012, com base na Lei 15.881 de 10 de agosto de 2012, no valor de US\$ 726 milhões (R\$ 1,478 bilhão) que se tornou o principal credor externo do Estado. Esta operação permitiu uma desoneração de, aproximadamente, R\$ 50 milhões mensais do caixa do governo estadual, possibilitando ao Estado programar novos investimentos. Com a negociação, o Estado troca uma dívida com juros de aproximadamente 14% a.a por um novo contrato com juros de 4% a.a fixos mais a variação cambial do dólar.

Destaca-se, também, o término dos contratos BID 770 e BID 719 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Maiores detalhes sobre os contratos listados são encontrados no Relatório da Diretoria da Captação de Recursos e da Dívida Pública – DICD 2012, parte integrante do Volume II deste Balanço Geral.

19 Receitas Antecipadas

Em obediência ao princípio contábil da competência, foram registrados nesta rubrica os valores a curto e longo prazo referentes a antecipação da receita, decorrentes do Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças nº 03/2011, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil, com duração de 60 meses, conforme procedimento contábil estabelecido na Nota Técnica DCOG nº 007/2011 – Contabilização de Receitas Antecipadas. A apropriação da receita é feita mensalmente pela Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual. O valor total do contrato foi de R\$ 248 milhões.

20 Receitas a Classificar

Representam valores constantes nas contas bancárias do Estado que estão em fase de identificação de suas origens para o devido reconhecimento contábil da receita.

21 Demais Obrigações Exigíveis a Longo Prazo

	Em Milhares R\$	
	2012	2011
Obrigações Tributárias Federais Renegociadas	298.848	112.843
Outras Obrigações Legais e Tributárias	15	17.760
Fornecedores de Exercícios Anteriores	42	59
Pessoal a Pagar Exercícios Anteriores	9.015	-
Débitos Parcelados Junto à Previdência	490.996	455.192
Entidades Credoras	56.961	62.725
Outras Obrigações a Pagar	6.762	15.964
	862.640	664.542

■ Obrigações Tributárias Federais Renegociadas

Registram-se, substancialmente, os valores oriundos de parcelamento relativo a dívidas referentes ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP das Unidades Gestoras: Encargos Gerais (R\$ 279 milhões em 2012 e R\$ 107 milhões em 2011) – acréscimo decorrente da incorporação, no valor de R\$ 273 milhões, do saldo principal consolidado de parcelamento autorizado pela MP 574/2012, que agregou ao parcelamento existente os processos que estavam em litígio e, IPREV (R\$ 5,5 milhões em 2012 e 5 milhões em 2011).

Destaca-se, também, saldo da Unidade Gestora EPAGRI (R\$ 13,5 milhões) - valores transferidos da conta “Outras Obrigações Legais e Tributárias” referentes a saldos parcelados de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), INSS e outros.

■ Débitos Parcelados Junto à Previdência

Registram-se valores oriundos de diversos parcelamentos efetuados junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Dos valores parcelados, R\$ 124 milhões (R\$ 125 milhões em 2011) ainda encontram-se em litígio. Na tabela a seguir apresentam-se os débitos parcelados por Unidade Gestora:

	Em Milhares R\$
Unidades Gestoras	2012
Secretaria de Estado da Educação	274.803
Fundo Estadual de Saúde	73.886
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	
Secretaria de Estado da Administração	17.941
Demais Unidades Gestoras	76.190
	490.996

■ Entidades Credoras

Registram-se valores decorrentes de parcelamentos junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, obrigações com outras entidades estaduais e federais, além de outras dívidas junto ao RPPS.

■ Outras Obrigações a Pagar

Registram-se obrigações da Unidade Gestora CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - decorrentes dos contratos de parcerias realizados em 2005 e 2006 para a modernização e ampliação na interligação do corredor de exportação para escoamento de grãos no armazém da CIDASC e no Terminal Graneleiro do Porto de São Francisco do Sul com as empresas.

22 Receitas Diferidas

Registram-se nesta rubrica o diferimento da receita orçamentária dos valores repassados pelo FADESC à SC PARCERIAS³⁹, contabilizados até 2011 como Depósitos para Quem de Direito (nota 13).

Ao final do contrato de mútuo as receitas diferidas serão registradas como receita orçamentária, conforme estabelecido na legislação⁴⁰.

23 Provisões Matemáticas Previdenciárias

Em Milhares R\$

	2012			2011		
	Plano Financeiro	Plano Previdenc.	Total	Plano Financeiro	Plano Previdenc.	Total
Provisões para Benefícios Concedidos:						
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	57.946.026	555	57.946.581	52.151.808	749	52.152.557
Contribuições dos Inativos	(1.377.836)		(1.377.836)	(1.134.603)	-	(1.134.603)
Contribuições dos Pensionistas	(485.865)		(485.865)	(452.224)	-	(452.224)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(56.032.704)		(56.032.704)	(50.502.713)	-	(50.502.713)
	49.621	555	50.175	62.268	749	63.017
Provisões para Benefícios a Conceder:						
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	93.578.618	5.350.129	98.928.747	104.677.620	5.792.828	110.470.449
Contribuições do Ente	(7.338.200)	(2.559.895)	(9.898.095)	(8.879.332)	(2.963.118)	(11.842.450)
Contribuições dos Ativos	(6.605.746)	(2.939.420)	(9.545.166)	(7.753.084)	(3.419.943)	(11.173.027)
Compensação Previdenciária	(2.148.425)	(20.618)	(2.169.043)	(690.495)	(10.218)	(700.713)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(77.486.247)	-	(77.486.247)	(87.354.710)	-	(87.354.710)
Provisões Atuariais para Ajuste do Plano		278.123	278.123	-	708.651	708.651
	-	108.319	108.319	-	108.200	108.200
	49.621	108.874	158.495	62.268	108.949	171.217

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2012 foi realizada pela empresa Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

39 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14, §2º.

40 Lei Estadual nº 13.342/2005, art. 9º, § 2º.

Em relação aos critérios, hipóteses e premissas adotadas nessa avaliação atuarial, destacou-se os seguintes pontos:

- a) Não foi considerada, para efeito de cálculo, a compensação previdenciária recebida pelo RPPS referente aos atuais beneficiários;
- b) A taxa de juros atuarial aplicada nos cálculos, de 6% ao ano, atende ao limite máximo imposto pela Portaria nº 403, do MPS, de 10 de dezembro de 2009;
- c) A taxa de crescimento salarial apurada pelo estudo estatístico em relação à idade dos servidores apontou um crescimento real médio de 2,56% ao ano;
- d) A não aplicação de rotatividade para o grupo de servidores ativos vinculados ao RPPS justifica-se pela não adoção do critério de compensação previdenciária do mesmo em favor do RGPS (INSS), fato este que serviria para anular os efeitos da aplicação dessa hipótese;
- e) Para cálculo das receitas e despesas futuras, não foram considerados efeitos de inflação;
- f) Para efeito de recomposição salarial e de benefícios, utilizou-se a hipótese de reposição integral dos futuros índices de inflação, o que representa o permanente poder aquisitivo das remunerações do servidor (fator de capacidade = 1);
- g) Foi utilizada hipótese de reposição integral da massa de servidores ativos (1:1).

Na avaliação atuarial de 2012 a cobertura da insuficiência financeira é de R\$ 133,519 milhões (R\$ 137.857 milhões em 2011).

24 Ajustes de Exercícios Anteriores

A rubrica Ajuste de Exercícios Anteriores refere-se, substancialmente, a reavaliação e redução ao valor recuperável de bens móveis e imóveis, conforme os procedimentos previstos no Decreto Estadual n. 3.486/2010.

De acordo com as normas internacionais, o aumento do valor contábil de uma classe do ativo em virtude de reavaliação deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação. Entretanto, se o aumento decorrer de reversão de decréscimo por reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado, deve-se reconhecê-lo no resultado e não levado à reserva de reavaliação.

A Diretoria de Contabilidade Geral optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, vinculada ao Ministério da Fazenda – MF, promovendo o lançamento da reavaliação à conta de ajuste de exercícios anteriores.

25 Riscos Fiscais e Passivos Contingentes (Ativo e Passivo Compensado)

	Em Milhares R\$	
	2012	2011
Caixa Títulos Emitidos - Letras do Tesouro - Lei 10.168	2.320.317	2.930.885
Sentenças Judiciais Passivas em Trâmite	5.347.174	4.550.013
Dívida com a CELESC	32.903	32.903
	7.700.395	7.513.801

Em 2012 houve a inscrição de precatórios da Fundação Petrobrás de Seguridade e Bradesco Vida e Previdência SA, antes contabilizados como Riscos Fiscais na rubrica Caixa Títulos Emitidos – Letras do Tesouro – Lei 10.169/98, cuja origem de ambas são as Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina emitidas pelo Governo do Estado na gestão 1995/1999 (nota 16).

No volume II desta Prestação de Contas Anual, encontra-se o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual detalha os riscos fiscais e passivos contingentes.

26 Deduções da Receita Corrente

As deduções da Receita Corrente são representadas pelos repasses constitucionais e legais aos municípios, ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização da Educação - FUNDEB e das restituições aos contribuintes.

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012		2011		H%
	VALORES	V%	VALORES	V%	
Repasses aos Municípios	3.954.228	62,40%	3.706.709	61,45%	6,68%
Repasso ao FUNDEB	2.256.861	35,61%	2.104.274	34,88%	7,25%
Restituições de Receitas	126.015	1,99%	221.499	3,67%	-43,11%
TOTAL	6.337.104	100,00%	6.032.482	100,00%	5,05%

Observa-se que os repasses realizados pelo Estado aos municípios representaram 62,40% do total das deduções em 2012 (61,45% em 2011).

Na tabela a seguir são discriminadas as receitas repassadas aos municípios catarinenses:

Em Milhares R\$

TÍTULOS	2012		2011		H%
	VALORES	V%	VALORES	V%	
ICMS	3.164.517	80,03%	2.943.384	79,41%	7,51%
IPVA	568.013	14,36%	518.220	13,98%	9,61%
IPI	55.360	1,40%	63.075	1,70%	-12,23%
CIDE	10.243	0,26%	19.370	0,52%	-47,12%
FUNDO SOCIAL	103.187	2,61%	92.351	2,49%	11,73%
SEITEC	52.908	1,34%	70.309	1,90%	-24,75%
TOTAL	3.954.228	100,00%	3.706.709	100,00%	6,68%

27 Déficit Orçamentário

O resultado da execução orçamentária é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas (empenhadas) no ano. No início da execução orçamentária, ou seja, na aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA, há o equilíbrio entre a receita prevista e a despesa fixada. No entanto, iniciada a execução orçamentária, quando há superávit financeiro de exercí-

cios anteriores, dispõe-se de recursos disponíveis para contemplar ou suplementar despesas não fixadas na LOA, ou seja, as despesas são empenhadas com recursos de anos anteriores e não com recursos da receita arrecadada no exercício corrente. Em 2012, R\$1,293 bilhão das despesas foram financiadas com recursos do superávit financeiro de anos anteriores. Assim, se considerarmos apenas os recursos arrecadados no ano de 2012 e as despesas financiadas com estes recursos, o Estado apresentou superávit orçamentário de R\$ 952 milhões.

28 Transferências de Capital (DFC)

Os desembolsos realizados como transferências de capital foram considerados desembolsos do fluxo das operações, por não ser possível a identificação da propriedade do patrimônio construído/adquirido. Diferente é o tratamento dado as transferências feitas por meio de delegação de recursos para aplicação em bens de capital, classificadas nas modalidades de aplicação 22 - execução orçamentária delegada à União, 32 - execução orçamentária delegada

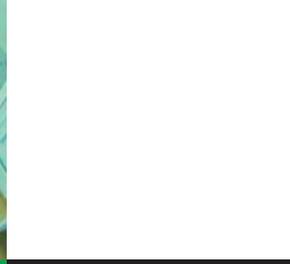
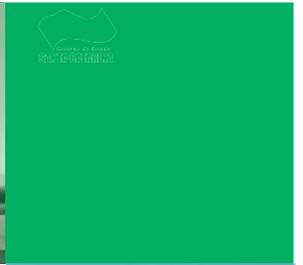


a Estados e Distrito Federal, 42 - execução orçamentária delegada a municípios e 72 - execução orçamentária delegada a consórcios públicos, que são classificadas como desembolso no fluxo das atividades de investimento, pois neste caso consegue-se verificar que se transferiu apenas a responsabilidade pela construção/aquisição de patrimônio que será incorporado pelo Estado. Os valores recebidos de transferências de capital são evidenciados como ingressos de recursos no fluxo das atividades de investimentos.

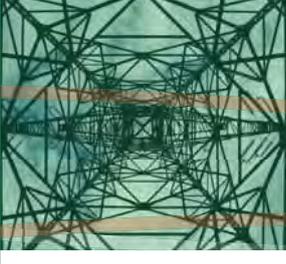
29 Caixa e Equivalentes de Caixa (DFC)

A disponibilidade da Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa é o equivalente aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez, bem como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do tesouro que são contabilizados como arrecadação indireta.





ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



PARA UMA MELHOR análise das demonstrações contábeis são apresentados a seguir conceitos constantes na literatura que permitirão uma melhor compreensão dos Demonstrações Contábeis apresentadas neste Balanço Geral.

Balanço Patrimonial – estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Ativo – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo – compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Ativo Circulante – Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não-circulante – Compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Circulante – Compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não-circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Financeiro – Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, conforme a Lei 4.320/64.

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, conforme a Lei 4.320/64.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: (a) das operações; (b) dos investimentos; e (c) dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – objetiva demonstrar: a) o déficit ou superávit patrimonial do período; b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente no mesmo; e c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

1 Indicadores do Balanço Patrimonial

Situação financeira

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	Interpretação
Situação Financeira ¹	Ativo Financeiro Passivo Financeiro	1,45	2%	1,48	2%	1,51	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. = 1 Equilíbrio da Situação Financeira > 1 Existência de Superávit Financeiro < 1 Existência de Déficit Financeiro Conclusão: quanto maior, melhor

NOTA: ¹ No ativo financeiro foram consideradas as rubricas disponibilidade (nota 3), rede bancária - arrecadação (nota 6), investimentos do RPPS (2010) e valores em trânsito realizáveis (nota 6, 2012). No passivo financeiro foi excluído o saldo da rubrica limite de saque (nota 6), pois não se configura dívida.

Liquidez

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	Interpretação
Liquidez Corrente ¹	Ativo Circulante Passivo Circulante	1,28	2%	1,30	-6%	1,23	Indica quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. = 1 indica equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo > 1 indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo < 1 indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo Conclusão: quanto maior, melhor
Liquidez Seca ²	Disponível Passivo Circulante	1,21	7%	1,29	-23%	0,99	Indica quanto o Estado possui em dinheiro mais aplicações financeiras para fazer face ao seu passivo circulante. = 1 indica equilíbrio de disponibilidades para honrar os passivos de curto prazo > 1 indica sobra de disponibilidades para honrar os passivos de curto prazo < 1 indica falta de disponibilidades para honrar os passivos de curto prazo Conclusão: quanto maior, melhor

NOTA: ¹ No Passivo Circulante foi desconsiderada a rubrica receitas antecipadas (nota 19).

² No Disponível foram consideradas as rubricas disponibilidade (nota 3), rede bancária - arrecadação (nota 6), investimentos do RPPS (2010) e valores em trânsito realizáveis (nota 6, 2012). No passivo circulante foi excluído os saldos das rubricas limite de saque (nota 6) e receitas antecipadas (nota 19), pois não se configuram dívidas.

■ Endividamento

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	Interpretação
Composição do Endividamento ¹	Passivo Circulante Passivo Circulante + Passivo Não-circulante	0,18	17%	0,21	49%	0,31	Demonstra quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro. = 1 indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro < 1 indica quanto da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro Conclusão: quanto menor melhor
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total ²	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo Ativo Total	0,96	-15%	0,82	-13%	0,72	Indica quanto do ativo total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas junto a Instituições Financeiras = 1 indica que a totalidade dos ativos do Estado estão comprometidos com dívidas onerosas > 1 indica que as dívidas onerosas ultrapassam os ativos do Estado < 1 indica que parcela dos ativos do Estado está comprometida com dívidas onerosas Conclusão: quanto menor melhor
Dívida Onerosa Líquida ³	Disponível Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	0,31	29%	0,40	4%	0,41	Indica quanto o Estado possui em dinheiro mais aplicações financeiras para fazer face a sua dívida onerosa. = 1 indica equilíbrio de disponibilidades para honrar a dívida onerosa > 1 indica sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa < 1 indica falta de disponibilidades para honrar a dívida onerosa Conclusão: quanto maior melhor

NOTA: ¹ Foram excluídas as rubricas limite de saque (nota 6) e receitas antecipadas (nota 19), pois não se configuram dívidas.

² No Ativo foi retirado o saldo da rubrica limite de saque (nota 6), pois equivale ao saldo da conta única.

³ No Disponível foram consideradas as rubricas disponibilidade (nota 3), rede bancária - arrecadação (nota 6), investimentos do RPPS (2010) e valores em trânsito realizáveis (nota 6, 2012).

2 Análise da Execução Orçamentária

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	Interpretação
Execução da Receita	Receita Executada Receita Prevista	0,98	4%	1,02	2%	1,04	Indicador permite avaliar a precisão do orçamento. = 1 Receita executada é igual à prevista > 1 A diferença representa excesso de arrecadação < 1 Arrecadação menor do que o previsto Conclusão: quanto maior de 1 melhor
Equilíbrio Orçamentário	Despesa Fixada Receita Prevista	1,00	0%	1,00	-0%	1,00	Indica se há equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista constante na LOA. = 1 Há equilíbrio orçamentário > 1 A diferença representa o montante de créditos adicionais abertos. < 1 A lei de orçamento pode ter sido aprovada com superávit e não com equilíbrio. Conclusão: ideal é igual a 1
Execução da Despesa	Despesa Executada Dotação Atualizada	0,85	-1%	0,84	2%	0,86	Avalia a eficácia do orçamento no tocante a fixação da despesa. = 1 Equilíbrio na execução da despesa. > 1 Utilização da dotação sem autorização legal. < 1 Economia orçamentária Conclusão: quanto menor de 1 melhor
Resultado Orçamentário ¹	Receita Executada Despesa Executada	1,00	2%	1,02	-9%	0,93	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário. = 1 Equilíbrio do resultado orçamentário > 1 Superávit orçamentário na execução < 1 Déficit orçamentário na execução Conclusão: quanto maior melhor
Execução Orçamentária Corrente ¹	Receita Corrente Despesa Corrente	1,13	0%	1,13	-9%	1,03	Indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar-se de receita de capital. = 1 Equilíbrio da execução orçamentária corrente > 1 Existência de Superávit orçamentário corrente < 1 Existência de Déficit orçamentário corrente, indicando que haverá necessidade de se utilizar receita de capital para supri-la dos recursos necessários. Conclusão: quanto maior melhor
Execução Orçamentária de Capital ¹	Receita de Capital Despesa de Capital	0,08	25%	0,10	576%	0,68	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit de capital. = 1 Equilíbrio da execução orçamentária de capital > 1 Existência de Superávit orçamentário de capital, demonstrando ter havido alienação de bens e valores e, portanto, diminuição do patrimônio, ou operação de crédito. < 1 Existência de Déficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para cobertura de despesa de capital. Conclusão: ideal é igual ou menor que 1.

NOTA: ¹ Foram desconsideradas as receitas e despesas intra-orçamentárias.

3 Análise do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	Interpretação
Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária Despesa Orçamentária Paga	1,02	3%	1,05	-4%	1,00	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit na execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também as despesas.</p> <p>= 1 Equilíbrio da execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também para despesa. > 1 Existência de superávit orçamentário na execução e movimentação financeira, considerando regime de caixa também para despesa. < 1 Existência de déficit orçamentário na execução e movimentação financeira, considerando regime de caixa também para despesa.</p> <p>Conclusão: quanto maior, melhor.</p>
Execução Extra-Orçamentária	Receita Extra-orçamentária Despesa Extra-orçamentária	1,00	1%	1,01	-1%	1,00	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit extra-orçamentário.</p> <p>'= 1 Equilíbrio da execução extra-orçamentária > 1 Existência de Superávit extra-orçamentária < 1 Existência de Déficit extra-orçamentária</p> <p>Conclusão: ideal é igual a 1</p>
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que Passa para o Exercício Seguinte Saldo do Exercício Anterior	1,13	13%	1,28	-19%	1,04	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro.</p> <p>'= 1 Equilíbrio entre recebimentos e pagamentos do período > 1 Existência de Superávit financeiro < 1 Existência de Déficit financeiro</p> <p>Conclusão: quanto maior, melhor.</p>

4 Análise das Variações Patrimoniais

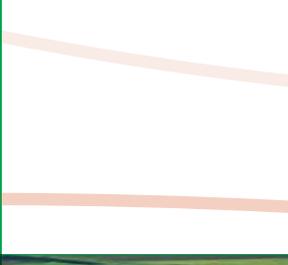
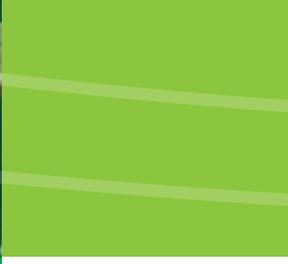
Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	Interpretação
Resultado das Variações Patrimoniais	Total das Variações Ativas Total das Variações Passivas	1,45	48,55%	1,01	0,39%	1,01	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit patrimonial</p> <p>'= 1 Situação Patrimonial Equilibrada > 1 Superávit Patrimonial no Exercício < 1 Déficit Patrimonial no Exercício</p> <p>Conclusão: quanto maior, melhor.</p>

5 Análise das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	Interpretação
Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial	Caixa Líquido Gerado nas Operações Resultado Patrimonial	0,06	3283%	2,03	-66%	0,70	Indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício. Conclusão: quanto maior, melhor.
Quociente da capacidade de amortização de dívida	Caixa Líquido Gerado nas Operações Total do Passivo	0,09	33%	0,12	-64%	0,04	Indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida Conclusão: quanto maior, melhor.
Quociente da atividade operacional	Caixa Líquido Gerado nas Operações Total de Geração Líquida de Caixa	3,67	-46%	1,99	113%	4,24	Indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade foi atribuída às atividades operacionais Conclusão: quanto maior, melhor.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Transparência

A apresentação do Balanço Geral do Estado à Assembleia Legislativa e à sociedade catarinense buscou cumprir o objetivo primordial de subsidiar o processo de avaliação das contas públicas do Estado de Santa Catarina, demonstrando os resultados alcançados no exercício de 2012 e propiciar à sociedade instrumentos de controle.

O BALANÇO GERAL agregou as informações de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual e consolidou as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A elaboração das demonstrações contábeis de forma consolidada permite a visão global do resultado do Estado.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compuseram o Balanço, buscaram reunir informações inerentes à situação econômica e financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com as normas e princípios que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a finalidade de fortalecer a interação entre o Governo e a Sociedade na busca dos melhores resultados possíveis.

A análise do resultado fiscal do exercício evidenciou o cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação em educação e saúde, bem como dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, assim como o cumprimento da meta de resultado nominal fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que reflete uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

O Balanço Geral do Estado de 2012 e os Balanços de 2003 à 2011, estão disponíveis no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda (www.sef.sc.gov.br) e no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br), o que demonstra comprometimento do Estado com a transparência das contas públicas.

Ainda, no tocante à transparência da gestão, desde 2010, o Estado de Santa Catarina vem aprimorando o Portal da Transparência, disponibilizando ao cidadão informações sobre as receitas arrecadadas, despesas realizadas, consulta aos maiores fornecedores, indicadores contábeis de desempenho, despesas com pessoal, saúde, educação, diárias, metas bimestrais de arrecadação, repasses aos municípios, pagamentos de convênios, de subvenções e, ainda, consulta de pagamentos efetuados por credor, na qual é possível verificar em tempo

real os pagamentos efetuados pelo Estado de Santa Catarina aos seus credores. Em 2012, foi disponibilizada à sociedade, por meio do Portal da Transparência, a consulta de remuneração e dados funcionais dos servidores do Poder Executivo Estadual. Estas ferramentas são importantes no sentido de auxiliar no acompanhamento e controle social da gestão pública estadual.

Encerra-se, assim, a apresentação do Balanço Geral do Estado de Santa Catarina de 2012 e, na oportunidade, agradecemos a todos os servidores que colaboraram direta ou indiretamente para que esta importante tarefa fosse concluída com êxito e no prazo estabelecido.

Agradecemos, ainda, ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Antonio Marcos Gavazzoni e ao Excelentíssimo Governador do Estado, Sr. João Raimundo Colombo, pela confiança e apoio depositados em nosso trabalho.

**Diretoria de
Contabilidade Geral**

Legislação Básica

Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado de Santa Catarina, de 05 de outubro de 1989.

Leis Federais

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101/00 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Leis Estaduais

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 202/00 – Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 12.931/04 – Institui o procedimento de descentralização de créditos orçamentários e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 381/07 – Dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração pública Estadual.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 412/09 – Dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 15.722/11 – Aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 15.530/11 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 15.723/11 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2012.

Decretos

DECRETO ESTADUAL nº 2.056/09 – Regulamenta o Sistema de Controle Interno, previstos no arts. 30, inciso II, 150 e 151 da Lei Complementar nº 381/07, e estabelece outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 37/99 – Dispõe sobre o regime de adiantamento de despesas no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual.

DECRETO ESTADUAL nº 307/03 – Disciplina a celebração de convênios ou instrumentos congêneres, de natureza financeira, pelos órgãos ou entidades da administração pública estadual direta ou indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações.

DECRETO ESTADUAL nº 1.977/08 – Disciplina a instauração e a organização dos processos de tomada de contas especial e estabelece outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 3.221/10 – aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina.

DECRETO ESTADUAL nº 764/12 – Aprova a Classificação das Destinações de Recursos para o Estado de Santa Catarina.

DECRETO ESTADUAL nº 1.250/12 – Estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento, à conta de "Despesa de Exercício Anterior", com vistas no cumprimento das normas de Direito Financeiro estabelecidas na legislação federal e estadual de regência da matéria.

Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 406/11 – Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, VI – Perguntas e Respostas e VII – Exercício Prático, da 4ª edição do MCASP.

PORTARIA CONJUNTA MINISTÉRIO DA FAZENDA E MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO nº 1/2011 - Altera a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e aprova as Partes I - Procedimentos Contábeis Orçamentários e VIII - Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Resoluções

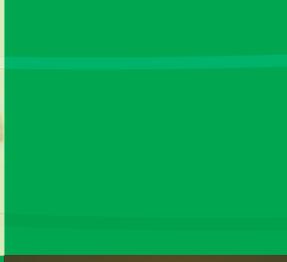
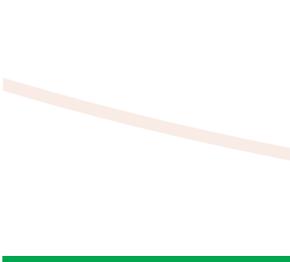
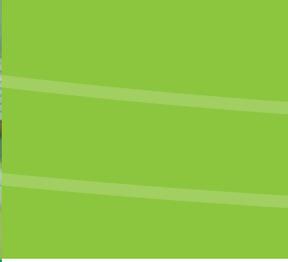
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/02 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/02 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

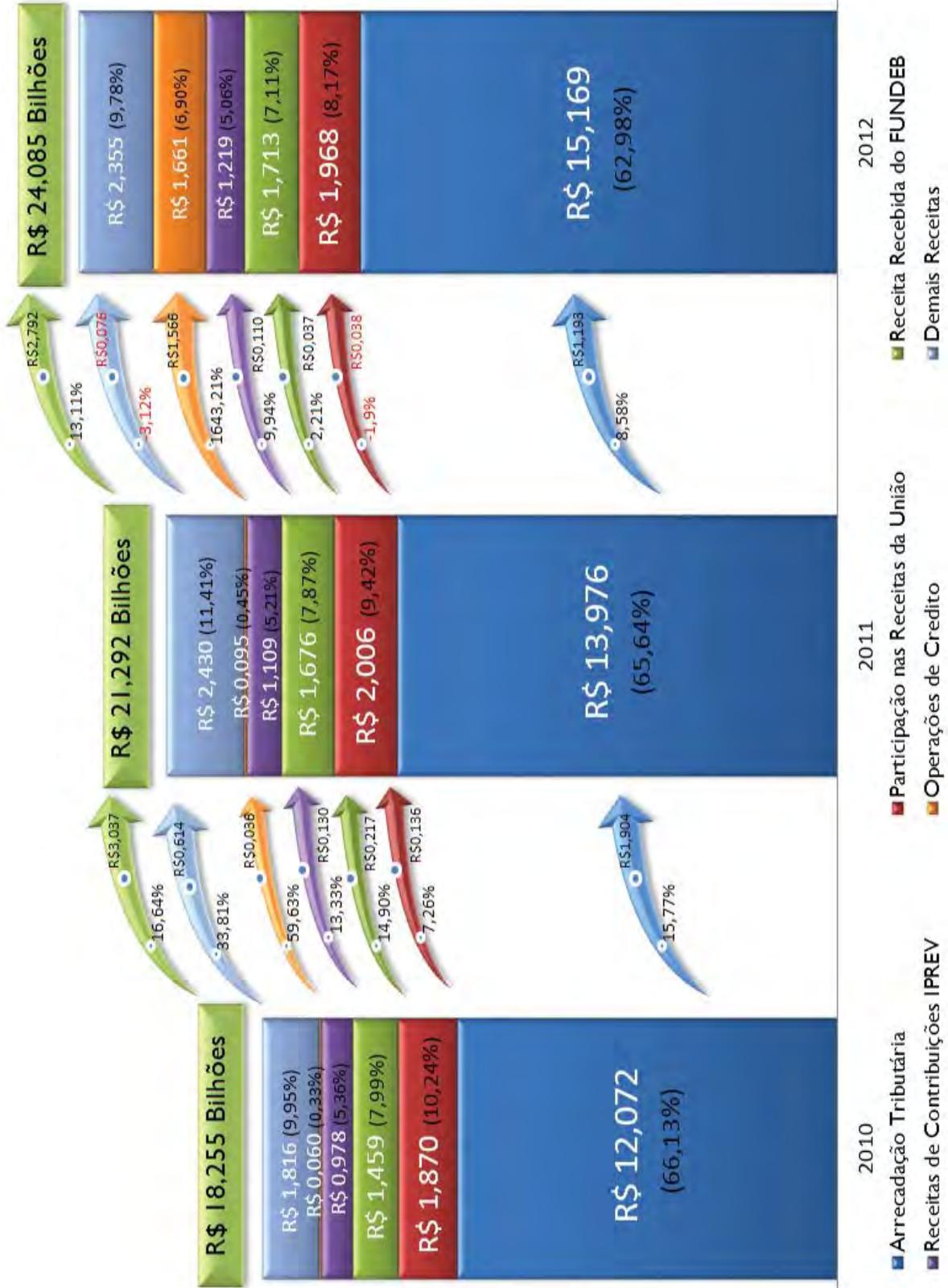
RESOLUÇÃO CFC nº 1.111/07 – Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.



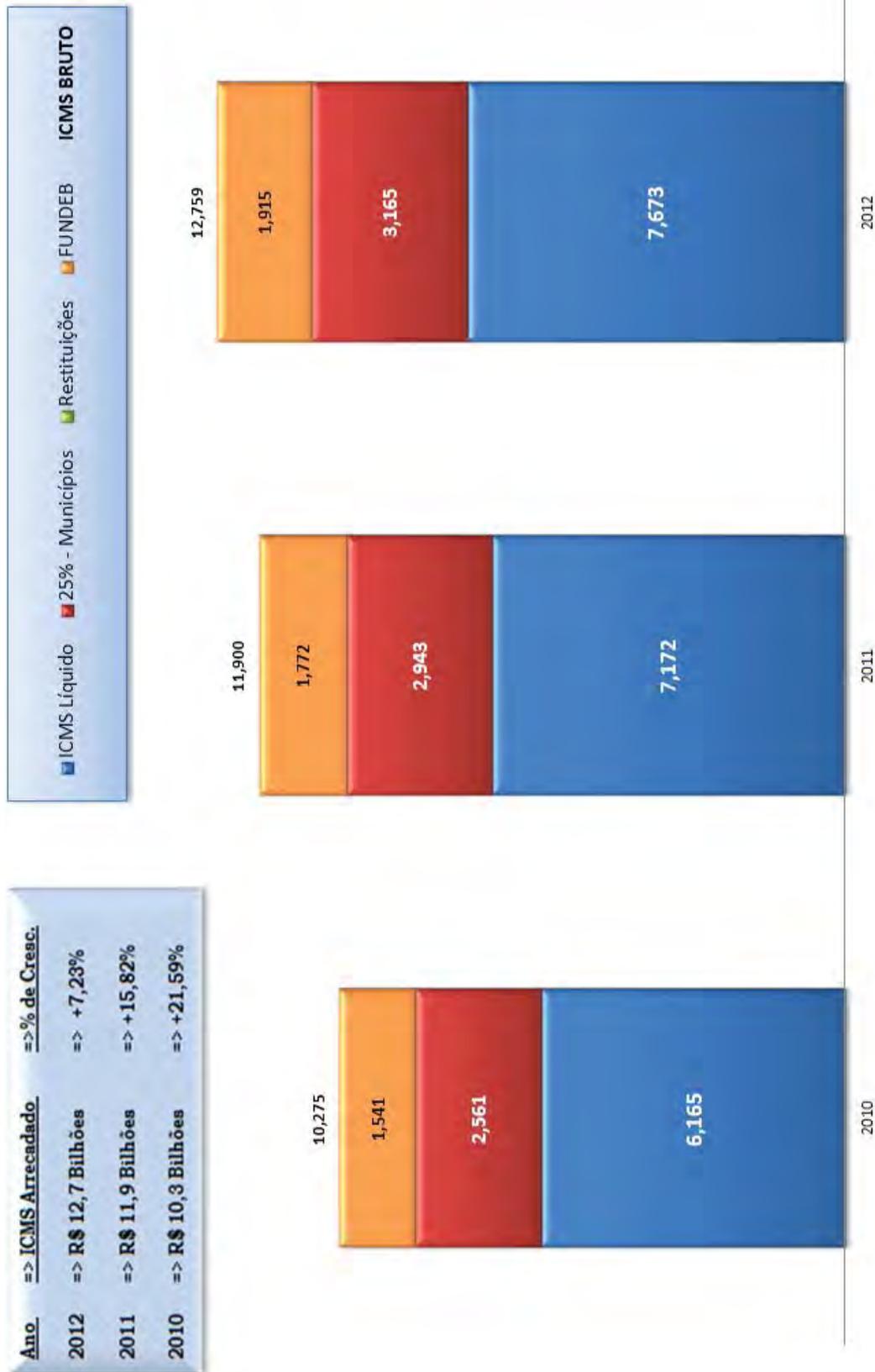
ANEXO
INDICADORES DA
GESTÃO FISCAL

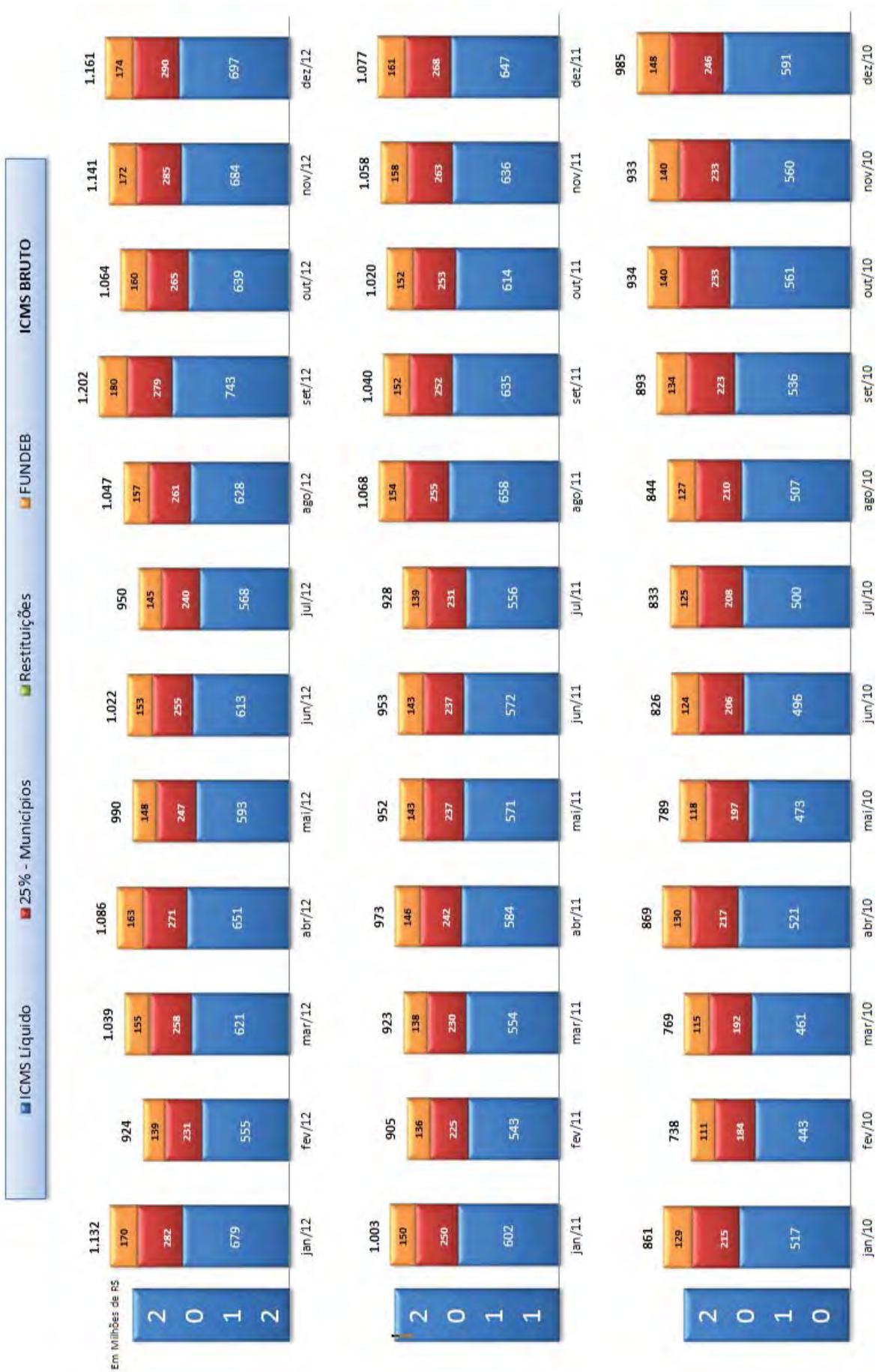


Receita bruta



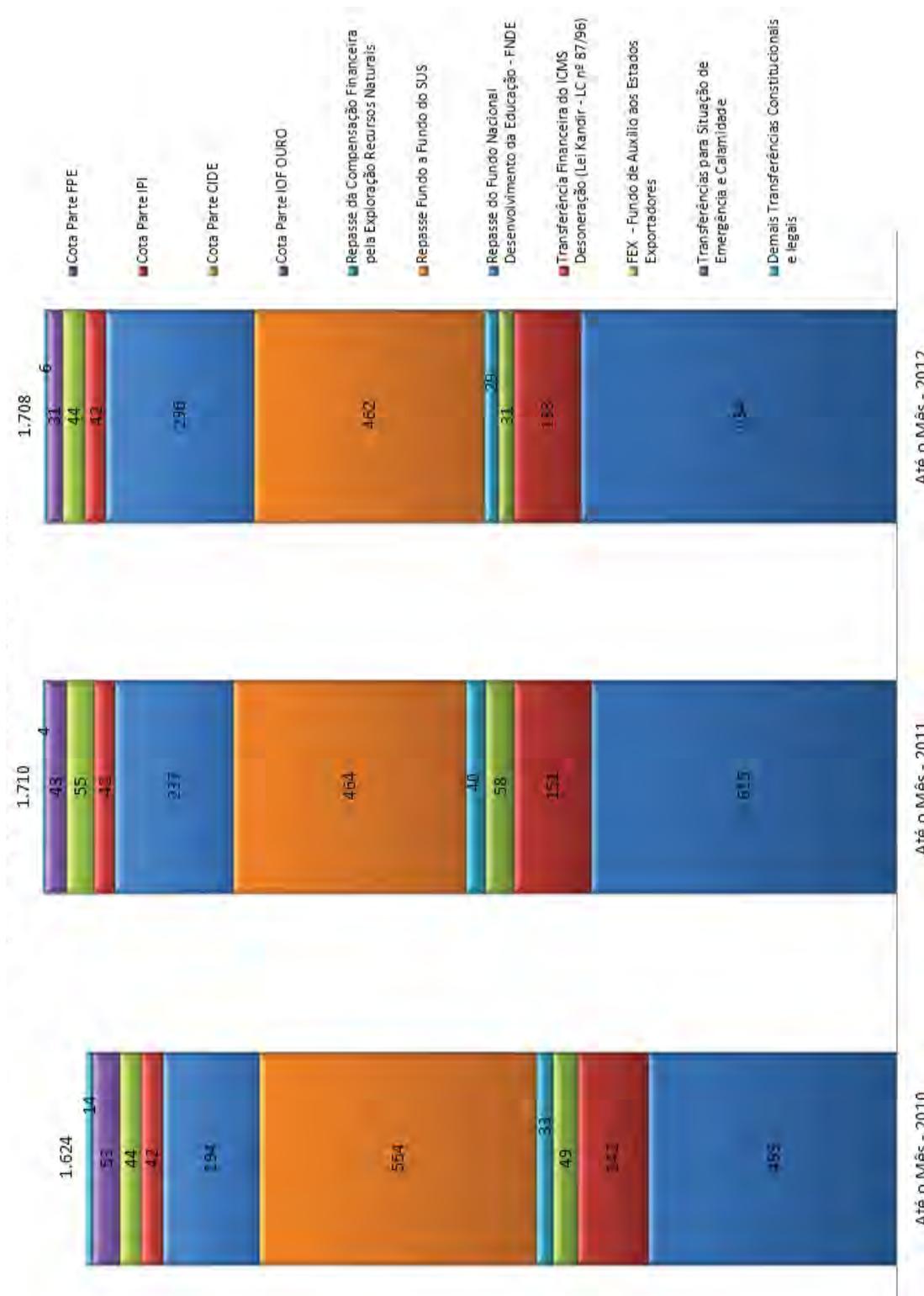
Receita Tributária – Comportamento da arrecadação do ICMS



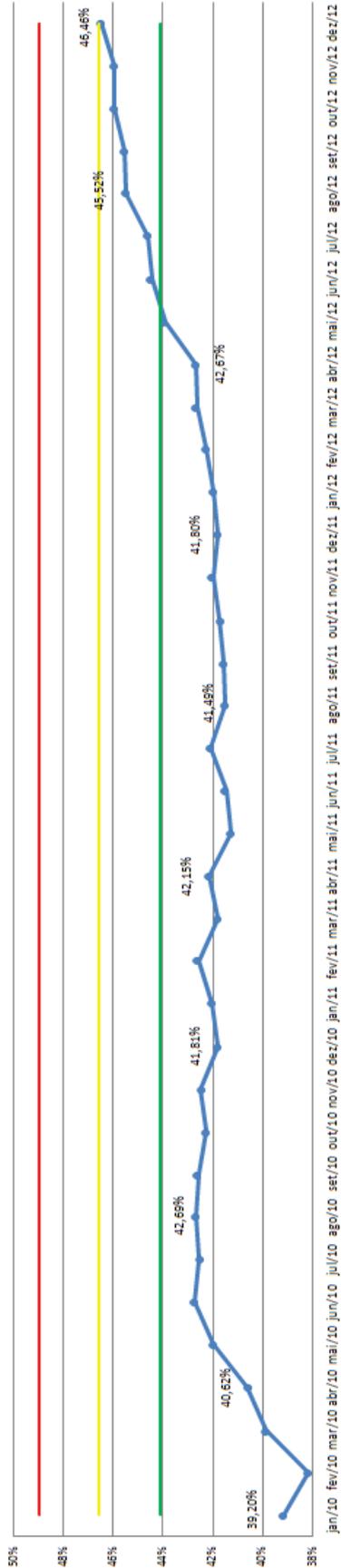


Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União (Deduzidas as Transferências aos Municípios e ao FUNDEB)

Milhões

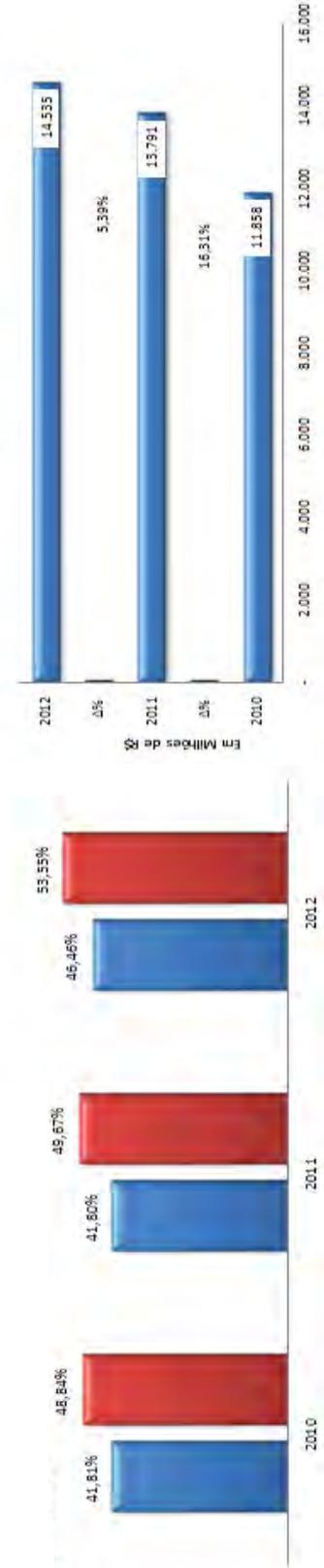


Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal



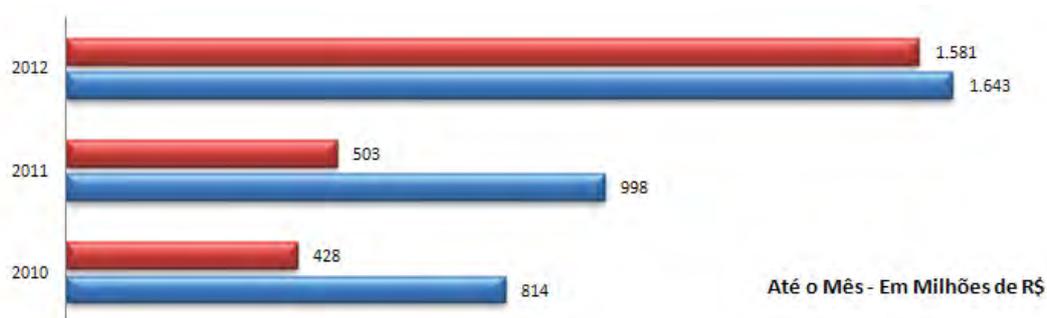
■ Poder Executivo – LRF
 ■ Poder Executivo – Gasto Efetivo (gerencial)

Receita Corrente Líquida – RCL



Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos

O pagamento da dívida engloba os juros e encargos e as amortizações



Transferências voluntárias realizadas pelo Estado

As transferências voluntárias são recursos transferidos pelo Governo do Estado aos Municípios e às Instituições Privadas, com ou sem fins lucrativos, para execução de despesas correntes ou de capital e que não decorram de determinação constitucional ou legal.

Existem quatro tipos de transferências: Contribuições, Auxílios, Serviços de Transporte Escolar e Subvenções Sociais.

Contribuições

Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de manutenção (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços.

Auxílios

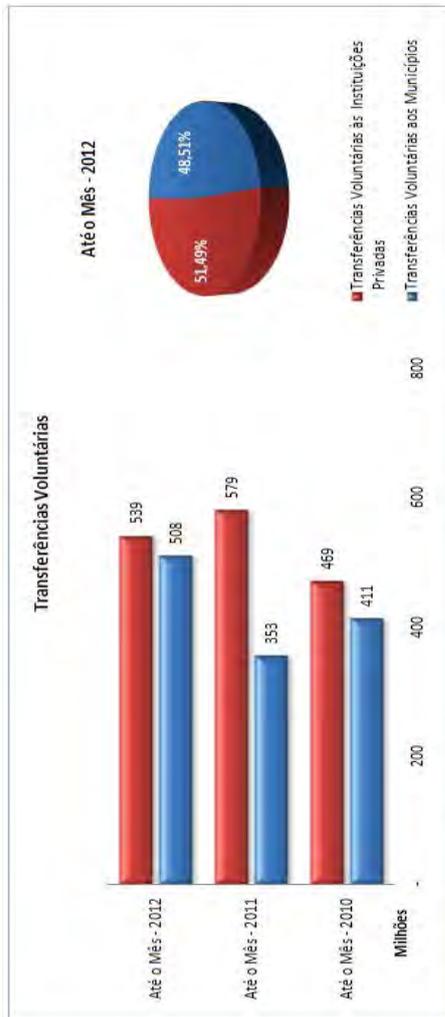
Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de investimentos (realização de obras, aquisição de bens móveis e imóveis, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços.

Serviços de Transporte Escolar

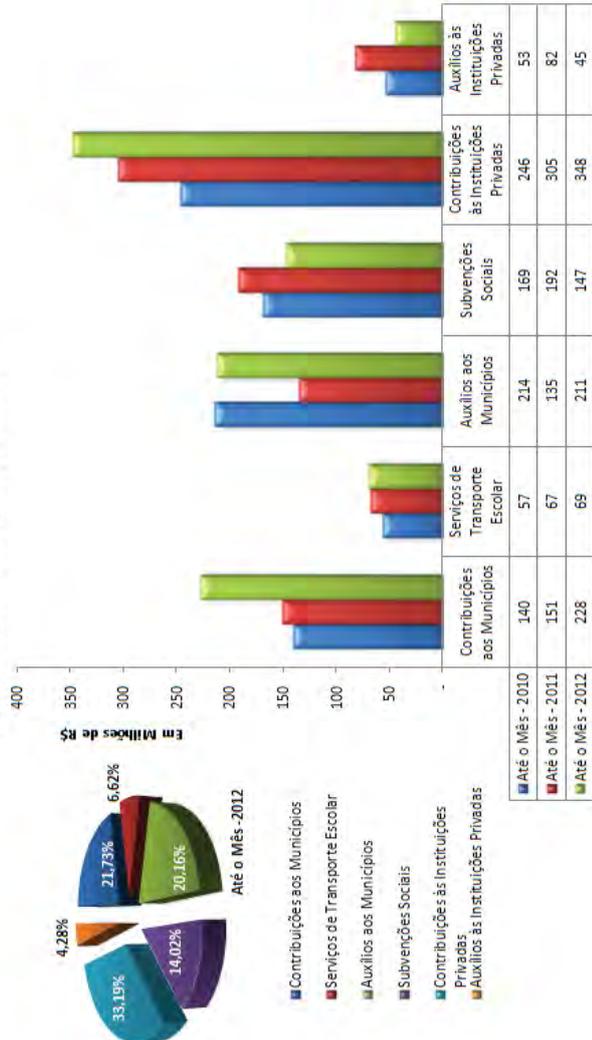
Representam os recursos repassados aos Municípios para atender despesas de locomoção e transporte de alunos e professores da rede pública.

Subvenções Sociais

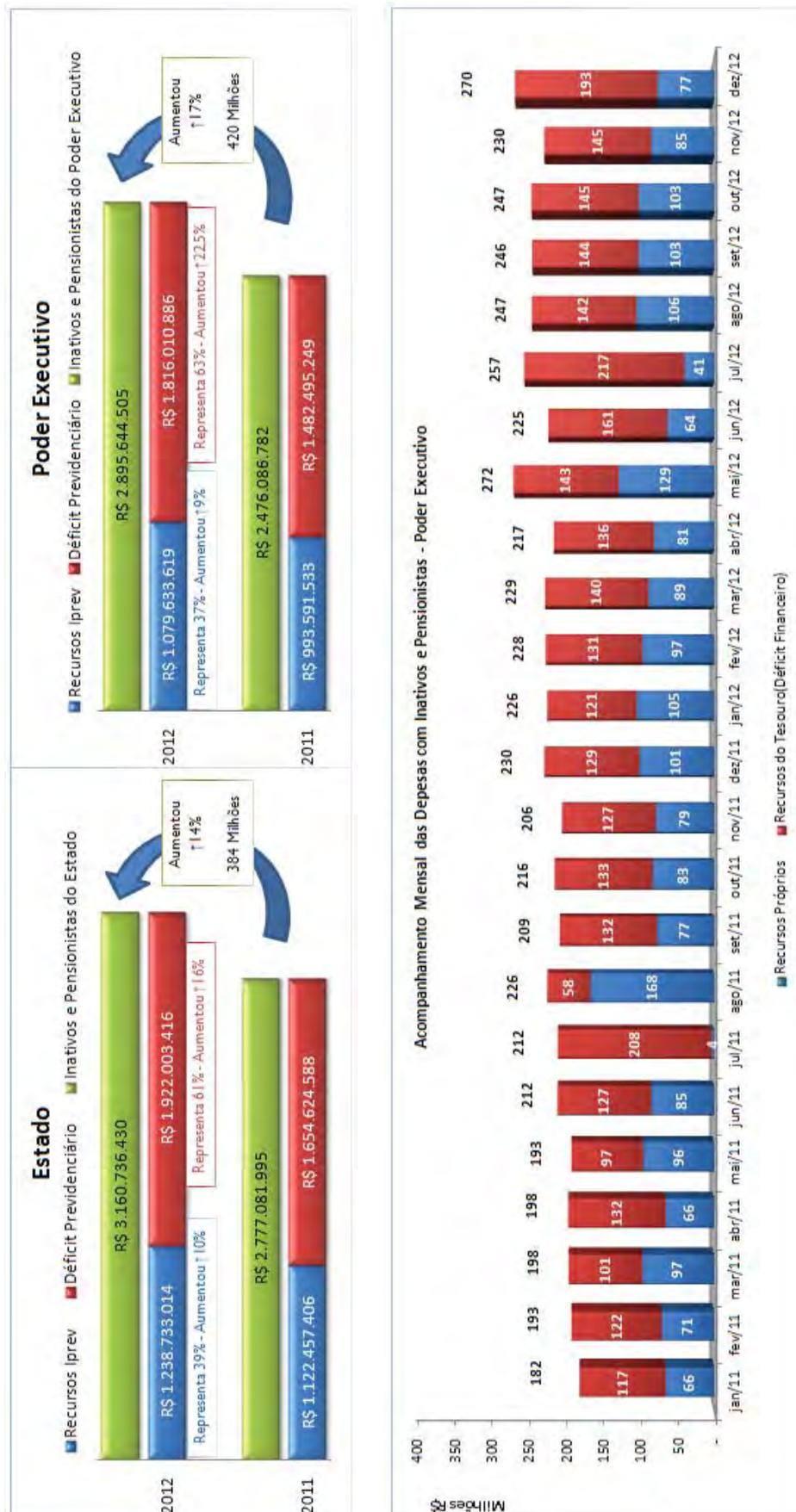
Representam os recursos repassados às Instituições Privadas de serviços essenciais de Assistência Social, Médica e Educacional, para atender despesas de manutenção da entidade (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc).



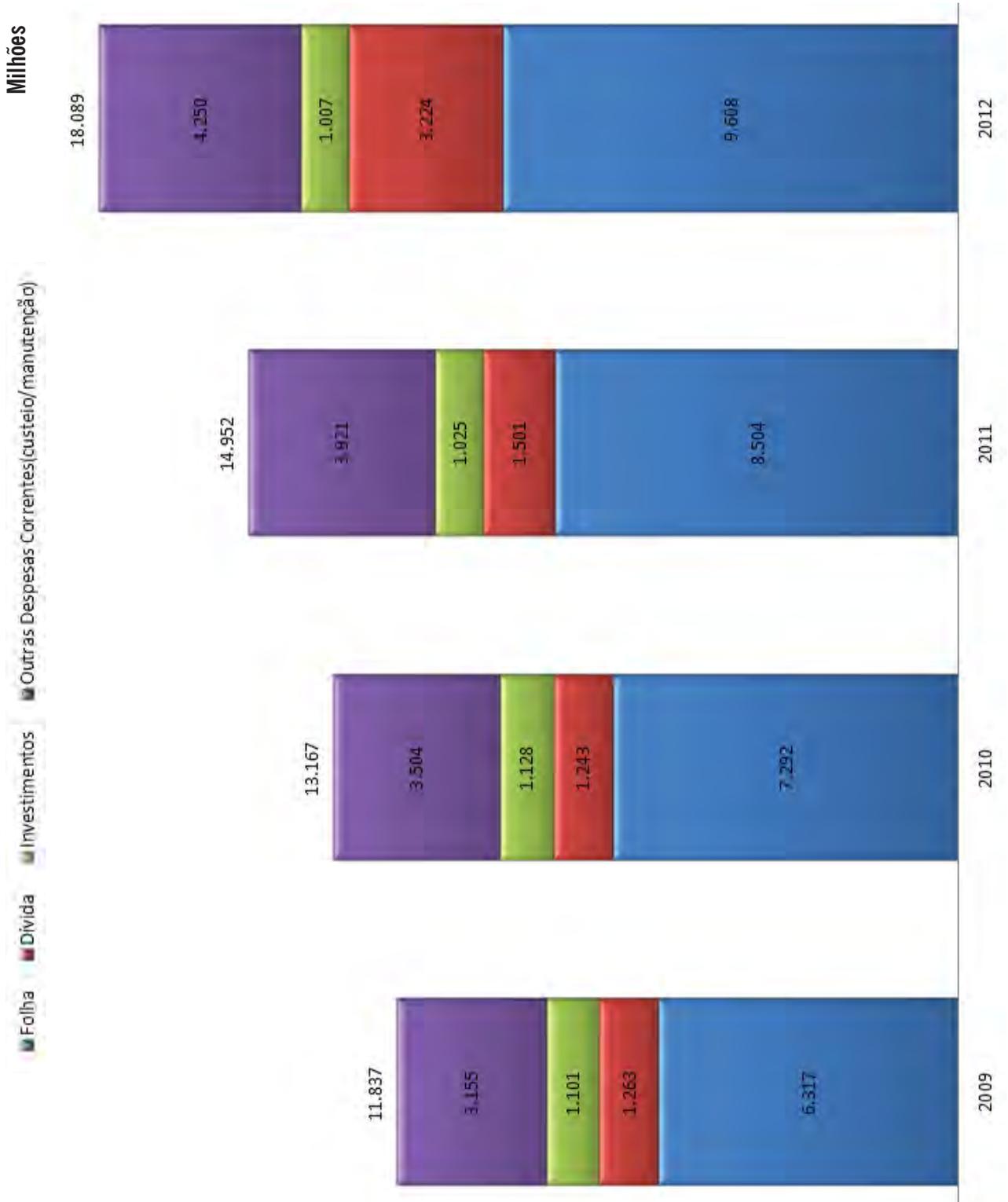
Detalhamento das Transferências Voluntárias



Despesas com Inativos e Pensionistas

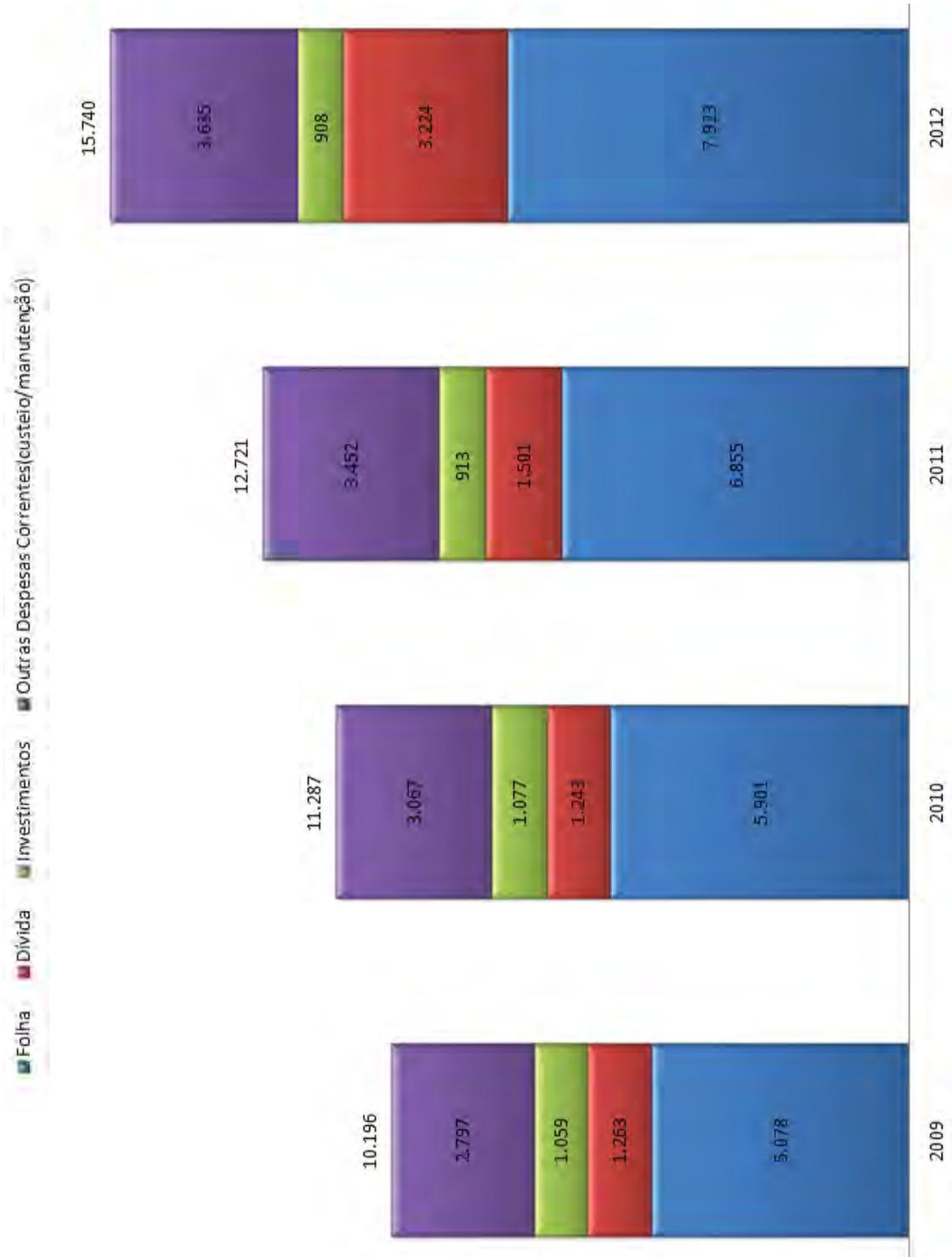


Despesas do Estado por Grupo de Natureza – Consolidado Geral



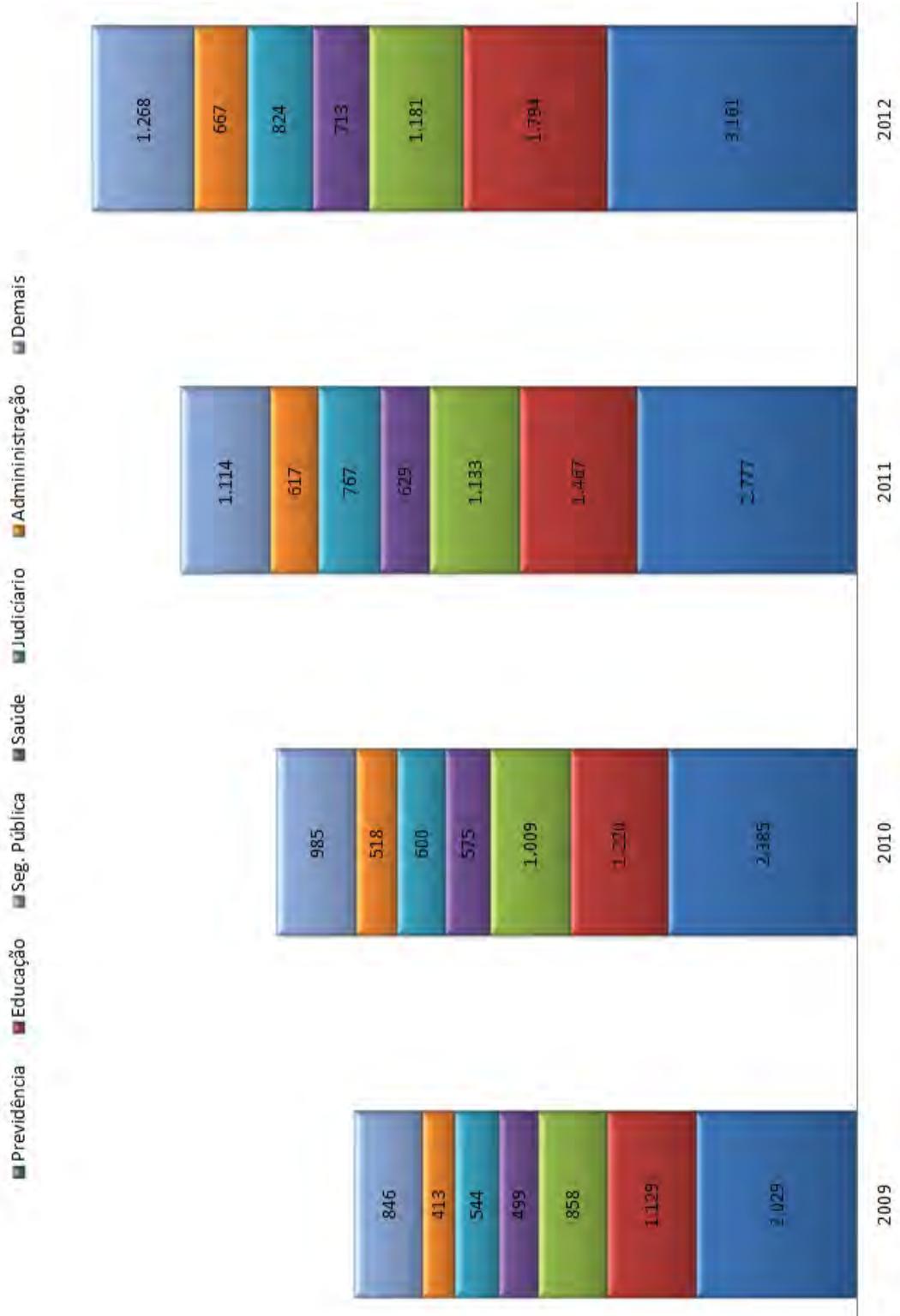
Despesas do Estado por Grupo de Natureza - Poder Executivo

Milhões



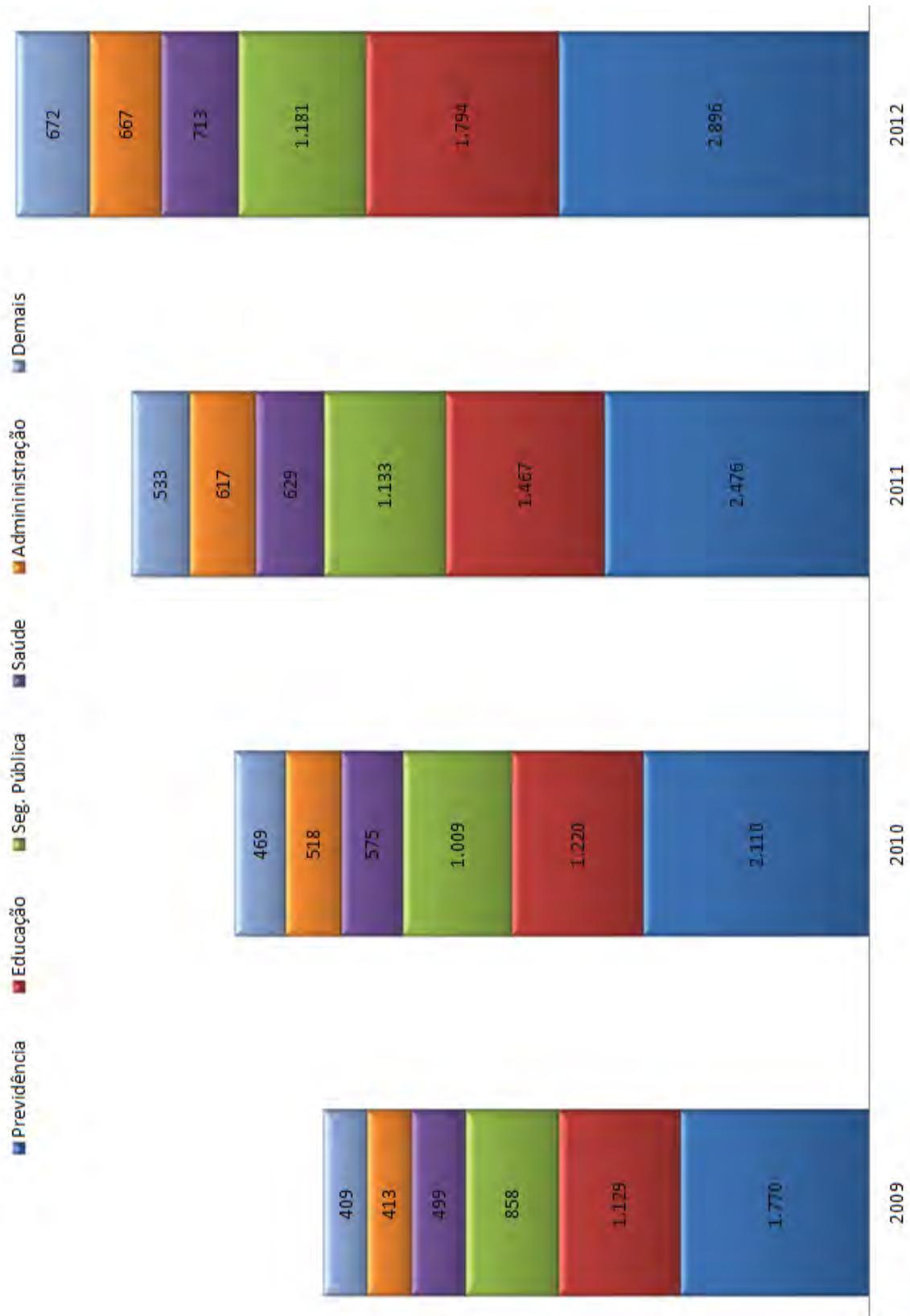
Folha de Pagamento por Função de Governo - Consolidado Geral

Milhões



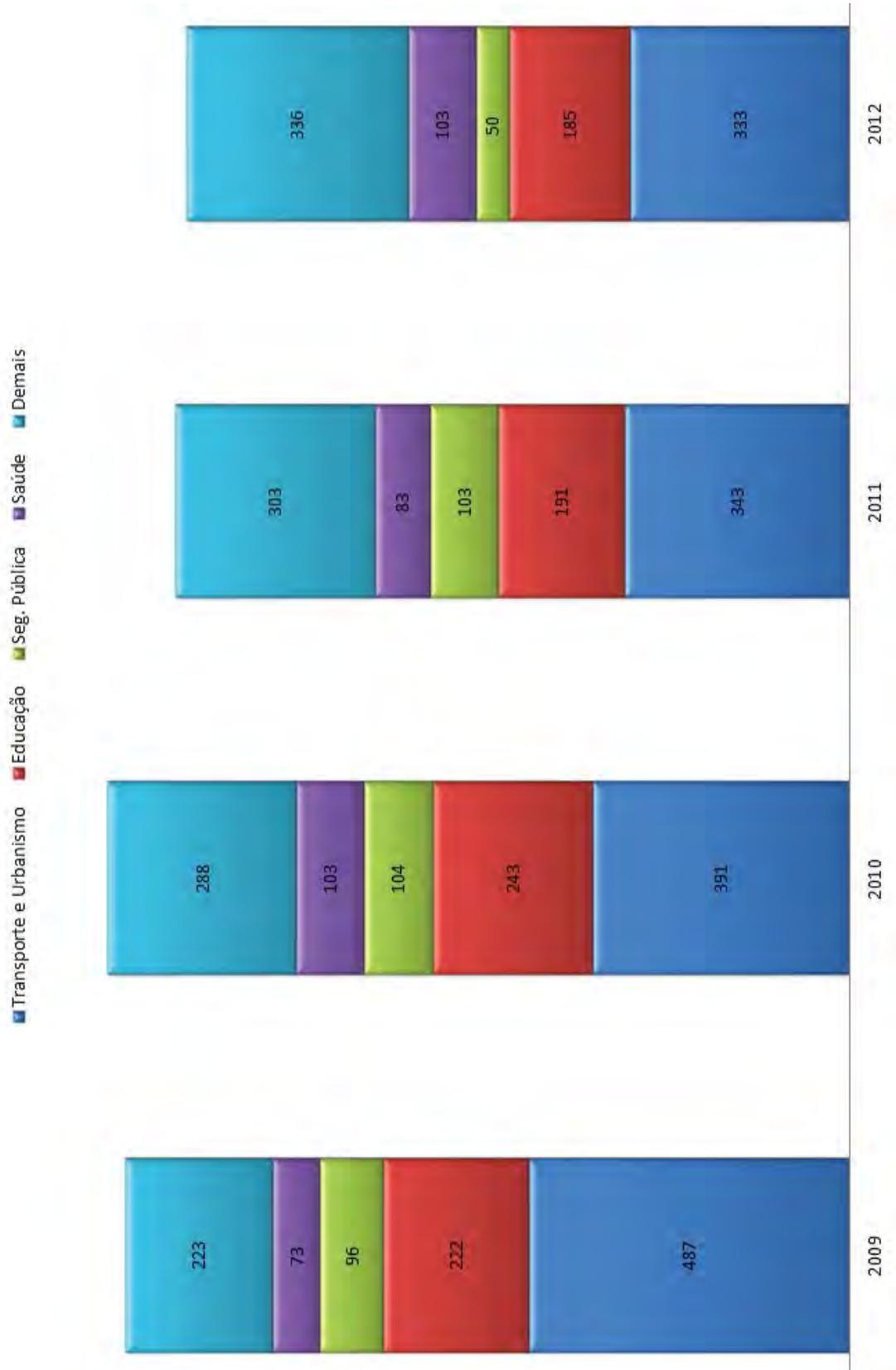
Folha de Pagamento por Função de Governo - Poder Executivo

Milhões



Investimentos por Função de Governo - Consolidado Geral

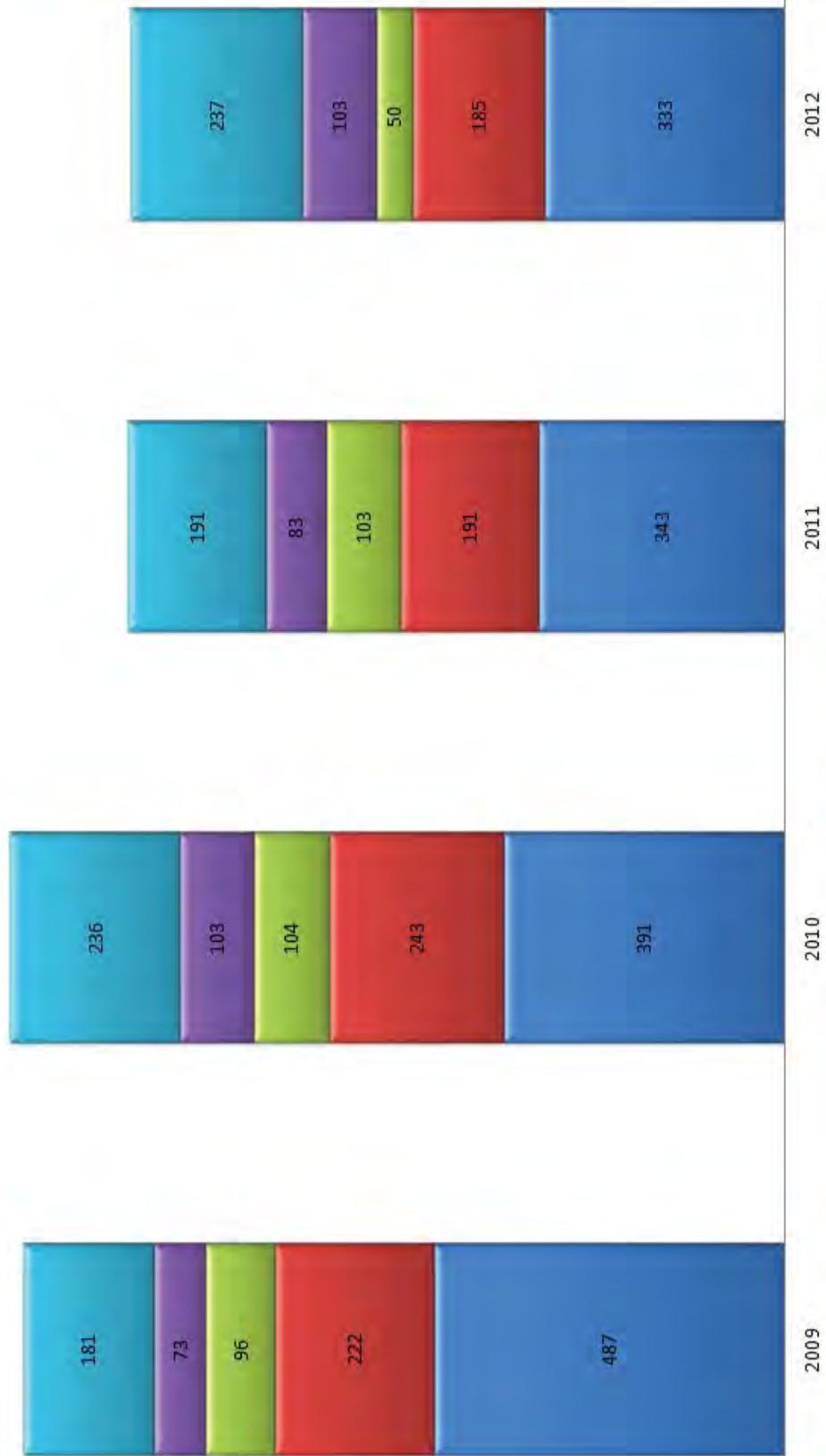
Milhões



Investimentos por Função de Governo - Poder Executivo

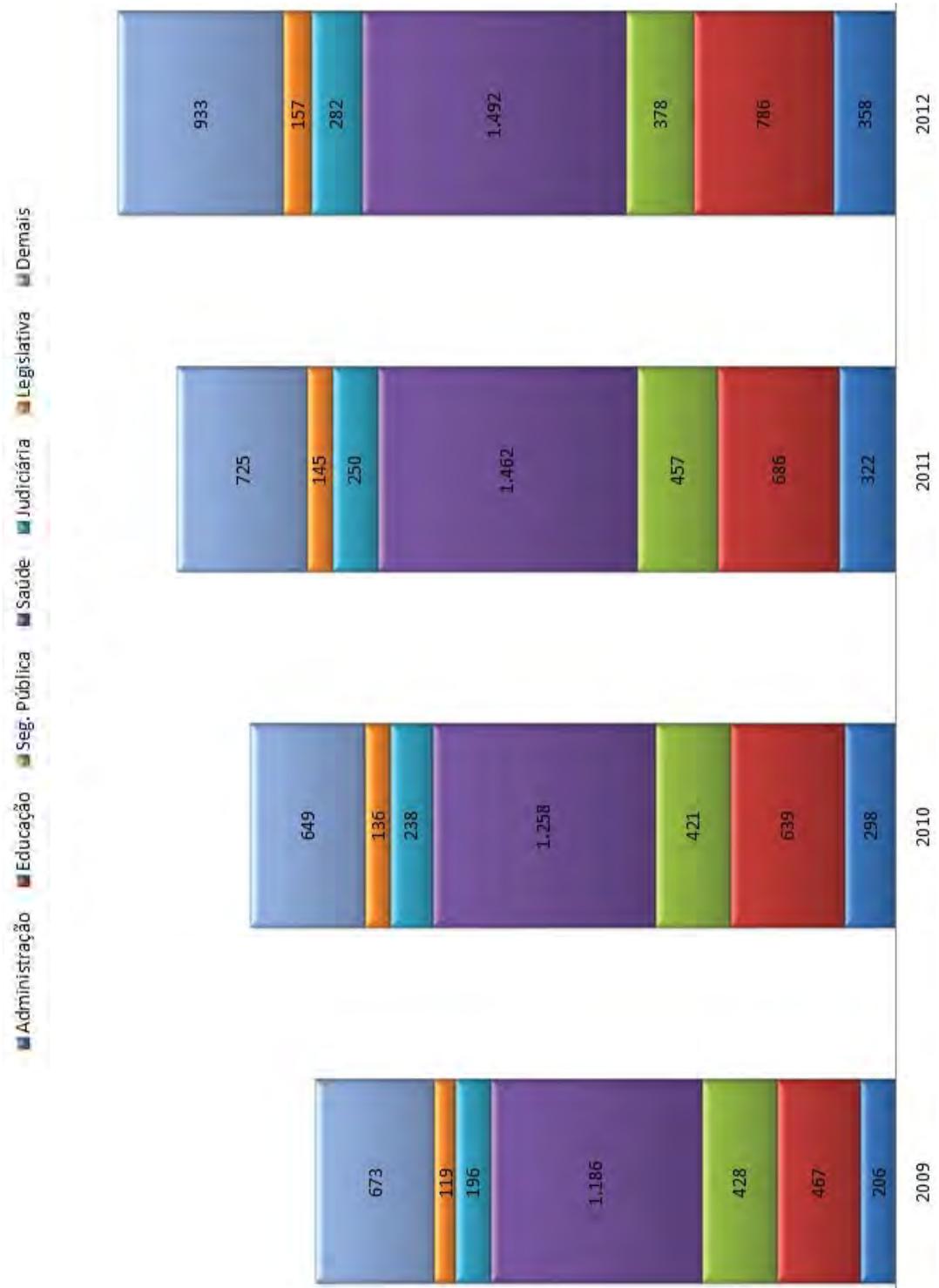
Milhões

■ Transporte e Urbanismo
 ■ Educação
 ■ Seg. Pública
 ■ Saúde
 ■ Demais



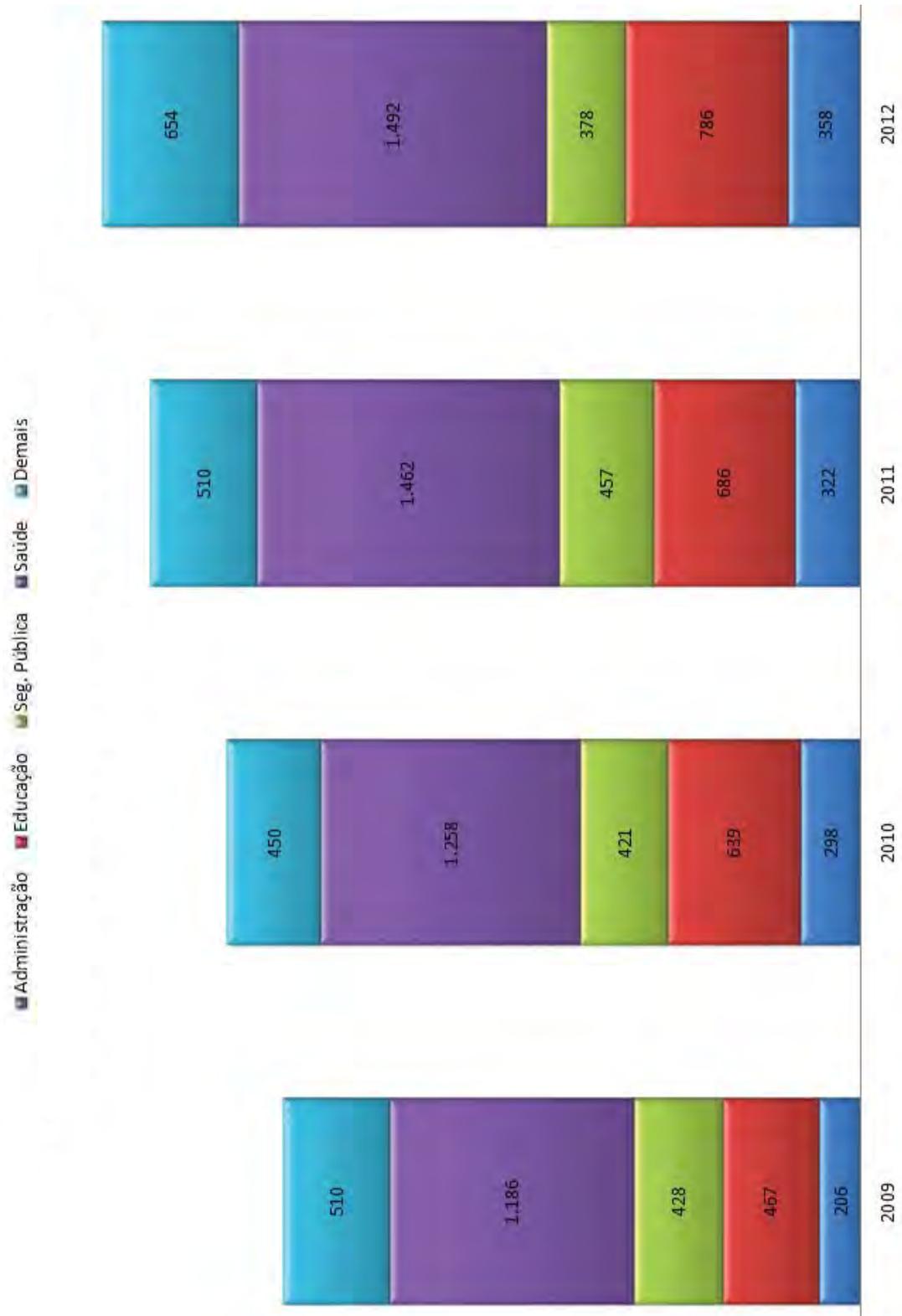
Custeio por Função de Governo - Consolidado Geral

Milhões



Custeio por Função de Governo – Poder Executivo

Milhões



**Secretaria
de Estado da
Fazenda**

*Diretoria de
Contabilidade
Geral - DCOG*



Governo do Estado
SANTA CATARINA